



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**GUERRAS PELOS RECURSOS: O CASO DO  
ÁRTICO**

**CARLA SOFIA CARREIRA JACINTO**

ORIENTAÇÃO: PROF. DR. SILVÉRIO CARLOS MATOS ROCHA  
E CUNHA

MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ESTUDOS  
EUROPEUS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ÉVORA, 2014

Guerra pelos recursos: O caso do Ártico

Carla Sofia Carreira Jacinto

UE  
200  
770

*Página em branco propositadamente*

UNIVERSIDADE DE ÉVORA  
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CARLA SOFIA CARREIRA JACINTO

# GUERRAS PELOS RECURSOS: O CASO DO ÁRTICO



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ESTUDOS  
EUROPEUS, SOB A ORIENTAÇÃO DO PROF. DR. SILVÉRIO CARLOS MATOS  
ROCHA E CUNHA

ÉVORA, 2014

## AGRADECIMENTOS

---

A todos que estiveram presentes ao longo destes últimos cinco anos, obrigada.

Dedico esta dissertação aos meus mais familiares e aos meus amigos mais próximos que possibilitaram a concretização deste objetivo.

Um especial obrigado ao Professor Silvério Rocha e Cunha pela orientação desta dissertação, que com os seus ricos conhecimentos, me motivou para a concretização da  
mesma.

## RESUMO

---

**Palavras-chave:** Círculo Polar Ártico, Conselho do Ártico, guerras pelos recursos, recursos energéticos, alterações climáticas, disputas territoriais.

A exploração pelos recursos energéticos tem sido ao longo dos anos tema de debate devido ao seu impacto para as alterações climáticas. No entanto, a sua dependência fala mais alto e, desde os anos 60 do século passado que já se iniciou a exploração destes recursos nas áreas mais a norte do globo (como o petróleo da região siberiana). Ao longo dos anos têm vindo a aparecer cada vez mais disputas entre os Estados costeiros para a definição de fronteiras, que têm sido agudizadas graças ao facto de em 2008 o United States Geological Survey ter estimado que cerca de 30% do gás, e 13% do petróleo ainda não descobertos no planeta se encontram naquela região. A exploração destes recursos dependerá da velocidade a que decorrer o degelo das calotas polares, que com as alterações climáticas têm cada vez sido maior.

## ABSTRACT

---

### War for Resources: The Case of the Arctic

**Key-Words:** Arctic Circle; Arctic Council, war-resources, energetic resources; climate change; territorial disputes

The exploration for energy resources has been over the years' subject of debate because of their impact on climate change. However its dependence speaks louder, and since the 60s that has already begun an exploration of these resources in the most northern areas of the globe (in particular with regard to oil of the Siberian region). Over the years there have been appearing increasingly disputes between coastal states to define boundaries that have been sharpened thanks to the fact that in 2008 the United States Geological Survey have estimated that about 30% of the gas, and 13% of the undiscovered oil on the planet, is located there. The exploitation of these resources will depend on the speed of the course of melting glaciers that the climate change has helped to be greater.

# ÍNDICE

<u>ÍNDICE.....</u>	<u>VII</u>
<u>ÍNDICE DE FIGURAS.....</u>	<u>IX</u>
<u>ÍNDICE DE TABELAS.....</u>	<u>XI</u>
<u>INTRODUÇÃO.....</u>	<u>1</u>
<u>CAPÍTULO I. A QUESTÃO DOS RECURSOS .....</u>	<u>3</u>
<u>AS (OUTRAS) GUERRAS PELOS RECURSOS .....</u>	<u>3</u>
A QUESTÃO PETROLÍFERA .....	5
A DEPENDÊNCIA PETROLÍFERA.....	7
<u>AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS COMO A CAUSA PARA O ÁRTICO .....</u>	<u>17</u>
E A GRONELÂNDIA?.....	26
<u>2008: O ANO DOS HIDROCARBONETOS FÓSSEIS .....</u>	<u>28</u>
<u>CAPÍTULO II. A QUESTÃO POLÍTICA DE DECISÃO .....</u>	<u>33</u>
<u>DIMENSÃO CONCEPTUAL: ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....</u>	<u>33</u>
A TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, CORRENTE DOMINANTE.....	33
UM CRESCIMENTO EM DECRESCIMENTO? .....	36
<u>O CÍRCULO POLAR ÁRTICO: AGENDAS, POSIÇÃO GEOESTRATÉGICA E TOMADAS DE DECISÃO .....</u>	<u>39</u>
<u>A ORGANIZAÇÃO DO ÁRTICO: ARCTIC COUNCIL.....</u>	<u>43</u>
<u>FEDERAÇÃO RUSSA .....</u>	<u>46</u>
DOS MAIS IMPORTANTES PROJETOS DE EXPLORAÇÃO .....	54
PENÍNSULA DE YAMAL.....	55
SHTOKMAN .....	57
<u>ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.....</u>	<u>61</u>
A GUARDA COSTEIRA DO ÁRTICO.....	65
<u>CANADÁ.....</u>	<u>66</u>
EXERCÍCIO DA SOBERANIA.....	67

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL .....	69
PROTEGER O AMBIENTE DO ÁRTICO.....	70
O CAMINHO EM FRENTE .....	70
NORUEGA .....	72
REINO DA DINAMARCA.....	77
ÁRTICO: SEGURO E PACÍFICO .....	78
EXERCÍCIO DA SOBERANIA E DA VIGILÂNCIA.....	80
CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS.....	80
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL .....	82
UNIÃO EUROPEIA .....	83
<b><u>CAPÍTULO III. A DISPUTA PELO ÁRTICO .....</u></b>	<b>85</b>
<b>ROTAS MARÍTIMAS .....</b>	<b>85</b>
PASSAGEM DO NOROESTE.....	87
ROTA DO MAR DO NORTE .....	89
<b>OS TERRITÓRIOS EM DISPUTA .....</b>	<b>92</b>
ILHA HANS.....	92
EXTENSÃO DA PLATAFORMA CONTINENTAL.....	94
MAR DE BEAUFORT.....	100
ARQUIPÉLAGO DE SVALBARD .....	104
<b>O ÁRTICO COMO LOCAL DE CONFLITOS .....</b>	<b>106</b>
<b><u>CONCLUSÕES.....</u></b>	<b>109</b>
<b><u>BIBLIOGRAFIA.....</u></b>	<b>115</b>

# ÍNDICE DE FIGURAS

---

Figura 1 – Infraestrutura da extração de gás natural e petróleo na região do Mar Cáspio.....	6
Figura 2 – O aumento dos preços do petróleo na economia global em dólares (1970 – 2013) .....	12
Figura 3 – As regiões Árticas e a sua probabilidade de conterem reservas petrolíferas.....	14
Figura 4 – Importações petrolíferas (em percentagem) para a União Europeia a 27 em 2010.....	15
Figura 5 – A concentração de dióxido de carbono na atmosfera e o conseqüente aumento da temperatura global.....	19
Figura 6 – Projeção da diminuição do gelo na região ártica.....	21
Figura 7 – As implicações das alterações climáticas.....	22
Figura 8 – Os diversos cenários de aquecimento apresentados pelo Quinto Relatório de Avaliação do IPCC.....	24
Figura 9 – A redução do gelo no Ártico nos últimos seis anos é notória.....	25
Figura 10 – O degelo rápido na Gronelândia.....	27
Figura 11 – As regiões detentoras de recursos energéticos no Ártico.....	30
Figura 12 – A probabilidade de as diversas regiões de deterem petróleo.....	31
Figura 13 – A probabilidade de as diferentes regiões do Ártico conterem gás e derivados.....	31
Figura 14 – A localização da Península de Kola.....	41
Figura 15 – A localização da Rússia dentro do Círculo Polar Ártico.....	46
Figura 16 – A colocação da bandeira de titânio no fundo do Oceano Ártico.....	47
Figura 17 – Os locais mais promissores em riquezas energéticas.....	52
Figura 18 – A localização da Península de Yamal.....	55
Figura 19 – A Península de Yamal como fonte de recursos energéticos.....	55
Figura 20 – A complexidade do projeto Shtokman a uma escala mais perceptível.....	57
Figura 21 – A localização do campo de gás de Shtokman no mar de Barents.....	57
Figura 22 – O sistema para a extração de gás neste projeto no meio do mar.....	58
Figura 23 – Os Estados Unidos, cujo Alasca se estende para além do Círculo Polar Ártico...	61

Figura 24 – A localização do Canadá no Ártico.....	66
Figura 25 – A localização da Noruega na Europa e no Círculo Polar Ártico.....	72
Figura 26 – A localização do campo de extração de gás natural Snohvit.....	73
Figura 27 – O local onde é tratado o gás natural.....	74
Figura 28 – A fronteira definida após acordo entre as partes.....	75
Figura 29 – O Reino da Dinamarca.....	77
Figura 30 – As duas possíveis rotas marítimas no Ártico.....	86
Figura 31 – Passagem do Noroeste, Rota 1.....	87
Figura 32 – Passagem do Noroeste, Rota 2.....	87
Figura 33 – Rota do Mar do Norte 1.....	89
Figura 34 – Rota do Mar do Norte 2.....	89
Figura 35 – A localização da Ilha Hans entre o Canadá (Ilha Ellesmere) e a Gronelândia.....	92
Figura 36 – As delimitações impostas pelos UNCLOS de 1982.....	95
Figura 37 – Os direitos e as reivindicações dos Estados costeiros do Ártico.....	96
Figura 38 – A intersecção das 3 reivindicações no Polo Norte.....	96
Figura 39 – O mapa da extensão da plataforma continental no Canadá.....	97
Figura 40 – O mapa da reivindicação formal pelo Oceano Ártico realizada pela Rússia à CLCS a 20 de Dezembro de 2001.....	98
Figura 41 – A reivindicação esperada para 2014 por parte da Dinamarca.....	99
Figura 42 – A localização do Mar de Beaufort.....	100
Figura 43 – A área em disputa pelos Estados Unidos e Canadá.....	101
Figura 44 – Localização do arquipélago de Svalbard.....	104
Figura 45 – As zonas marítimas Norueguesas.....	105

## ÍNDICE DE TABELAS

---

Tabela 1 – Consumo Global de Petróleo por região.....	13
Tabela 2 – Comparação das projeções dos preços de petróleo em dólares para 2025, 2035 e 2040 ao preço de 2011.....	13
Tabela 3 – Previsão da produção de gás natural na Península de Yamal.....	56



## INTRODUÇÃO

---

A 2 de Outubro de 2007, nas águas profundas do Oceano Ártico, uma equipa de cientistas russos colocaram no fundo daquele oceano uma bandeira (de titânio) do seu país a cerca de 4200 metros de profundidade, liderados pelo explorador polar russo Arthur Chilingarov. Este feito relembrou a colocação de uma bandeira norte-americana na Lua em 1969 aquando da missão Apollo 11, preconizada por Neil Armstrong, e outros dois membros. Esta atitude levada a cabo pela Rússia teve como objetivo – tal como em 1969 – a demonstração de poder, um ato de soberania. A contestação dos Estados costeiros do Oceano Ártico foi imediata: o Ministro dos Negócios Estrangeiros canadiano afirmando que “Isto não é o século XV! Não se pode andar pelo mundo a colocar bandeiras” para reivindicar territórios; A operação canadiana NANOOK foi de imediato lançada, o que implicou a colocação de pessoal e de recursos militares em Iqualuit, na Baía de Baffin e no Estreito de Hudson; A Dinamarca respondeu com a organização de uma expedição científica – composta por 45 investigadores internacionais – desde as ilhas Svalbard ao Polo Norte. Todas estas atenções devem-se a um único facto: às alterações climáticas. Ao longo dos anos temos vindo a assistir a uma alteração global do clima: secas mais intensas numas regiões do globo, enquanto noutras, chuvas mais intensas; Aumento da intensidade das tempestades; E sem dúvida um aumento global da temperatura média. Devido ao facto de ser num polo, a região do Ártico está a sentir mais intensamente as alterações climáticas que estão a ocorrer no planeta – quando comparado com outras regiões do planeta, como por exemplo, o Equador. Esta região experienciou nos últimos anos um degelo sem precedentes: em 2007, em poucos meses o gelo recuou cerca de 40% – o que contribuiu para a deslocação russa ao fundo do Oceano Ártico e para o seu mapeamento por parte do United States Geological Survey (U.S.G.S.). Consequentemente neste momento, com o avançar destas alterações, as diversas espécies encontram-se em perigo – como é o caso do urso polar. Devido aos riscos trazidos pelas alterações climáticas, a que os Estados costeiros se estão a submeter – assim como ao planeta em geral –, riscos esses que eles conhecem, não seria determinante procurar uma solução e procurar uma mudança de atitude face às alterações climáticas?

Em vez de os Estados responderem aos desafios climáticos que a região do Ártico terá que enfrentar, os Estados costeiros mesclaram atitudes e objetivos de modo a poderem usufruir do problema em si: o degelo.

Com esta dissertação pretende-se demonstrar a ligação entre o despoletar de um conflito e os recursos disponíveis, assim como a sua distribuição. Ainda no primeiro momento pretender-se-á demonstrar de que forma as alterações climáticas na região do Ártico trouxeram consigo uma disputa pelos recursos e pela soberania do território. Pretende-se ainda demonstrar a importância da região no que diz respeito à alteração das rotas marítimas; à exploração dos recursos; e por fim, explorar a região ao nível político tanto para os países mais próximos como para os restantes, sem esquecer a importância das decisões tomadas ao nível do Conselho do Ártico.

Já a estrutura da dissertação, num primeiro momento será importante fazer uma análise sobre as guerras pelos recursos ao nível mundial, prestando uma maior atenção nas alterações climáticas e os seus impactos para a região e para o planeta em geral. Num segundo momento será realizada uma perspetiva histórica da região ao nível da sua importância para a geopolítica internacional, e em seguida realizar-se-á uma investigação acerca da posição dos diversos países interessados na exploração do território e consequentemente no domínio da região – não esquecendo as organizações internacionais/regionais para o Ártico –, terminando num terceiro momento em que são aflorados os conflitos – entre os Estados costeiros – provocados pela existência de hidrocarbonetos fósseis.

Em relação à metodologia utilizada, ela baseia-se na leitura e estudo dos documentos apresentados na bibliografia apresentada nesta dissertação utilizando o sistema de referência Chicago Manual of Style 16ª Edição (autor-data).

# CAPÍTULO I. A QUESTÃO DOS RECURSOS

---

## AS (OUTRAS) GUERRAS PELOS RECURSOS

É necessário compreender as guerras pelos recursos, e até que ponto estes podem ser os verdadeiros causadores de conflitos. Desde os anos 90 – com o fim da Guerra Fria – que muitos académicos estudaram a relação entre recursos naturais e guerra civil, motivados por casos como Angola, Serra Leoa, Colômbia, República Democrática do Congo, Libéria e Sudão (Ross 2004). Independentemente de serem escassos ou abundantes, os conflitos pelos recursos são considerados um “produto histórico inseparável da construção social e da economia política” (Billon 2001, 575).

Ao revermos a história é possível afirmar que “os recursos naturais tomaram um papel notável na história dos conflitos armados” (Billon 2001, 562). Por sua vez, os conflitos internacionais causados pelas questões dos recursos, tudo tem a ver com o facto dos Estados e empresas dependerem essencialmente desses mesmos recursos<sup>1</sup>.

É importante perceber que existem determinados tipos de recursos (como os minerais e as drogas) que têm levado a situações de tensão militar ao nível interno. É ainda referido que tal ocorrência modificou-se após o final da Guerra Fria, pois as características do conflito interno armado alteraram-se, graças à globalização (os vínculos aos mercados internacionais impulsionaram a competição pelos recursos ao nível interno); os conflitos internos dos anos 90 – que envolveram uma grande parte da população e não apenas os militares – resultaram num grande número de deslocados internos e refugiados<sup>2</sup>. “Estas novas características das recentes guerras civis levou a que alguns autores passassem a referir-se a elas como ‘novas guerras’ – Mary Kaldor – ou ‘conflito pós-moderno’ –

---

<sup>1</sup> Sabemos que o sal foi, durante centenas de anos, o único meio de preservar os alimentos alcançando o conflito («Gal Luft and Anne Korin | How America Misunderstood the 1973 Oil Embargo | Foreign Affairs» 2013).

<sup>2</sup> Entenda-se a diferença entre refugiados e deslocados internamente: um refugiado são “as pessoas que se encontram fora do seu país por causa de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possa (ou não queira) voltar para casa.” (ACNUR - Agência das Nações Unidas para os Refugiados s.d.); enquanto um deslocado internamente ainda se encontra no seu país de origem, mas fora do seu local habitual de residência.

Duffield” (Welsch 2008, 504). Afirmam ainda que a dotação dos recursos minerais eleva o risco de conflito interno, ao contrário dos recursos agrícolas (Welsch 2008).

Existem diversos exemplos de guerras/conflitos devido aos recursos: inicialmente pode referir-se a região do rio Jordão, do rio Tigre e Eufrates, e ainda o rio Indo devido aos recursos hídricos que se apresentam na zona. Tal como acontecera ao longo da história, a fixação das populações tem-se realizado ao longo do curso dos rios. Em 1998, viviam ao longo do curso destes três rios cerca de 500 milhões de pessoas e espera-se que até 2050 atinjam os mil milhões. Quando se iniciou o século XXI, deparamo-nos com o facto de estes rios possuírem barreiras políticas ao longo do seu curso: o rio Jordão atravessa Israel, a Jordânia, o Líbano, a Síria e a Palestina; os rios Tigre e Eufrates atravessam o Irão, o Iraque, a Síria, a Turquia e ainda áreas ocupadas por Curdos; o rio Indo atravessa o Afeganistão, Índia, China, Paquistão e a região de Caxemira. Graças ao aumento populacional, prevê-se um agudizar das tensões entre estes países na obtenção de recursos hídricos de forma a sustentar as suas populações. Uma outra questão na região é a criação do Estado de Israel: “Os sionistas que estabeleceram o Estado de Israel não estavam somente interessados em encontrar um santuário para os judeus europeus; eles também procuravam reassentar os judeus *na sua terra* a fim de lançar a sua identidade europeia urbana e restabelecer os seus laços com o solo antigo de Israel. Isto apenas poderia ser alcançado, eles assim acreditavam, ganhando acesso ao rio Jordão e a outras fontes de água para motivos de irrigação, pois caso contrário, a terra em grande parte de Israel é muito seca para agricultura intensiva”(Klare 2002, 162). As disputas acerca da partilha de recursos hídricos nas bacias dos rios Jordão e Tigre-Eufrates e no Indo trarão consigo elevados níveis de tensão na região. Mesmo assim, nos últimos anos, procurou-se um acordo entre estes países para a alocação de recursos, no entanto, muitos deles falharam e outros ficaram pendentes (Klare 2002).

Referentemente à escassez ou abundância de recursos, alguns autores, como Philippe Le Billon, Michael Ross ou Heinz Welsch, afirmam que a abundância de recursos naturais é um fator importante relativamente à ocorrência de conflitos internos armados (Billon 2001; Ross 2004; Welsch 2008). As evidências empíricas sugerem que certos países dependentes da exportação de matérias-primas têm uma propensão mais elevada para a

instabilidade política e para o conflito armado. Tal fenómeno é visível em regiões ricas em petróleo, como no Golfo da Guiné, Médio Oriente, ou a região do Mar Cáspio (Billon 2001). Quando se fala acerca de escassez de recursos, é possível afirmar que “as pessoas ou nações, irão lutar entre si de modo a assegurar o acesso seguro aos recursos necessários para a sua sobrevivência: quanto mais escasso o recurso, maior será a luta” (Billon 2001, 564) tal como acontecera em situações anteriores<sup>3</sup>. No entanto, verifica-se que não é a simples abundância ou escassez de recursos que conduz diretamente ao conflito. Outros fatores, como a governança<sup>4</sup> e o crescimento económico – ou decréscimo –, são fatores importantes e decisivos para o desenrolar de um conflito. Deste modo, é possível concluir que tanto a escassez como a abundância de recursos não são o único causador responsável de um conflito. As condições sociais, a governabilidade, a economia de base, tudo são fatores que contribuem – ou não – para este acontecimento (Billon 2001).

## *A QUESTÃO PETROLÍFERA*

Neste ponto do trabalho, será abordada a questão dos conflitos e tensões pelos recursos, conferindo atenção especial ao petróleo, visto que é este o recurso – juntamente com o gás – que se encontra em conflito na região do Ártico<sup>5</sup>.

Como não deixaria de ser, nos últimos anos um dos recursos que mais conflitos trouxe foi o petróleo, isto porque se trata do elemento essencial para o crescimento e desenvolvimento da economia global. As atuais sociedades industrializadas e tecnologicamente evoluídas do século XXI não conseguem sobreviver sem quantidades

---

<sup>3</sup> Temos como exemplo, o caso da Ilha da Páscoa, que com o sobrepovoamento e recursos limitados levou à quase extinção da civilização Rapa Nui: a sua população desceu de 20.000 habitantes para 2.000 em 1722 aquando da chegada dos colonos europeus.

<sup>4</sup> No que diz respeito à governança Evans & Newnham (1998) afirmam que se trata de um conceito muitas vezes utilizado nas relações internacionais como a coligação através da construção de instituições e regimes, o que culmina na ideia de governança global.

<sup>5</sup> O Ártico engloba o Oceano Ártico e partes da Rússia, Canadá, Alasca, Gronelândia, Noruega, Finlândia e ainda a Islândia. A região do Ártico apesar de parecer ter uma definição consensual, define-se consoante os critérios adotados: “O critério mais considerado determina a sua fronteira sul no Círculo Polar Ártico; outros critérios baseiam-se na isotérmica dos 10°C em Julho ou na «linha da árvore», linha a norte da qual não crescem árvores, fruto da incapacidade das raízes em crescer no *permafrost*” (Leal 2014, 65).

substanciais de petróleo (Klare 2002) e, por isso, a sua escassez ou abundância em certas regiões despoleta conflitos. “Pequenos ou grandes, os conflitos pelo petróleo vão constituir uma característica significativa para a segurança global nas décadas que estão para vir” (Billon 2001, 27).

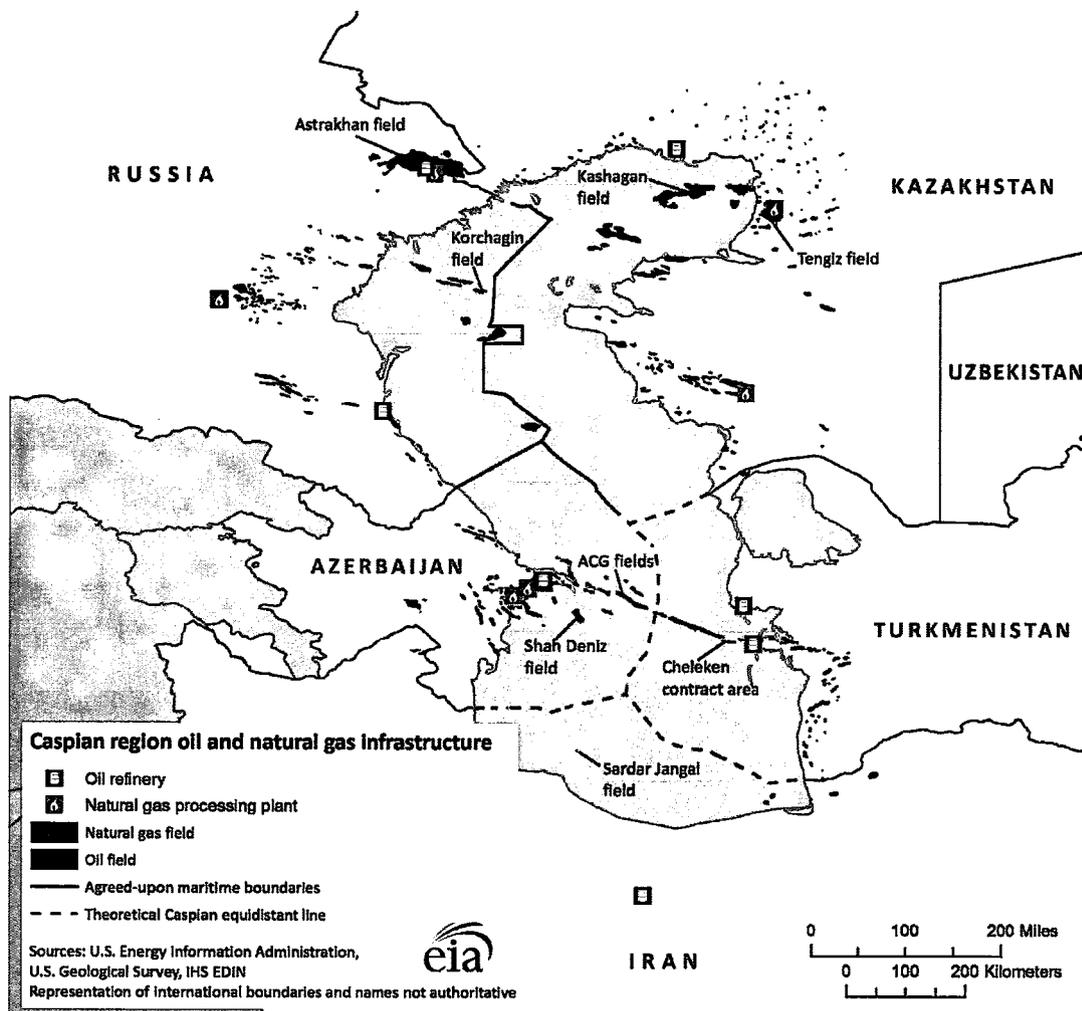


Figura 1 – Infraestrutura da extração de gás natural e petróleo na região do Mar Cáspio

(Fonte: U.S. Energy Information Administration, 2013)

Pode-se apresentar como exemplo a região do Mar Cáspio, onde a região do Cáucaso tem sofrido ao longo dos anos, inúmeras guerras civis. Estes conflitos têm por base motivos como a contestação de fronteiras, disputas territoriais, regimes autoritários, grandes disparidades económicas a nível interno, longas rivalidades regionais e ainda motivos de carácter étnico e religioso. Um dos grandes problemas na região é a questão do transporte do petróleo. O Mar Cáspio encontra-se rodeado por terra – nomeadamente

países como o Azerbaijão, Turquemenistão, Rússia, Cazaquistão e Irão – e por isso é necessário obrigatoriamente que o petróleo passe pela região caucasiana, que se encontra permanentemente em conflito. A Rússia tem ainda uma elevada presença na região, e os seus problemas fazem-se sentir não só a nível interno, mas também na região do Cáucaso (Klare 2002).

Outra região conflituosa rica em petróleo, é a região do Golfo Pérsico. Desde 1908, ano em que fora descoberto petróleo na região, que se tem verificado conflitos regularmente. O petróleo não é a única questão em jogo. A ambição política e as diferenças religiosas são fatores muito importantes para o despoletar do conflito, tanto como foram no passado, serão no futuro (Klare 2002).

Por fim, ainda outra região referida por Klare (2002) é a região do Mar do Sul da China. A expansão económica asiática não seria possível sem os reservatórios energéticos que se encontram no Mar do Sul da China. No passado dia 21 de Julho de 2012, “pela primeira vez em 45 anos, a ASEAN não chegou a consenso sobre um comunicado final. Vietname, Filipinas e Malásia reclamam soberania marítima; o anfitrião Camboja fechou os olhos às pretensões em favor do aliado chinês; e o chefe da diplomacia filipina considerou as pretensões hegemónicas de Pequim uma ameaça à paz e segurança na Ásia-Pacífico” (Lima 2012). Devido ao crescente consumo de produtos energéticos, em pouco tempo prevê-se que os países limítrofes procurem maximizar o acesso a esta fonte na região, e conseqüentemente controlá-la, o que pode colocar em causa o abastecimento energético de países como o Japão e a Coreia do Sul que necessitam daqueles mares para importarem petróleo para as suas economias (Klare 2002).

### *A DEPENDÊNCIA PETROLÍFERA*

De modo a compreender-se a necessidade de controlo das regiões ricas em petróleo, torna-se necessário referir como se iniciou a dependência petrolífera no último século.

Em 1912, iniciou-se o consumo petrolífero quando o Ministério da Marinha Inglês decidiu converter os seus navios a carvão para propulsão a petróleo. No entanto, a primeira extração, num poço moderno no solo, foi realizada em 1846 no Azerbaijão na região de Bibiheybat (Mir-Bbayev 2012); nos Estados Unidos a primeira extração apenas foi possível anos mais tarde, em 1859, na Pensilvânia, por Edwin Drake – e, de imediato, foi perceptível a vantagem da utilização deste recurso na resistência e velocidade dos navios quando comparados com os navios alemães – isto aquando da primeira Guerra Mundial. Um das desvantagens de utilizar o petróleo como combustível para aqueles navios, era o facto de a Grã-Bretanha não ter este recurso no seu território, ao contrário do carvão. Deste modo, em 1914, o Parlamento Britânico aprovou a aquisição de uma participação maioritária na companhia petrolífera Anglo-Persa – uma empresa petrolífera londrina – que tinha descoberto recentemente petróleo no sudoeste da Pérsia (atual Irão). Pela primeira vez na história, a segurança de um recurso petrolífero além-mar tornara-se uma grande responsabilidade de Estado (Klare 2002).

O petróleo ganhou desde o início do último século uma importância sem precedentes. Nem o carvão – o anterior substituto do petróleo – conseguiu abranger tantas áreas de aplicação como o petróleo tem hoje em dia<sup>6</sup>. Nenhuma outra forma de energia foi utilizada de forma tão intensiva e ampla na economia global. O petróleo é a fonte de combustível mais versátil alguma vez descoberto sendo considerado o núcleo da economia moderna industrial. Apesar da competição por gás [natural] e pela energia nuclear, manteve a sua proeminência em grande parte, devido ao facto de ser a única fonte de energia que consegue ser utilizada em todos os campos – para aquecimento, fonte de combustível industrial, e ainda como um meio para gerar eletricidade<sup>7</sup> – e porque continua a ser incomparável no sector dos transportes. Verifica-se que tal como aconteceu com a produção elétrica, será necessário, graças aos preços elevados do petróleo, encontrar

---

<sup>6</sup> As áreas de aplicação do petróleo vão desde a agricultura, têxteis, produtos de escritório, desportos, *hobbies* e jogos, acessórios para crianças (como brinquedos, biberões e outros), cozinha, produtos para a casa, produtos de beleza, mobília e decoração, construção, automóveis e indústria automóvel, e muitos outros...

<sup>7</sup> Atualmente muito pouco petróleo é utilizado para gerar energia elétrica e aquecimento, pois graças à subida dos preços provocada pelas crises petrolíferas dos anos 70, os países foram forçados a alterar as suas fontes para este fim. Passou a utilizar-se o gás natural (aquecimento) e a energia nuclear (eletricidade) (Luft and Korin 2013).

alternativas – como os automóveis híbridos e os veículos movidos a energia solar que ainda representam uma minoria deste setor – de modo a combater esta dependência.

Esta dependência permaneceu durante a primeira Guerra Mundial e seguiu-se na segunda Grande Guerra. “Acreditava-se que no próximo grande conflito haveria uma maior dependência nas armas movidas a petróleo do que na anterior, e por isso, muitos governos seguiram o exemplo britânico” (Klare 2002, 31).

Já na segunda Guerra Mundial, o petróleo era um motivo recorrente de conflito levando a batalhas combatidas pelos países do Eixo. A posse de petróleo para determinar o futuro da guerra foi extremamente importante. Os Japoneses pretendiam ganhar o controle do abastecimento petrolífero nas Índias Orientais Holandesas, mas em 1941 os Estados Unidos embargaram as suas exportações petrolíferas, resultando na batalha de Pearl Harbor. Já no palco de operações europeu, a Alemanha em situação de desespero, devido à falta de petróleo, invadiu no mesmo ano a Rússia – a região de Baku (atual Azerbaijão). Como é possível observar, os poucos recursos petrolíferos que estes dois países possuíam em seu território, fez com que fossem incapazes de criar uma ofensiva aos Aliados, e isso levou à sua derrota.

Após o fim da segunda Guerra Mundial, esta dependência energética aumentou ainda mais, influenciando assim o pensamento estratégico das potências Ocidentais. Em relação aos Estados Unidos, foi após esta época que iniciou as importações de petróleo de regiões como a Arábia Saudita<sup>8</sup>, Irão e Iraque. De súbito, as Doutrinas Truman (1947) e Eisenhower (1957) incluíam promessas de ajuda militar a todas as regiões produtoras de petróleo que pudessem sofrer de ataques por parte da União Soviética ou pelos seus aliados. Este movimento estratégico por parte dos Estados Unidos, serviu essencialmente

---

<sup>8</sup> Em 1945 o Presidente Roosevelt encontrou-se com Abd al-Aziz Ibn Saud, o fundador do regime moderno da Arábia Saudita, num navio de guerra norte-americano no Canal do Suez após a Conferência de Ialta (em Fevereiro do mesmo ano). Os detalhes deste encontro nunca foram tornados públicos, mas no entanto é muito provável que Roosevelt tenha concedido proteção militar em troca do acesso privilegiado às empresas petrolíferas norte-americanas no Reino da Arábia Saudita, que constitui ainda hoje a essência da relação entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita. Com o tempo, e de modo a proteger o regime saudita os Estados Unidos foram aumentando a sua presença militar e tornaram-se envolvidos na segurança interna.

para, em caso de conflito armado, haver uma fonte de recursos petrolíferos que sustentasse os Estados Unidos.

Desde o embargo dos produtos petrolíferos em 1973, (19 de Outubro) pela OPEP,<sup>9</sup> que o “petróleo foi considerado não só essencial para a comodidade militar, mas também como um pré-requisito para a estabilidade económica global (...) Os eventos de 1973/74 deixaram um impacto profundo e duradouro na ligação entre o petróleo e a segurança nacional das grandes potências industrializadas” (Klare 2002, 32). Graças a tal instabilidade (primeiro no fornecimento e em seguida na subida dos preços) os países importadores de petróleo começaram a procurar por novos destinos de extração, como é o caso do Mar do Norte e do Alasca<sup>10</sup>. Este embargo de 1973, fez com que os americanos sentissem as implicações assustadoras do pico do petróleo.

Mais tarde, em 1979, com o segundo choque petrolífero foi possível observar a intenção dos Estados Unidos aplicarem a força contra os adversários que impedissem o abastecimento de petróleo da região do Golfo Pérsico, e o Presidente Carter afirmou inclusive que “alguma tentativa de uma potência de comprimir o fluxo de petróleo do Golfo Pérsico seria repellido através dos meios que fossem necessário, incluindo força militar”<sup>11</sup> (Klare 2002, 33), posição que tem sido mantida até aos dias de hoje. Todo este discurso acerca de ser o grande detentor da exploração de recursos petrolíferos, vem na sequência de os Estados, em geral, reconhecerem que “a geografia gera poder: em princípio, um Estado com maior extensão, mais e melhores recursos, melhor localização, tem mais poder que um outro Estado que não possua esses atributos ou que os tenha em menor grau (...) pois a geografia é um importante fator no domínio das relações

---

<sup>9</sup> Os países membros da (antiga) OAPEC – Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo – em 1973 eram e são a Arábia Saudita, Argélia, Egito, Emirados Árabes Unidos, Equador, Indonésia, Irão, Iraque Kuwait, Líbia, Nigéria, Qatar, Síria, Tunísia e pela Venezuela) proclamaram um embargo petrolífero aos Estados Unidos graças ao apoio deste último a Israel aquando da Guerra de Yom Kippur – devido às Colinas de Golá. Atualmente é denominada de OPEP (Organização de Países Exportadores de Petróleo)

<sup>10</sup> A questão do embargo petrolífero não foi o grande problema para os Estados Unidos – até porque as importações da região do Médio Oriente nunca ultrapassaram os 15% –, foi sim o não conseguir controlar os preços na região, devido ao facto de os países árabes contraírem a oferta global de petróleo (Luft and Korin 2013).

<sup>11</sup> Esta posição é conhecida como a Doutrina Carter.

internacionais. Há portanto, (...) uma certa simbiose entre a política dos Estados e a geografia dos espaços ocupados por esses mesmos Estados” (Almeida 2012, 112–113). Dado que os Estados Unidos – tal como outros países – já não possuíam em território nacional recursos petrolíferos que respondessem à sua procura, havia que proteger o território longínquo que lhes assegurava acesso privilegiado a tal.

Graças a estes movimentos desestabilizadores do abastecimento e do aumento do preço do petróleo nos países do Médio Oriente, em especial na zona do Golfo Pérsico, os países economicamente desenvolvidos importadores de petróleo resolveram diversificar as suas importações petrolíferas, partindo para o Mar do Norte e para a Encosta Norte do Alasca na década de 90 e, mais recentemente, para zonas como a América Latina, África e Mar Cáspio (esta última ainda é palco de conflitos). No entanto, esta diversificação não garante a segurança, quer de preços, quer no seu abastecimento (Klare 2002).

Durante o século XX “o petróleo representava cerca de 39% do total do consumo energético mundial; o carvão – a segunda maior fonte de energia – representava cerca de 24%. Os restantes 37% do consumo energético global estavam divididos entre o gás natural (22%), a energia nuclear (6%), a energia hidroelétrica e os combustíveis “tradicionais” como a madeira e os desperdícios animais” (Klare 2002, 36). Apesar de os picos de extração petrolífera<sup>12</sup> terem sido alcançados, muitos deles, nos anos 60 e 70 do século passado<sup>13</sup>, os especialistas acreditam que o petróleo continuará a ser a fonte energética dominante nas primeiras décadas do século XXI (Klare 2002), tal como é confirmável atualmente. Este facto acontece em grande parte devido ao crescimento exponencial da população mundial (de quatro mil milhões em 1973 para cerca de 7 mil milhões atualmente), assim como por países como o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (os chamados BRICS) economias em acentuado crescimento – que já não são

---

<sup>12</sup> O pico do petróleo (ou Pico de Hubbert) é considerado o declínio – e conseqüente término – que se dá na exploração petrolífera em qualquer região do globo. A exploração petrolífera segue uma curva normal, em que no início desta, a produção aumenta até atingir o pico do petróleo, sendo que após essa passagem apenas se verifica o esgotamento gradual do recurso (Wikipédia 2013).

<sup>13</sup> Como fora o caso dos campos petrolíferos do Leste Texano.

emergentes, mas também ainda não são economias desenvolvidas – tem feito aumentar o consumo global deste recurso<sup>14</sup> – ver tabela 1 –, fazendo aumentar o preço deste – ver tabela 2. É importante perceber que, neste momento, grande parte do petróleo de fácil acesso e extração barata, já não é tão usual como fora outrora. Embora em determinadas regiões do globo, como é o caso do Médio Oriente, a extração ainda seja considerada fácil, a verdade é que cada vez mais os poços estão mais fundos, exigindo uma penetração mais profunda no solo, encarecendo assim os custos de extração. Em locais como o Ártico, sabe-se que o custo da extração de recursos energéticos é extremamente elevada devido às condições de acesso.

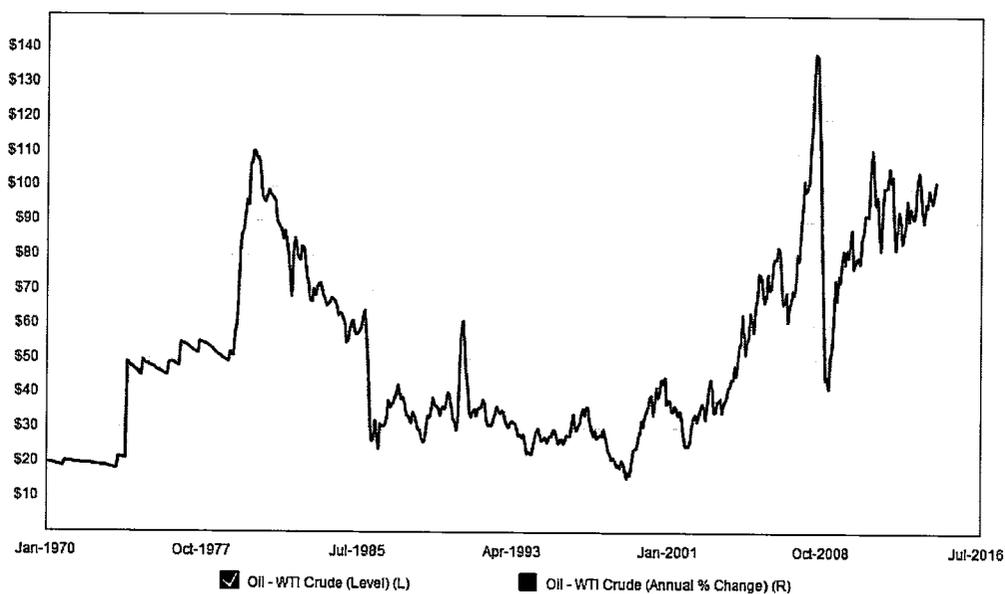


Figura 2 – O aumento dos preços do petróleo na economia global em dólares (1970 – 2013)

(Fonte: Macrotrends 2014)

<sup>14</sup> De 55 milhões de barris por dia em 1973, para cerca de 88 milhões por dia atualmente (Luft and Korin 2013).

Consumo Global de Petróleo por Região, 1990 – 2010					
País / Região	1990	1996	2000	2005	2010
América do Norte	20,4	22,0	23,8	25,2	23,5
Estados Unidos	17,0	18,3	19,7	20,8	19,2
Europa Ocidental	12,5	13,7	13,2	12,0	12,7
Europa de Leste	1,7	2,2	2,3	2,5	2,5
Rússia	8,4	2,6	2,6	2,8	3,0
Japão	5,1	5,9	5,5	5,3	4,5
China	2,3	3,5	4,8	6,7	9,3
Índia	1,2	1,7	2,1	2,5	3,3
Médio Oriente	3,9	4,8	4,8	5,8	7,0
África	2,1	2,4	2,5	3,0	3,4
América do Sul e Central	3,4	4,0	5,2	5,5	6,3

Tabela 1 – Consumo Global de Petróleo por Região, 1990 – 2010

(Fonte: U.S. Energy Information Administration 2012)

Comparação das projeções de petróleo para 2025, 2035 e 2040 ao preço de 2011								
	2011		2025		2035		2040	
	WTI <sup>15</sup>	Brent <sup>16</sup>	WTI	Brent	WTI	Brent	WTI	Brent
AEO* 2013 (caso de referência)	94,86	111,26	115,36	117,36	143,41	145,41	160,68	162,68
AEO 2012 (caso de referência)	94,82	–	135,35	–	148,03	–	–	–
Energy Ventures Analysis, Inc.	–	–	78,18	–	82,16	–	87,43	–
IEA* <sup>1</sup> (De acordo com o cenário político)	–	107,60	–	135,70	–	145,00	–	–
INFORUM* <sup>2</sup>	–	111,26	–	136,77	–	149,55	–	–
IHSGI* <sup>3</sup>	94,88	–	93,05	–	86,25	–	81,20	–

Tabela 2 – Comparação das projeções dos preços de petróleo em dólares para 2025, 2035 e 2040 ao preço de 2011

(Fonte: U.S. Energy Information Administration 2013, 93)\* Annual Energy Outlook; <sup>1</sup> International Energy Agency; <sup>2</sup> Interindustry Forecasting Project at the University of Maryland; <sup>3</sup> IHS Global Insight)

<sup>15</sup> WTI – West Texas Intermediate: Comercializado na Bolsa de Nova Iorque que tem como principal local de extração o Golfo do México

<sup>16</sup> Brent: Comercializado na Bolsa de Londres que tem como principais locais de extração o Mar do Norte e o Médio Oriente

Considera-se ainda que a percentagem de petróleo destinado ao sector dos transportes irá aumentar substancialmente: “No ano de 2020, as atividades do setor dos transportes irão corresponder a cerca de 52% do consumo global de petróleo” (Klare 2002, 37), quando em 1996 se encontrava nos 43%.

Em relação aos países importadores de petróleo, a entrega e abastecimento seguros são extremamente importantes para a segurança económica. “Para os exportadores de petróleo, porém, a posseção deste recurso domina o pensamento económico mundial” (Klare 2002, 35). Tal como em 1997, os Estados Unidos avaliaram as reservas petrolíferas do Mar Cáspio – com cerca de 10 mil milhões de toneladas de petróleo e 18 a 20 mil milhões de toneladas de gás natural- avaliado em 4 triliões de dólares (preços muito inferiores aos praticados hoje em dia), as reservas petrolíferas no Ártico – cerca de 15 mil milhões de toneladas de petróleo (90 mil milhões de barris) e 1.670 biliões de metros cúbicos (U.S.G.S. 2008a) de gás natural<sup>17</sup> – são muito superiores, e trata-se de um território bastante vantajoso para a exploração dos seus recursos, mesmo quando divididos

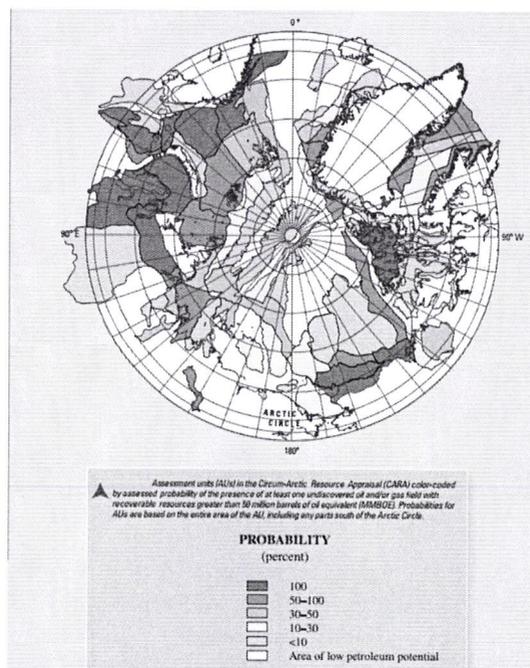


Figura 3 – As regiões árticas e a sua probabilidade de conterem reservas petrolíferas

(Fonte: U.S.G.S. 2008a, 2)

<sup>17</sup> Capacidade de reservas petrolíferas e de gás com a possibilidade de extração.

por diversos países. Há que ter em conta que ao nível mundial, existem cerca de 565,298 milhões de barris de petróleo; 5,605,626 mil milhões de metros cúbicos de gás; e por fim cerca de 166,668 milhões de barris de gás natural líquido (U.S.G.S. 2008a).

É também extremamente importante fazer alusão à questão europeia no que diz respeito à dependência energética, pois trata-se de uma região com reservas energéticas muito escassas.

Neste momento, a União Europeia é extremamente dependente das importações de recursos energéticos. Os países que mais importam são normalmente os mais populosos, exceto o Reino Unido e a Polónia, cujos países ainda detém algumas fontes de petróleo, gás ou carvão. O único país que exporta petróleo dentro da União é a Dinamarca. Os dados de 2010 indicam que, neste momento a UE importa cerca de 34,5% de petróleo apenas da Federação Russa, enquanto os países árabes (Arábia Saudita, Líbia, Irão, Cazaquistão, Nigéria, Azerbaijão, e Iraque) em conjunto representam cerca de 39% das importações (ver Figura 4).

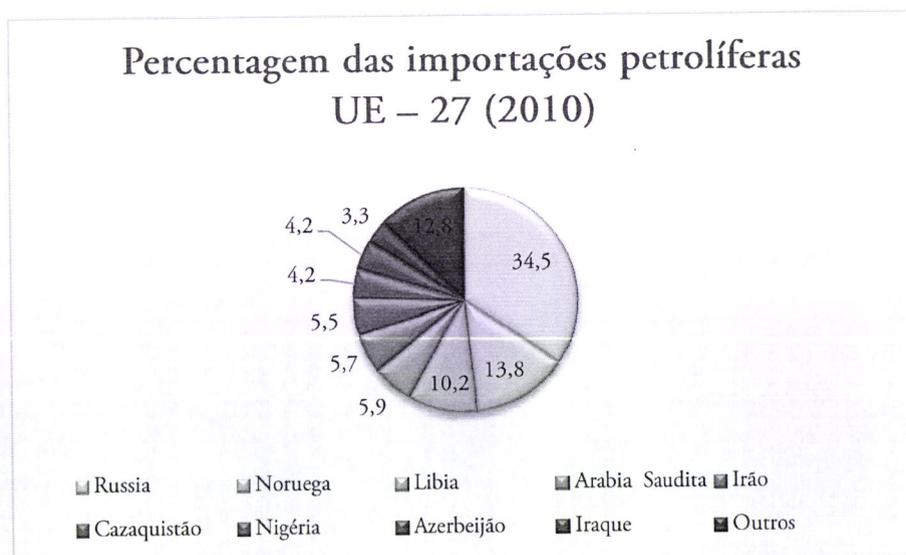


Figura 4 – Importações Petrolíferas (em percentagem) para a União Europeia a 27 em 2010  
(Fonte: EUROSTAT 2012)

De acordo com aquilo que se sabe até à data, não existe nenhum outro elemento que substitua o petróleo, que permita à sociedade prosseguir com o estilo de vida que foi adotado nos últimos 50 anos. Praticamente todas as tarefas estão direta ou indiretamente

ligadas a este combustível. As alternativas conhecidas são o “gás natural, o carvão, as areias betuminosas, o óleo de xisto, o etanol, a fissão nuclear, a energia solar, eólica, hidráulica, das marés, e os hidratos de metano (...). Na verdade, todas as fontes energéticas que se baseiam em combustíveis não fósseis dependem, em certa medida, da economia subjacente assente nos combustíveis fósseis. Não conseguimos fabricar turbinas metálicas para produzir energia eólica utilizando a tecnologia da energia eólica. Não conseguimos fabricar baterias de ácido e chumbo para sistemas elétricos solares, utilizando os sistemas de energia solar que conhecemos (...). A dádiva do petróleo foi uma ocorrência geológica extraordinária e singular, que nos permitiu usar a energia armazenada ao longo de milhões de anos de luz solar. Quando se esgotar, acaba-se de vez.” (Kunstler 2006, 131–133).

## AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS COMO A CAUSA PARA O ÁRTICO

*“I do not believe that the apparent conflict between oil and the environment represents a permanent impasse. Instead it presents a challenge – a challenge to our engineering skills and a challenge to our environmental conscience”*

Presidente Richard Nixon, 26 Setembro 1971 (Emmerson 2010, 249)

Ao longo da história do planeta, tem-se vindo a assistir a diversas eras glaciares com períodos de intervalo de 40.000 a 100.000 anos. A grande última era glacial<sup>18</sup> – denominada Glaciação Würm – deu-se à 150 mil anos e por isso, o planeta deveria estar neste momento nas vésperas de uma nova era glacial. No entanto, nos últimos 40 a 50 anos tem-se assistido a uma mudança climática tão rápida como nenhuma outra e, sem dúvida que, estas alterações se devem à atividade industrial provocada pelo Homem (cada vez mais crescente) que tem vindo a alterar a composição química da atmosfera (ver Figura 5), fazendo assim com que a temperatura média global aqueça. Tal facto é comprovado pelo Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC)<sup>19</sup> quando afirma que “as principais causas das alterações climáticas resultam essencialmente de um estilo de vida que explora intensivamente os combustíveis fósseis, estimulando o aumento exponencial da emissão de gases que provocam o efeito de estufa – como o dióxido de carbono, metano e óxido nitroso – e ainda, da utilização extensiva de aerossóis” (Leal 2014, 277–278).

Deste modo é importante perceber quatro fatores das alterações climáticas:

---

<sup>18</sup> Entre meados de 1300 e 1850 a região do Atlântico Norte sofreu uma pequena era glacial. Durante estes séculos o clima ficou caracterizado por invernos rigorosos, alterações climáticas repentinas, assim como por impactos de cariz político, económico e agrícola no continente europeu.

<sup>19</sup> O IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) é o principal órgão internacional para a avaliação das alterações climáticas. Foi estabelecido em 1988 pelas Nações Unidas. Para mais informações visitar o sítio oficial: <http://www.ipcc.ch/index.htm>

- 1) Qualquer processo de alteração climática acontece de modo irregular ao longo dos tempos, e não é imediata. Sabe-se que o dióxido de carbono fica preso na atmosfera muitos séculos, o que irá contribuir para o aumento da temperatura média global;
- 2) A geografia das alterações climáticas é díspar e nem sempre de aquecimento.
- 3) Independentemente da tecnologia que possa vir a ser adotada, encontramos-nos presos a um certo grau de aquecimento – as alterações tomadas hoje só terão consequências visíveis no fim do século;
- 4) O facto de a geografia das alterações climáticas ser díspar não é por acaso. Existem padrões espaciais importantes que se mantêm nos vários modelos de simulação, para qualquer que seja o cenário de emissões de carbono, e em todas as épocas. Por exemplo, as subidas das temperaturas serão mais elevadas nos oceanos do que nos continentes, tal como serão mais intensas nas regiões do norte do que nas regiões do sul (Smith 2011).

Os gases com efeito de estufa<sup>20</sup> são sem dúvida os grandes responsáveis, cuja culpa só foi revelada em 1990 por Svante Arrhenius (1859 – 1927). “Tal como o vidro, os gases com efeito de estufa são transparentes aos comprimentos de onda curta dos raios solares, permitindo que passem sem impedimento pela atmosfera para aquecer a superfície da Terra (a não ser que sejam bloqueados por uma nuvem), mas são opacos aos comprimentos de onda longos da radiação infravermelha, devolvidos ao espaço pela Terra aquecida, em vez de os absorverem e tornarem-se assim, eles próprios, radiadores infravermelhos” (Smith 2011, 44). Sabe-se atualmente que as temperaturas médias do planeta estão a subir, e a forma como acontece tem sido consistente com o efeito de estufa, mas inconsistente com outros ciclos na natureza. “A temperatura média global era de 8.27°C quando se iniciaram as medições modernas e atingiu 9.5°C em 2003. O ritmo a que as alterações se estão a verificar também tem vindo a aumentar constantemente (...). Um aumento de 1.3°C tem implicações tremendas, e a subida da temperatura corresponde com exatidão ao aumento do uso dos combustíveis fósseis desde meados do século XIX” (Kunstler 2006, 189). O problema do efeito de estufa apenas surgiu após a revolução

---

<sup>20</sup> Os gases com efeito de estufa são compostos por vapor de água (36 a 70%); dióxido de carbono (9 a 26%); metano (4 a 9%) e ozono (3 a 7%).

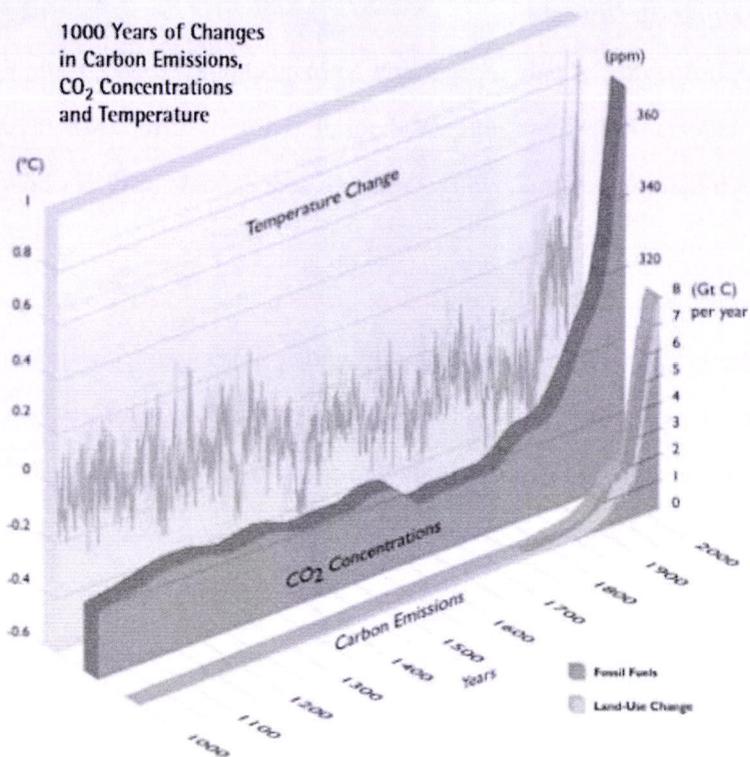


Figura 5 – A concentração de dióxido de carbono na atmosfera e o consequente aumento da temperatura global

(Fonte: ACIA 2004, 3)

industrial, que resultou numa enorme produção de gases nocivos para a atmosfera, o que fez acelerar o processo natural de alteração climática.

Ao longo da história verificaram-se alterações climáticas devido a causas naturais e, verifica-se que as alterações rápidas – principalmente nos últimos 100 anos – refletem a influência das práticas modernas humanas na Terra, através da concentração de dióxido de carbono na atmosfera e outros gases com efeitos de estufa e, por isso, a atividade humana, em especial a atividade industrial, tornou-se um fator dominante para estas alterações (ACIA 2005).

Pela primeira vez em 2007, verificou-se uma amostra das consequências das alterações climáticas: “Pela primeira vez na memória do homem, quase 40% da camada flutuante de gelo no Oceano Ártico<sup>21</sup> desapareceu em poucos meses (...) A água azul do

<sup>21</sup> Geralmente considera-se que o Oceano Ártico engloba a baía de Baffin, o mar de Beaufort, o mar de Barents, o mar de Chukchi, o mar Siberiano Oriental, o mar da Gronelândia, a Baía de Hudson, o estreito

mar estendeu-se praticamente até ao Polo Norte.” (Smith 2011, 217). Este degelo durante o verão de 2007 foi favorável para o programa de mapeamento da região do Ártico pelos Estados Unidos, permitindo chegar aos 83º graus de latitude (Emmerson 2010). A NASA afirma que a extensão de gelo em 2008 (Fevereiro) era de 5.85 milhões de km<sup>2</sup>, menos 278.000 km<sup>2</sup> do que a média da extensão aferida entre 1979 e 2000 (Leal 2014). Os modelos climáticos apontavam para que os verões sem gelo no Ártico apenas se dessem por volta de 2050, e por isso a questão não se prende por ter acontecido, mas sim por ter acontecido muito mais cedo, do que o esperado. Em 2008 e 2009 a situação repetiu-se, e nestes anos foram batidos novos recordes para o mínimo de gelo no Ártico. Desde 2007 que cada ano que passa têm sido batidos novos recordes no que diz respeito ao mínimo de gelo no Ártico (LUSA 2013)(Folha de São Paulo 2011) e nas regiões circundantes (Ziegler 2011). “Normalmente a região do Ártico arrefecia o clima do planeta: agora, no entanto o degelo polar e o degelo do *permafrost*<sup>22</sup> estão a acelerar as alterações climáticas” (Prime Minister’s Office 2013, 39). O degelo do Ártico está a dar-se a uma grande velocidade “e a atingir uma dimensão que não se verifica à mais de um milhão de anos, prevendo-se que os verões no final do século XXI sejam tão quentes como à 130.000 anos, quando o nível médio das águas do mar era seis metros acima do que é hoje” (Leal 2014, 283). O grande motivo para que as regiões de elevadas latitudes sejam mais afetadas pelo aumento médio das temperaturas, é graças ao albedo: “O albedo é uma medida relativa de quantidade de luz refletida numa superfície. Os seus valores vão de 0 a 1 (ou seja 0% a 100% refletivo). A neve e o gelo têm um albedo elevado, devolvendo para o espaço (...) 90% dos raios solares que os atingem. A água do oceano tem um albedo muito baixo, refletindo menos que 10% e absorvendo o restante.” (Smith 2011, 218). Desta forma, verifica-se no Ártico um elevado efeito do albedo quando em comparação com a Antártica, pois o Ártico é a única zona do globo em que o oceano fica coberto por uma pequena camada de gelo

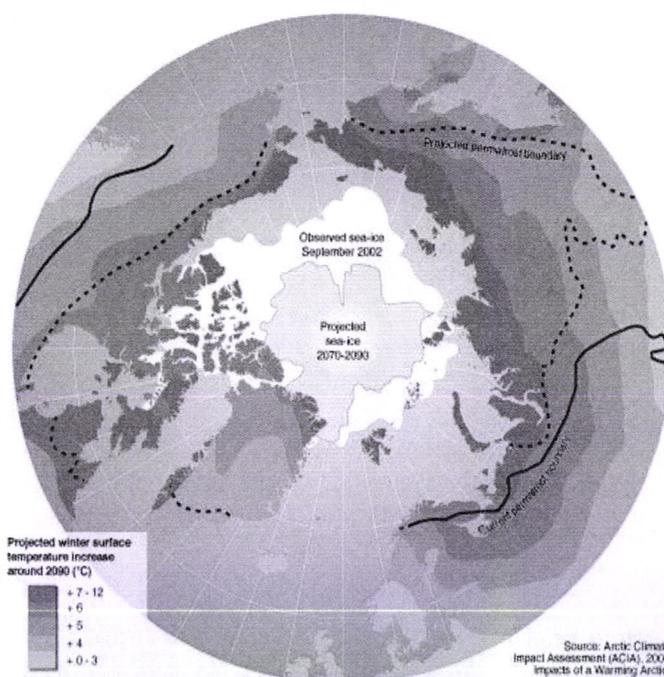
---

de Hudson, o mar de Kara, o mar de Laptev, o mar Branco, o Polo Norte e ainda alguns afluentes de água possuindo uma área de 14.056.000km<sup>2</sup> (Arctic&Antartic Collection 2008/2009). Este é considerado um Oceano fechado pois possui um número restrito de ligações a outros Oceanos (Leal 2014).

<sup>22</sup> Trata-se de um tipo de solo muito encontrado na região do Ártico e é constituído por terra, gelo e rochas permanentemente congelados. Trata-se de *permafrost* quando este por 2 ou mais anos se encontra a temperaturas iguais ou inferiores a 0°C.

durante o verão<sup>23</sup>, enquanto a Antártida trata-se de um continente coberto por gelo. Com o efeito do albedo nos oceanos quando o “Oceano Ártico sem gelo aquece, atua como uma bolha de água quente gigantesca, aquecendo o ar frio do horizonte (...). O gelo marinho<sup>24</sup> que se acaba por formar é fino e quebradiço, permitindo que mais calor do oceano se difunda ao longo do inverno. Os invernos tornam-se mais suaves, as geadas do outono chegam mais tarde e o orvalho da primavera aparece também mais cedo. O efeito do aquecimento é mais elevado sobre o oceano e daí estende-se para sul, aquecendo vastos territórios ao longo de algumas das áreas mais frias da Terra.” (Smith 2011, 220).

Os analistas militares dos Estados Unidos afirmam que as alterações climáticas esperadas, representam uma ameaça à segurança internacional, e por isso mesmo em 2009



a CIA abriu um novo centro de investigação destinado à sua análise. O relatório do  
Figura 6 – Projeção da diminuição do gelo na região ártica

(Fonte: Arctic Council, The International Arctic Science Committee Assessment Steering Committee, 2004)

<sup>23</sup> Desde 2007 que tal não se verifica.

<sup>24</sup> Gelo marinho – “O gelo marinho é formado através do congelamento das águas do oceano, que atua como uma espécie de isolante para a transferência de calor” (Criosfera, Gelo Marinho e Gelo de superfície s.d.).

Pentágono (de Outubro de 2003) (Schwartz and Randall 2003), sobre as alterações climáticas “descreve um cenário de guerras, fomes, doenças, fluxos maciços de refugiados, guerra civil na China e a fortificação da defensiva dos Estados Unidos e da Austrália. Enquanto os Estados Unidos (...) ficarão em melhor situação e terão uma maior capacidade de adaptação, (...) irão aperceber-se de que estão num mundo em que a Europa estará a travar dificuldades internas, grandes números de refugiados a surgir nas suas costas e a Ásia perante uma grave crise de falta de comida e água. A rutura e o conflito serão características endémicas da vida. Os autores do relatório insistem que a sua análise, embora extrema, é plausível” (Smith 2011, 375).

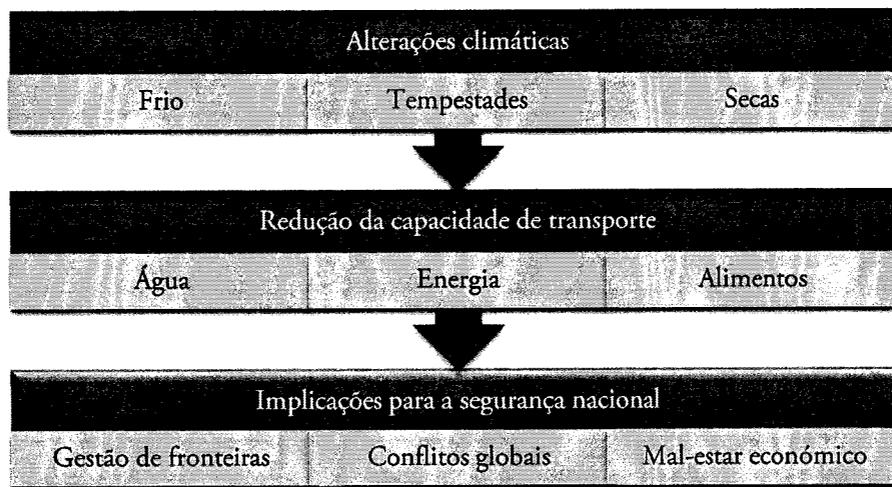


Figura 7 – As implicações das alterações climáticas

(Fonte: Schwartz and Randall 2003, 3)

Com isto, um dos grandes problemas em relação ao aumento das temperaturas, é o degelo das calotas polares e consequentemente a libertação do carbono orgânico<sup>25</sup>. Sabe-

<sup>25</sup> O carbono orgânico encontra-se em zonas húmidas e frias em que os “seres vivos apodrecem completamente quando morrem. As plantas vivas capturam carbono fresco da atmosfera e armazenam-no nos seus tecidos. Quando morrem, os microrganismos decompõem-se, lançando o carbono de novo para a atmosfera sob a forma de gases com efeitos de estufa, dióxido de carbono ou metano. Mas enquanto as plantas e árvores podem continuar a crescer em locais frios, mesmo sobre o *permafrost* os microrganismos pouco podem fazer para as decompor, porque os seus metabolismos dependem bastante da temperatura. Muito frequentemente vai-se acumulando uma camada de trufa semelhante a material vegetal em decomposição, formando com o tempo uma elevação do solo à medida que gerações sucessivas de raízes crescem por entre os restos semi apodrecidos dos seus antepassados. Verifica-se alguma decomposição

se atualmente que na região do Ártico se encontram cerca de 1.672 bilhões de toneladas (1672 giga toneladas) de carbono orgânico congelado no solo: ali encontra-se cerca de metade do total mundial de carbono em apenas 12% da sua área. A esta quantidade gigantesca de carbono orgânico, não se sabe ainda o que acontecerá quando começar a descongelar. “Permanecerá estacionário, compensando até talvez os efeitos dos gases de estufa graças a plantas com crescimento mais rápido, sequestrando assim mais carbono, e mais depressa, do que antes? Ou, pelo contrário, vai despertar os microrganismos, (...) soltando para o ar quantidades imensas de metano e dióxido de carbono? (...) Esta possibilidade é outro desses fantasmas climáticos que só agora começamos a compreender” (Smith 2011, 383). Ao carbono orgânico juntam-se ainda os milhões de lagos espalhados pelas regiões do *permafrost* que são também grandes emissores de gases com efeito de estufa que borbulham com metano puro, daí que o futuro destes lagos, está sem dúvida estreitamente ligado ao futuro das alterações climáticas. Relativamente ao seu futuro, existem duas possibilidades preocupantes: 1) se os solos de *permafrost* descongelarem, secarem e arejarem, os microrganismos libertarão o carbono sob a forma de dióxido de carbono; 2) se os solos permanecerem húmidos os microrganismos irão libertar o carbono sob a forma de metano (um gás com efeito de estufa 25 vezes mais potente que o dióxido de carbono).

---

no subsolo, mas quando o *permafrost* se instala, mesmo isso para, e essa matéria fica criogenicamente conservada.” (Smith 2011, 382)

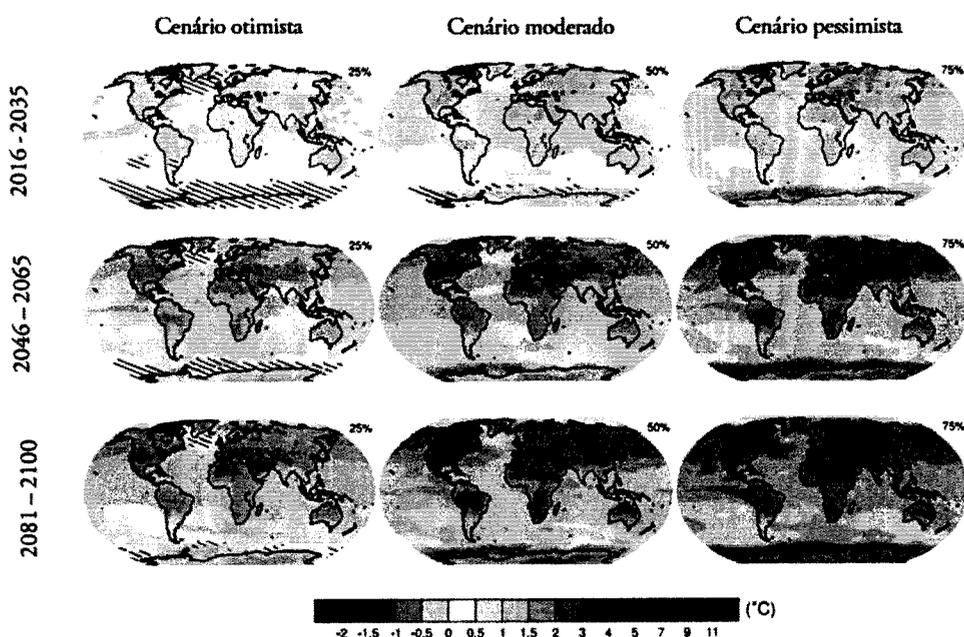


Figura 8 – Os diversos cenários de aquecimento apresentados pelo Quinto Relatório de Avaliação do IPCC

(Fonte: Stocker et al. 2013)

Neste momento a região do Ártico enfrenta as alterações climáticas mais rápidas e severas no planeta. Os cientistas preveem que nos próximos 100 anos as alterações climáticas acelerem, e consequentemente contribuam para uma mudança ao nível físico, ecológico, social, e económico; alterações que já hoje em dia são experienciadas em parte.

É graças ao degelo no Ártico, que muito recentemente – mais intensificado a partir de 2007 (o primeiro dos anos em que se verificou a maior percentagem de redução do gelo no Polo Norte) – se iniciou uma busca pelo seu território sem precedentes, tanto pelos países que com ele fazem fronteira – Rússia, Finlândia, Estados Unidos, Canadá, Noruega, Dinamarca (Gronelândia), e Islândia –, como por países mais longínquos – China, Índia, Coreia do Sul, Japão (que já iniciaram expedições no Ártico) – assim como por empresas de exploração energética das mais variadas nacionalidades – Shell (Anglo-Holandesa), Gazprom (Russa), ExxonMobil (Norte-Americana), BP (Inglesa), Chevron (Norte-Americana), DONG Energy (Dinamarquesa), Husky Energy (Canadiana), Cairn Energy (Escocesa), ConocoPhillips Alaska (Norte-Americana), Rosneff (Russa), Statoil (Norueguesa), Eni (Italiana) – que esperam – ou não, pois algumas delas já iniciaram a

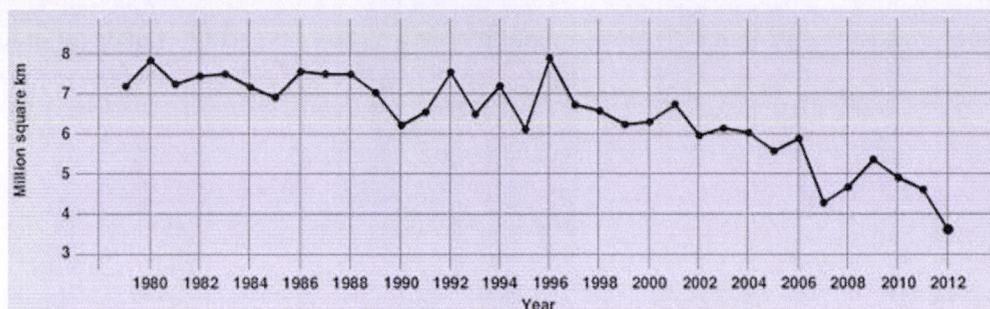


Figura 9 – A redução do gelo no Ártico nos últimos seis anos é notória

(Fonte: Masters 2013)

exploração – pelo degelo, para que os custos de extração sejam menores. Na maior parte dos casos estas empresas são auxiliadas pelos Estados, quer através da concretização de projetos, quer através do aluguer de zonas de extração com elevado potencial de reservas.

A disputa pelo Ártico tem surgido de uma forma muito intensa entre os países costeiros – os *Arctic Five*: Federação Russa, Canadá, Estados Unidos, Noruega e Dinamarca –, pois as reservas energéticas calculadas pelo U.S. Geological Survey são enormes. Este instituto calculou que cerca de 30% do gás natural e 13% do petróleo ainda não descobertos no planeta se encontram naquela região. Deste modo são já muitas as zonas marinhas que se encontram em disputa devido à sua potencialidade energética. O degelo trouxe consigo inúmeras rivalidades entre os Estados "e a atrair à região recém-chegados famintos de energia, como a China. Os poderes do Ártico estão a atingir rapidamente um congestionamento diplomático e isso poderia até levar ao tipo de audácia armada que avassala outros territórios" (Smith 2011, 249), hipótese confirmada por Nicolai Patrushev (Secretário do Conselho de Segurança Russo) afirmando que "o Ártico deve tornar-se na principal base estratégica da Rússia. Não podemos excluir a hipótese de a batalha por matérias-primas vir a ser combatida com meios militares" (Smith 2011, 249).

Com as alterações geológicas e marinhas observadas no Ártico a partir de 2007, a perspetiva de fluxos de comércio ao nível mundial alterou-se, pois passaram a existir duas passagens, com carácter sazonal, pela zona mais a norte do mundo – a Passagem do

Noroeste e a Rota do Mar do Norte – tornando-se assim uma das grandes vantagens mais esperadas trazidas pelas alterações climáticas<sup>26</sup>.

### *E A GRONELÂNDIA?*

A Gronelândia é a segunda maior ilha do mundo e “desfruta de uma área de 2.166.086km<sup>2</sup> [cerca de quatro vezes a área da França] e de uma população com cerca de 57.000 habitantes” (Leal 2014, 91). No que diz respeito à questão ambiental esta ilha traz consigo grandes preocupações: Poderão as alterações climáticas e, conseqüentemente, o aquecimento das temperaturas, acelerar o degelo do Ártico e da Gronelândia? “Talvez. O registo geológico diz-nos que os níveis de água do mar podem muito bem responder com rapidez ao recuo dos glaciares. Ao fim de um longo curso – vários milhares de anos, certamente –, tudo leva a crer que o manto de gelo da Gronelândia está comprometido e poderá mesmo desaparecer completamente” (Smith 2011, 379), e tal como se tem observado ano após ano tem-se vindo a verificar novos mínimos históricos acerca da diminuição da camada de gelo no Verão (García 2012). Se as temperaturas médias globais aumentarem cerca de 3°C, o seu manto irá desaparecer por completo. Este aumento da temperatura está dependente das emissões de gases com efeito de estufa. De acordo com as últimas eras glaciares que a Terra viveu, os níveis médios da água do mar subiram entre 1 a 4 metros (por século). Este máximo – 4 metros – era atingido em momentos de degelo glacial muito rápido. A questão da Gronelândia é muito importante pois com cerca de 2.9 milhões de km<sup>3</sup> de gelo, este território pode ser o que mais contribuirá para o aumento médio global da água do mar. Caso a calota polar da Gronelândia derretesse por completo seria de esperar um aumento médio do nível do mar de cerca de 7.3 metros, fazendo assim com que o degelo da Gronelândia seja alvo de preocupação constante por parte dos especialistas. Sabe-se atualmente que a Gronelândia irá contribuir mais o que era esperado, para o aumento do nível médio global das águas do mar durante o atual século XXI (World Wildlife Fund 2008). Estas alterações irão muito provavelmente provocar “alterações profundas nas correntes oceânicas dos mares subsidiários”(Leal 2014, 283) alterando com enorme impacto “a temperatura e salinidade da água do Ártico e do Atlântico Norte” (Leal

---

<sup>26</sup> Para saber mais sobre este tópico consultar o III Capítulo: A disputa pelo Ártico.

2014, 283). Na década de 90, o degelo da Antártida e da Gronelândia estavam a fazer subir o nível médio das águas do mar 0.27 milímetros por ano. No entanto na década passada este valor aumentou para 0.95 milímetros por ano. Segundo o relatório do IPCC de 2007, o nível médio das águas do mar subiu 3.1 milímetros por ano, desde 1993 (Schwartz and Randall 2003).

Relativamente ao degelo da Gronelândia, o relatório do Pentágono também dá cartas: “Como o degelo da Gronelândia excede a queda de neve anual, e ainda o aumento do escoamento de água doce nas altas latitudes, faz com que os mares do Oceano Atlântico fiquem mais frios e com que os mares entre a Gronelândia e a Europa aumentem o seu nível.” (Schwartz and Randall 2003, 9). Na Gronelândia tem-se assistido ao maior degelo nos últimos anos, e aumentou quase cinco vezes desde meados de 1990. Ao que parece, entre 2003 e 2005, a Gronelândia perdeu cerca de 155 giga toneladas de gelo (com uma queda de neve no interior da região de apenas 54 giga toneladas).

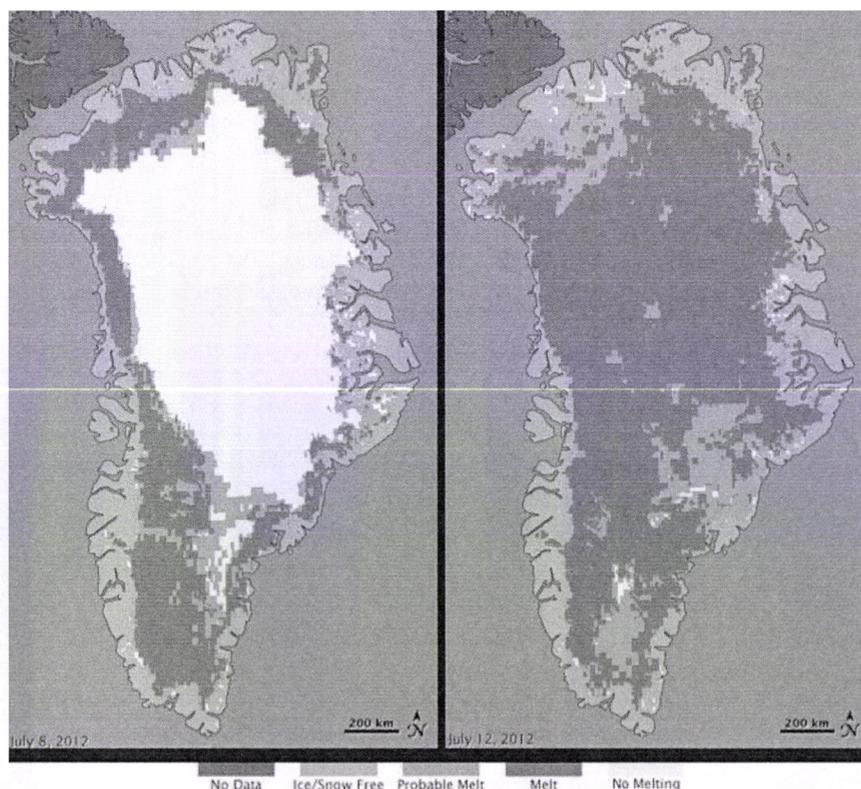


Figura 10 – O degelo rápido na Gronelândia  
(Fonte: NASA 2012)

## 2008: O ANO DOS HIDROCARBONETOS FÓSSEIS

É possível considerar “o petróleo – como – o recurso mais crucial do mundo. Sem ele, nada funcionaria na civilização industrial com a sua configuração atual (...) e o petróleo que restar será disputado por todos” (Kunstler 2006, 89–90).

No início do século passado, do ponto de vista estratégico, a região do Ártico não se encontrava presente. Para os dirigentes e especialistas políticos, militares e geopolíticos da altura, o Ártico – que se encontrava no seu todo praticamente inacessível devido ao gelo – era um território irrelevante, apesar de haver algumas reivindicações territoriais por parte do Canadá.

A procura por recursos fósseis no Ártico, já se iniciou em 1918, com geólogos da empresa petrolífera Shell que se encontravam na região para explorar a possibilidade de haver recursos petrolíferos no local. Apesar disso, só no verão de 1952 é que a mesma empresa começou o mapeamento da região. Apenas 5 anos mais tarde – 1957 – foi descoberto petróleo na Península de Kenai pela empresa petrolífera Richfield Oil Co. (Norte-americana). A grande exploração nas zonas do Ártico e nas zonas subjacentes iniciou-se nos anos 60 do século passado.

Nos anos 60 do século passado, a Sibéria apenas tinha mosquitos e manadas de renas selvagens. De imediato, entre 1962 e 1965, foram descobertos quatro campos de petróleo supergigantes e os dirigentes soviéticos tomaram a decisão de desenvolver em massa as planícies da Sibéria Ocidental<sup>27</sup>. Deste modo, “Moscovo despejou dinheiro num lugar que poucos russos tinham sequer ouvido falar” (Smith 2011, 304), no entanto, poucos anos depois, nomes como Samotlar, Fedorovskoye e Mamontovskoye eram-lhes muito familiares. Estes campos produziam cerca de 1/5 do petróleo consumido mundialmente na altura. Foi graças à região da Sibéria Ocidental que a Rússia se tornou no maior produtor de gás, e o segundo maior produtor de petróleo<sup>28</sup> do mundo. Nesta

---

<sup>27</sup> A planície Siberiana ocidental é uma vasta e húmida planície, delimitada pelos Montes Urais a ocidente e o rio Ienissei a oriente, entre os 52° e 73° N de latitude. Esta região espalha-se por quase 1600km em todas as direções, na qual se encaixam cerca de 1/3 dos Estados Unidos. É quase seis vezes maior que a Alemanha.

<sup>28</sup> O primeiro grande produtor de petróleo à escala mundial é a Arábia Saudita.

região encontra-se a Gazprom, o monopólio estatal de gás natural. Passados 50 anos do início da sua exploração, naquele local encontram-se grandes influências económicas e políticas.

Foi também nos anos 60, que na Orla Setentrional foram descobertos imensos depósitos de hidrocarbonetos fósseis. As explorações iniciaram-se no Alasca, no Canadá (em Eagle Plain, Bacia de Sverdrup e no Delta do rio Mackenzie) e na Sibéria Ocidental (Timan-Pechora) (como referido anteriormente) e a sua exploração não parece esmorecer (Smith 2011). Com a descoberta, em 1968, da jazida gigante de petróleo na Baía de Prudhoe, gerou-se então uma nova região produtora de petróleo. No entanto, a perfuração começou mais tarde: no Mar de Beaufort em 1973; na região Oeste da Gronelândia em 1976; no Mar de Barents em 1980; no mar de Pechora em 1982 e no mar de Kara em 1987. Neste momento, são quatro as regiões dominantes relativas às reservas petrolíferas: Sibéria Ocidental, Sul de Kara, Alasca e Timan-Pechora

Anteriormente a 2008, já havia dados que confirmavam a existência de recursos energéticos na região do Ártico, mas foi neste ano que se concluiu o mapeamento em toda a zona do Polo Norte, que se deu graças ao aumento do preço do petróleo nos últimos anos e à dependência face ao mercado dos países da OPEP<sup>29</sup> (como analisado no capítulo sobre a Dependência Petrolífera), e à elevada redução do degelo que permitiu a sua exploração. Deste modo, tornou-se necessário procurar saber quais as capacidades do Ártico em relação aos seus recursos energéticos (visto que a indústria petrolífera e a Federação Russa se encontravam já no terreno a explorar). Assim, em 2008, o United States Geological Survey (U.S.G.S., na sigla em inglês) concluiu a publicação de um documento que demonstrava as probabilidades de o Ártico conter recursos energéticos, tais como o petróleo e gás. Em Maio de 2008, uma equipa de cientistas do U.S.G.S. completou uma avaliação das reservas de petróleo e gás na região do Ártico. A equipa avaliou as regiões do Círculo Polar Ártico (66.56° de latitude)<sup>30</sup>: Foram descobertas

---

<sup>29</sup> Organização dos Países Exportadores de Petróleo

<sup>30</sup> O Círculo Polar Ártico é um dos maiores círculos de latitude que mapeiam a Terra. A partir deste ponto para norte, a região passa a ser conhecida como a região do Ártico. Acima deste ponto o sol pode permanecer

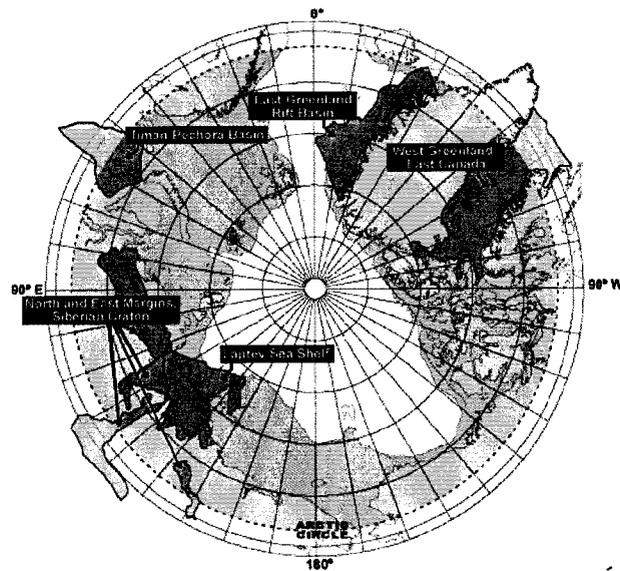


Figura 11 – As regiões detentoras de recursos energéticos no Ártico

(Fonte: U.S.G.S., 2013)

imensas quantidades de gás natural e petróleo. Estas estimativas foram realizadas através da exploração de 33 diferentes regiões geológicas, e a soma das descobertas indicam cerca de 90 mil milhões de barris de petróleo (cerca de 13% do total à escala mundial); 1.669 trilhões de m<sup>3</sup> de gás natural e 44 mil milhões de barris de gás natural líquido<sup>31</sup> (cerca de 30% do total à escala mundial) (BBC Brasil 2008; U.S.G.S. 2008b), em que cerca de 84% destes recursos se encontram nas regiões do mar do Ártico. Este estudo foi elaborado

---

continuamente acima ou abaixo do horizonte durante 24 horas contínuas pelo menos duas vezes no ano. A posição do Círculo Polar Ártico não é fixa, pois vai depender da inclinação axial da Terra.

<sup>31</sup> Este gás divide-se em Gás Natural (É o gás que existe em jazidas naturais e é composto por metano (CH<sub>4</sub>) (cerca de 80 a 95%) e etano (C<sub>2</sub>H<sub>6</sub>). Este, à pressão e temperatura ambiente, existe na forma gasosa e pode ser utilizado nessa forma pelos consumidores finais); Gás Natural Liquefeito – LNG (É o Gás Natural na sua forma líquida. A sua liquefação é conseguida através do abaixamento de temperatura (-160° C), e tal é necessário para armazenamento (a forma líquida ocupa cerca de 700 vezes menos espaço que a forma gasosa). Na natureza não existe GNL. Não pode ser utilizado nessa forma pelos consumidores finais.); Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) – Liquefied Petroleum Gas (É obtido durante a refinação do petróleo.); Natural Gas Liquids – NGL (Como vimos, o Gás Natural é composto, principalmente por hidrocarbonetos leves, mas na natureza fazem parte do gás natural hidrocarbonetos pesados em maior ou menor proporção, que podem ser separados em “refinarias” de gás natural, originando Gás Natural (metano) para um lado e etano, propano, butano, para outro. É a esta fração “pesada” (etano, propano, butano, etc.) que se dá o nome de NGL.) – Informação disponibilizada pela Professora Dra. Patrícia Sofia Martins Moita, Docente da Universidade de Évora do Departamento de Geologia.

apenas nas áreas do Ártico em que fosse possível a exploração destes recursos, de acordo com as tecnologias extratoras utilizadas atualmente, mesmo tendo em conta a questão do gelo de superfície no mar do Ártico e a profundidade a que se encontra (U.S.G.S. 2008a). No entanto, apesar de todos estes recursos serem possíveis de extração, o U.S.G.S. não mede os custos de extração que poderão ser bastante elevados, tal como aconteceu com o projeto Shtokman, na Rússia.

O relatório do U.S.G.S. do ano de 2008, refere ainda que mais de 70% do petróleo no Ártico se encontra nas regiões do Alasca, na Bacia Amerasia, no Leste da Bacia da Gronelândia, no Leste da Bacia de Barents e ainda no Oeste da Gronelândia – Oriente do Canadá; e que 70% do gás natural encontra-se na Bacia da Sibéria Ocidental, no Este da Bacia de Barents e ainda no Alasca.

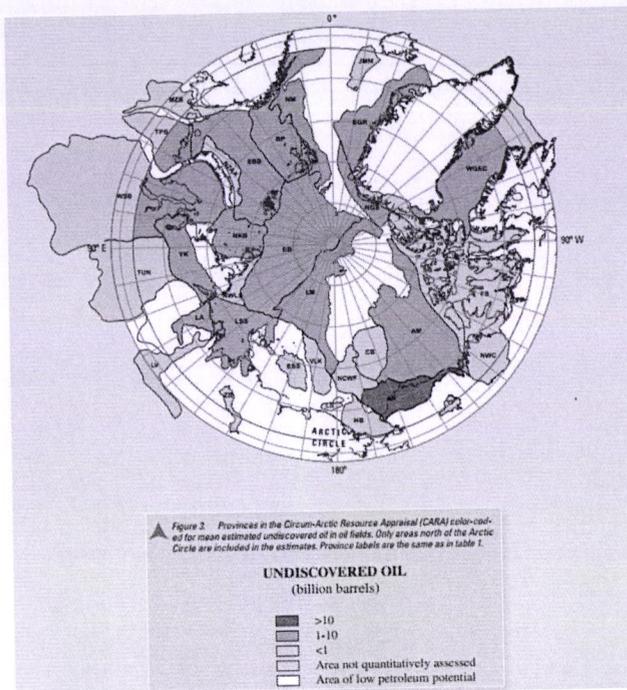


Figura 12 – As probabilidades das diversas regiões de deterem petróleo.

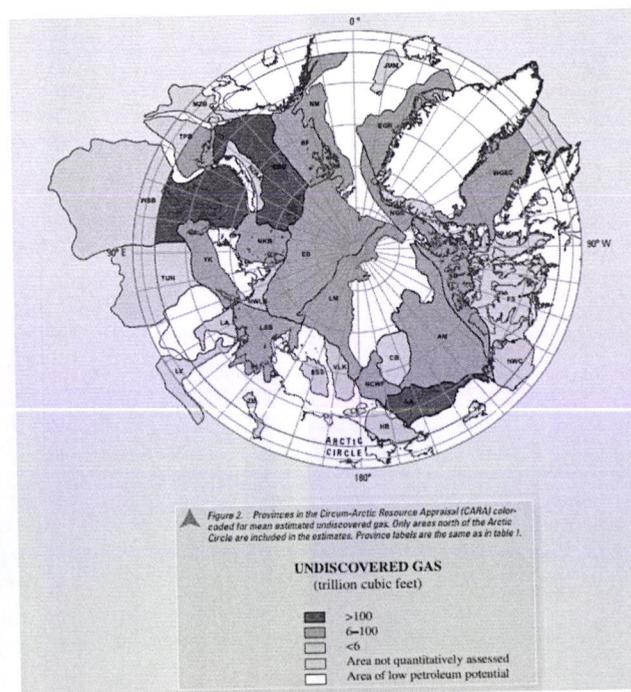


Figura 13 – As probabilidades das diferentes regiões de deterem gás e derivados.

(Fonte: U.S.G.S. 2008b, 2, 3)



## CAPÍTULO II. A QUESTÃO POLÍTICA DE DECISÃO

### DIMENSÃO CONCEPTUAL: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

#### *A TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS*

Será importante analisar qual a corrente teórica dominante, quando analisadas as ações levadas a cabo pelos cinco Estados costeiros do Ártico.

Como já foi referido anteriormente, o Ártico encontra-se numa situação climática preocupante: as suas calotas polares têm vindo a diminuir ano após ano, colocando em risco os seus habitantes, a sua fauna e flora, e ainda destabilizando o clima global. Verificou-se que, perante a necessidade de procurar atenuar o mais possível os impactos das alterações climáticas, em particular o aquecimento global, os países do Ártico uniram princípios e interesses de modo a se servirem melhor da situação, com o intuito de explorar a região. Uma ação que tem em conta a continuidade do processo que levou aos problemas ambientais enfrentados hoje em dia: a contínua exploração dos recursos energéticos, que neste momento se encontram no Ártico.

Sendo assim, de acordo com o paradigma idealista das relações internacionais, poder-se-ia ponderar que os Estados tudo fariam para retroceder este processo e procurar minimizar os impactos provocados pelas alterações climáticas na região, e consequentemente em todo o planeta, atuando com medidas preventivas ao nível local. Hoje em dia os Estados tecnologicamente mais desenvolvidos, em especial no caso dos Estados Unidos, já se encontram munidos das informações necessárias sobre o futuro das alterações climáticas. Isso é visível em documentos publicados pela CIA, pelo IPCC, pela Agência Europeia do Ambiente, que preveem as dificuldades futuras que advirão em consequência das alterações climáticas. Verifica-se que os Estados Árticos – e os restantes – não se encontram devidamente preocupados com as alterações que estão a ocorrer a uma velocidade tão rápida – apesar de toda a informação que os modelos climáticos apresentam. Estão sim, interessados na exploração das reservas energéticas na região. Desta forma os Estados esperarão: Numa primeira fase o degelo da camada de gelo que cobre o oceano Ártico deixará a descoberto os vastos depósitos de petróleo e gás que se considera

existir na região<sup>32</sup> levando à abertura das rotas marítimas do noroeste e do nordeste, que trazem consigo a possibilidade de encurtamento das viagens que são realizadas da Europa para a Ásia. Por fim irão proceder à exploração dos seus recursos através de mecanismos menos dispendiosos, devido a um clima mais ameno que se irá instalar na região.

Após o degelo provocado pelas alterações climáticas, outras questões se levantam. Quem é afinal o detentor das reservas energéticas do Ártico? Dos oito Estados do Ártico, os cinco Estados costeiros são quem pode ter alguma hipótese de reclamar o direito à exploração da zona, mas para tal é necessário a definição de fronteiras, que tem que ser aprovada pela Comissão dos Limites da Plataforma Continental<sup>33</sup> (a partir de agora denominada segundo a língua inglesa CLCS – Commission on the Limits of the Continental Shelf). Assim sendo, os Estados já iniciaram o mapeamento e a recolha de dados geológicos na região, que comprovem que determinadas extensões à sua plataforma continental lhes pertencem. Esta disputa entre os vários países vai de encontro, à principal corrente teórica dominante das RI: O realismo, onde a manutenção do poder do Estado torna-se essencial para poder governar a região. No entanto, deparamo-nos com outra questão: os Estados, como será observado de seguida, apesar de não desejarem a criação de um organismo, ou tratado para o Ártico – como aconteceu na Antártida – remetem-se à legislação em vigor e aos órgãos existentes no Direito Internacional – neste caso o UNCLOS, o CLCS e o Conselho do Ártico<sup>34</sup> –, ao mesmo tempo que defendem a cooperação entre si para regular e governar na região. Sendo assim, remetemo-nos para uma segunda teoria das relações internacionais: A teoria regime<sup>35</sup>. Apesar de haver já um órgão de cariz intergovernamental, – o Conselho do Ártico – os países não lhe atribuem os meios necessários para que possa tomar medidas importantes, sendo assim deixadas à

---

<sup>32</sup> Em 2008 o U.S.G.S. publicou um documento comprovando a existência de inúmeras reservas energéticas na região, que alberga cerca de 30% das reservas mundiais de gás e 13% das reservas mundiais de petróleo.

<sup>33</sup> A partir de agora denominada de PC.

<sup>34</sup> O Conselho do Ártico não ingere em assuntos relacionados com os Estados, mas sim com as questões ambientais ou de segurança

<sup>35</sup> A teoria dos regimes é uma teoria dentro das relações internacionais que deriva da tradição liberal, afirmando que “a cooperação internacional é (...) possível sem estruturas de poder hegemónicas, quando a cooperação vai de acordo com o interesse de todos os Estados envolvidos” (Georgescu 2010, 42).

mercê dos Estados do Ártico<sup>36</sup>. Assim, ao contrário do que nos ensina o realismo, em que o poder do estado está estreitamente ligado aos interesses do mesmo (de modo a garantir a sua sobrevivência) (Slaughter 2011), acontece que se verificou uma ligeira vontade de cooperação em 2008, na Declaração de Ilulissat<sup>37</sup>. O documento com assinatura dos *Arctic Five*, comprometia a resolução pacífica das disputas territoriais. Aquando a observação das diversas políticas nacionais para o Ártico, são vários os países que afirmam que a cooperação é uma vantagem, exemplificando a questão da resolução pacífica das disputas. Mesmo assim, uma das grandes vantagens é a combinação de tecnologias que permitam o estudo dos oceanos e a compilação, entre Estados mais próximos geograficamente, de meios para assegurar operações de busca e salvamento eficazes numa região – atualmente – com grandes dificuldades nesse domínio, até porque a cooperação é uma vantagem como nos ensina Hedley Bull, “não há estado tão grande que não considere útil relacionar-se com os menos importantes, e procurar amigos entre os diferentes partidos de que fazem parte, até mesmo o menor deles” (Bull 2002, 194). A esta teoria é importante referir a sua ligação com a lei da complexidade crescente – a internacionalização dos problemas – de Adriano Moreira: “a nossa época é caracterizada por um interdependência total que afetou de maneira decisiva os tipos de relações e os conceitos a que elas estavam subordinados até á poucos anos. (...) A lei da complexidade crescente da vida internacional, pretendendo significar que a marcha para a unidade vem acompanhada de uma progressiva multiplicação (...) dos centros internacionais de diálogo, cooperação, e de decisão, e das relações entre esses centros”(Moreira 2011, 69, 70), sendo que os problemas que antes faziam parte da esfera interna dos Estados, hoje muitas das vezes são problemas regionais – abrangendo vários países – ou globais.

Pode-se até admitir que os assuntos relacionados com o Ártico poderão não vir a ser um tema de tensão internacional, tal como foram regiões como o Médio Oriente. Mas serão os preços dos recursos energéticos que ditarão as regras. Mesmo assim, ao nível

---

<sup>36</sup> Tal como noutras organizações internacionais, como a ONU, se verifica a sua constante inoperacionalidade.

<sup>37</sup> É importante referir que é possível apontar falhas no comportamento dos Estados que não vai de acordo ao documento assinado, tal como é apontado por Khanova (2014) afirmando que uma das possibilidades é a Rússia declarar unilateralmente a soberania sobre esse território”.

regional este é já um local de extrema importância no que diz respeito à projeção de poder e influência, e com as alterações climáticas essa importância aumentará ainda mais.

### *UM CRESCIMENTO EM DECRESCIMENTO?*

A questão económica do Ártico é o grande fator chave para o desencadear de disputas e para a inação dos Estados em certos domínios, como é o caso da questão climática. Dentro da questão económica inserem-se a exploração dos recursos que trará benefícios para o país detentor das reservas, a questão das passagens marítimas pelo Oceano Ártico e ainda o desenvolvimento económico das regiões mais a norte.

Nas últimas décadas a expressão *desenvolvimento sustentável* tem sido bastante aplicada e debatida quando se discute o processo de desenvolvimento económico, cujo modelo é o que se pretende aplicar no Ártico. No entanto, já nos anos 60/70, Nicholas Georgescu-Roegen<sup>38</sup>, economista, observou que o processo económico não se tratava de um sistema isolado, mas sim dependente das matérias-primas. Este autor foi, ao longo dos anos, incompreendido e muitas vezes ignorado. “Atualmente (...) cresce o número de economistas que começam a olhar para a economia não como um sistema isolado, mas como parte de um todo, submetida às leis da natureza e aos impactos que causa nos homens” (Instituto Humanitas Unisinos 2013), ao qual se denomina de economia ecológica. Tal como nos ensina Georgescu-Roegen ao longo da história a ciência económica esteve sempre ligada ao “pensamento económico da epistemologia mecanicista” (Georgescu-Roegen 2008, 51), que é comprovado “por um diagrama circular encerrando o movimento de vaivém entre a produção e o consumo num sistema completamente fechado” (Georgescu-Roegen 2008, 51) que não considera outras variáveis, como é a questão – do tema em causa – do ambiente. Georgescu-Roegen aborda a ciência económica com outro intuito: o de consagrar a natureza no processo económico e de geração da riqueza: “Toda a história económica da humanidade prova sem

---

<sup>38</sup> Nicholas Georgescu-Roegen foi matemático e economista, que graças ao seu pensamento crítico, veio-se a afirmar como um “revolucionário do pensamento económico e da filosofia das ciências” (Georgescu-Roegen 2008, 9), cujos trabalhos resultaram no conceito de decrescimento económico. É considerado o fundador da economia ecológica. Georgescu nos seus trabalhos revelou uma degradação inevitável dos recursos humanos decorrentes da atividade humana.

contradição que a natureza também desempenha um papel importante no processo económico, assim como na formação de valor económico” (Georgescu-Roegen 2008, 52). Georgescu— Roegen afirma que se tem dado ao longo dos anos o negligenciar do reconhecimento da própria natureza entrópica do processo económico: “A melhor prova disso é que as diversas autoridades responsáveis pela luta contra a poluição se esforçam presentemente por nos insuflar a ideia de máquinas e de reações químicas que não produzem resíduos e, por outro lado, a convicção de que a salvação depende de um perpétuo reciclar de resíduos” (Georgescu-Roegen 2008, 59), pois o crescimento e desenvolvimento económico ao longo dos anos têm vindo a degradar o sistema ecológico planetário: “não nos devemos admirar se ninguém percebeu que não podemos produzir frigoríficos, automóveis, ou aviões a reação «melhores e maiores» sem produzir também resíduos «melhores e maiores»” (Georgescu-Roegen 2008, 59). A situação energética é também afluída por Georgescu-Roegen afirmando que “graças ao progresso espetacular da ciência, o homem atingiu um nível quase miraculoso de desenvolvimento económico. Por outro lado esse desenvolvimento obrigou o homem a aumentar a sua captação dos recursos terrestres num grau assombroso, como atestam as perfurações em alto-mar.”(Georgescu-Roegen 2008, 61).

Neste momento, é possível afirmar que as teses de Georgescu-Roegen são aplicáveis ao caso do Ártico, pois verifica-se que os países disputam entre si por territórios ricos em hidrocarbonetos, para proceder à sua exploração enquanto que ao mesmo tempo defendem um crescimento e desenvolvimento sustentável. A questão do Ártico insere-se em dois momentos das suas teses: Primeiro, a de que a busca incessante por recursos e o não cuidado com a poluição levou ao degelo das calotas polares, e em segundo lugar em relação à disputa pelos recursos: Quando nas suas agendas estratégicas os diversos países abordam a questão económica, não é observada – tal como a economia tem feito até agora – a questão ambiental. Existem apenas meras referências a um desenvolvimento sustentável, mas nunca associadas à exploração dos recursos energéticos, mas sim associada ao desenvolvimento local que estas trarão consigo para os territórios mais a norte.

Pode concluir-se então, respondendo à questão “Um crescimento em decrescimento?”: Pode-se afirmar que sim. Uma vez mais, tal como tem vindo a acontecer

durante séculos de pensamento económico, uma vez mais se contabilizam os m<sup>3</sup> e as reservas estimadas em valores monetários sem ter em conta a degradação do ambiente e que a mesma degradação levou à possibilidade de explorar estes campos energéticos. Uma vez mais, tal como já fora referido, as políticas para o Norte não se prendem com a preservação de um ambiente – flora e fauna – frágeis, mas sim com a exploração dos recursos ali presentes, quer sejam eles de natureza energética ou mineral<sup>39</sup>. Estes movimentos de exploração trarão consigo grandes vantagens do ponto de vista económico para a economia global, assim como para a economia local, mas do ponto de vista ambiental será imensamente destrutivo.

---

<sup>39</sup> É sabido que nas políticas para o Ártico está aflorada a questão da exploração de minas com recursos minerais.

## O CÍRCULO POLAR ÁRTICO: AGENDAS, POSIÇÃO GEOESTRATÉGICA E TOMADA DE DECISÃO

É importante analisar a história do Ártico como uma região estratégica, para determinar a sua importância.

No início da civilização humana, como ela é conhecida atualmente, era dado às regiões de latitudes mais elevadas um enorme desinteresse, graças às suas temperaturas muito baixas. Considerava-se que quanto mais frio, menos a probabilidade de prosperar naquele ambiente. É por isso que a humanidade se centrava na zona temperada do Hemisfério Norte, uma zona situada entre o Trópico de Câncer (a sul) e o Círculo Polar Ártico (a norte), até porque “tudo aquilo que importa na grande narrativa da história da humanidade – o nascimento da civilização, a invenção do comércio, a construção de cidades, estados e impérios – tomou lugar entre estas linhas.”(Emmerson 2010, 11 – 12) No entanto, houve sempre quem habitasse na região mais a norte. “De acordo com os investigadores os primeiros seres humanos a desenvolver aquela região foi à 10.000 anos atrás” (Arctic info 2013).

Foi apenas na segunda metade do século XIX, que o Ártico por si só se tornou um objetivo para exploração. O mapeamento do Ártico apenas se iniciou após a compra do Alasca pelos Estados Unidos ao Império Russo. Mais tarde, já no século XX, os avanços tecnológicos possibilitaram as navegações aéreas e marítimas no Ártico durante a segunda Guerra Mundial, reforçando ainda mais a sua importância estratégica. Já em 1945 com a alteração de paradigma do sistema internacional, devido às duas guerras mundiais, o Ártico viu reforçada a sua importância. Graças à Guerra Fria, esta região serviu de palco para o confronto entre os Estados Unidos e a União Soviética:

“A mesma geografia que tinha tornado o Ártico na rota natural para a entrega de aviões dos Estados Unidos para a União Soviética quando estes eram aliados na segunda Guerra Mundial, agora ditava a direção para o risco de aniquilação nuclear. Na ausência de tecnologia de mísseis eficaz, as armas nucleares teriam que ser entregues através de bombardeios estratégicos. A rota mais curta dos Estados Unidos para a União Soviética – ou vice-versa – seria através do Ártico. Controlar aquele espaço seria, portanto, vital para o

resultado de qualquer guerra na qual o uso de armas nucleares fosse considerado” (Emmerson 2010, 130).

De imediato em 1957 e 1958 a União Soviética e os Estados Unidos demonstraram o seu domínio nos mísseis intercontinentais e submarinos nucleares, as duas tecnologias mais avançadas que iriam determinar o futuro estratégico da Guerra Fria. Com o lançamento do *Sputnik I*, os Estados Ocidentais ficaram alarmados com o desempenho tecnológico soviético. De modo a contrariar este avanço tecnológico, os Estados Unidos em 1958, provaram ser possível navegar no Ártico num submarino nuclear: o *US Nautilus*, que atravessou todo o Oceano Ártico, navegando debaixo do Polo Norte. Já em 1959 foi possível emergir no Polo Norte com o submarino *USS Skate*. Estes acontecimentos no Ártico, tinham como objetivo provar à União Soviética que os Estados Unidos podiam sofrer algum atraso nos mísseis balístico, mas encontrava-se na vanguarda da tecnologia nuclear submarina (Emmerson 2010).

Já nos submarinos nucleares, ambas as potências se desenvolveram em períodos diferentes na região do Ártico. Nos anos 60, os mísseis dos submarinos dos Estados Unidos possuíam um alcance relativamente curto (O Polaris A – 1 tinha um alcance de cerca de 1000 milhas náuticas – o equivalente a 1853 km –, com uma carga nuclear de 600 toneladas), obrigando a que estes submarinos navegassem bastante perto da costa soviética caso houvesse necessidade de atirar. Deste modo tornou-se extremamente importante conhecer a batimetria do Oceano Ártico e a grossura do gelo do Ártico, pelo qual um submarino poderia ter que emergir à superfície para lançar um míssil. “Um número de perigosas missões secretas dedicaram-se à tarefa de encontrar as respostas para estas questões” (Emmerson 2010, 132). Já na década de 70 o aumento do alcance dos mísseis soviéticos permitia à União Soviética lançar dos seus submarinos, mísseis de qualquer parte do Ártico (anteriormente a União Soviética para conseguir alcançar o território norte-americano tinha que deslocar os seus submarinos até ao Oceano Atlântico, expondo-se assim às defesas navais da NATO – a *NATO’s Anti-submarine Warfare* – e dos países próximos – Gronelândia, Islândia, Reino Unido e Noruega – GIUK) evitando assim, a tão famosa GIUK. Deste modo o Ártico passou a estar apetrechado de uma forte capacidade submarina da parte da URSS. Na década de 70 a Península de Kola com o

elevado interesse estratégico para a URSS o Ártico tornou-se, inevitavelmente, na região chave para uma (possível) batalha entre a NATO e a União Soviética. Em 1968, apenas 14 submarinos nucleares ocupavam o espaço enquanto em 1980 eram já 46. No mesmo ano, pertencente à URSS havia na Península de Kola bases de submarinos nucleares, bases de bombardeiros, 70 complexos de defesa aérea, 22 bases aéreas, 9 bases militares, 18 aeródromos secundários, e material suficiente para um exército inteiro (Emmerson 2010). Nesta época, considerava-se que a Guerra Fria tinha chegado a um agudizar das tensões, graças ao desenvolvimento do SS-20 (armas táticas nucleares que constroem o balanço nuclear na Europa, não esquecendo a invasão do Afeganistão em 1979) que trouxe consigo um acréscimo da preocupação em relação às atitudes tomadas pela URSS.

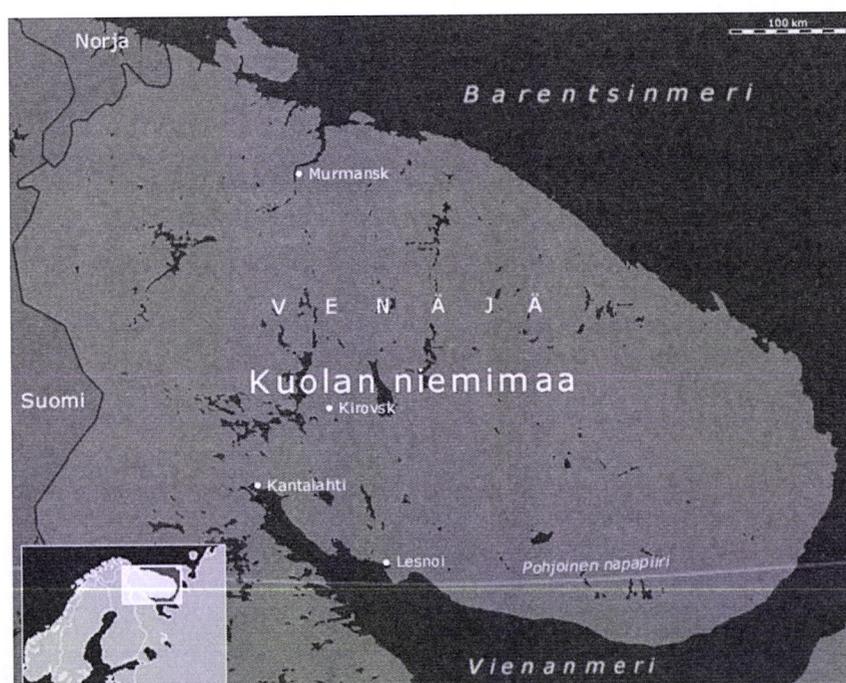


Figura 14 – A localização da Península de Kola

(Fonte: Alphaios, 2007)

O fim da Guerra Fria (1991) trouxe consigo a queda da importância estratégica do Ártico. “A importância estratégica da região como uma área de fronteira entre a NATO e a Rússia diminuiu apesar de os Estados costeiros na região – exceto a Rússia – fazerem parte da NATO” (Prime Minister’s Office 2010, 9). Os Estados Unidos mantiveram algumas das suas infraestruturas no Ártico, tais como a base de Thule na Gronelândia e manteve também alguns dos seus programas militares de investigação no Ártico, mas

muitas outras infraestruturas foram encerradas. Relativamente à Federação Russa (assim chamada após 1991), o declínio da sua capacidade militar foi muito severa.

Durante a Guerra Fria, a política de segurança do Ártico estava inexoravelmente ligada à ameaça nuclear através da confrontação entre as duas potências. No entanto as novas políticas de segurança para o Ártico terão que ver com um conjunto de temas diversos – desde as alterações climáticas; às tribos inuítes; às reivindicações territoriais e marítimas.

O Ártico, ao nível político, encontra-se numa situação diferente da Antártida “(...) que já foi objeto de acordo multilateral concluído em 1959, o único quadro jurídico que governa o Ártico até recentemente, são as leis nacionais dos países do Ártico e alguns acordos internacionais, (...) tais como o Tratado de Svalbard<sup>40</sup>” (Trenin and Baev 2010, 7).

Durante a Guerra Fria, a política de segurança do Ártico estava inexoravelmente ligada à ameaça nuclear através da confrontação entre as duas potências. De momento, as novas políticas de segurança para o Ártico terão que ver com um conjunto de temas diversos – desde as alterações climáticas; às tribos inuítes; às reivindicações territoriais e marítimas.

---

<sup>40</sup> Trata-se de um tratado multilateral assinado em Paris a 9 de Fevereiro de 1920, que reconhece a soberania da Noruega sobre o arquipélago de Svalbard e as suas águas territoriais, garantindo que todos os Estados contratantes beneficiam de igualdade de direitos no acesso aos recursos aturais daquela região. Desta forma é permitido à Noruega a regulação da exploração e tomar medidas de proteção ambiental.

## *A ORGANIZAÇÃO DO ÁRTICO: ARCTIC COUNCIL*

Em 1989, a Finlândia lançou aquilo que mais tarde (em 1991) iria ser chamado de Estratégia de Proteção para o Ártico. No entanto só “em 1996, a Declaração de Otávia estabeleceu formalmente o Conselho do Ártico como um fórum de alto nível intergovernamental para fornecer os meios para promover a cooperação, coordenação e interação entre os estados do Ártico, com o envolvimento das comunidades indígenas no Ártico e outros habitantes do Ártico, em questões comuns (...); em particular, questões de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental” (Arctic Council 2011b). No Conselho do Ártico encontram-se os países pertencentes ao Círculo Polar Ártico, mas não só. Existem vários observadores: 12 países<sup>41</sup>; 9 organizações intergovernamentais e interparlamentares<sup>42</sup>; e ainda 11 organizações não governamentais<sup>43</sup>. De dois em dois anos dá-se a rotação da presidência do Conselho: desde Maio de 2013 até 2015 é o Canadá quem se encontra na presidência do Conselho. Existe ainda uma outra categoria no Conselho do Ártico: Os membros permanentes. Estes são compostos por organizações que representam as populações indígenas do Ártico.

Uma das iniciativas levadas a cabo pelo Conselho do Ártico, tem como objetivo o de negociar um acordo de busca e salvamento para a região. Um encontro entre os diversos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países do Ártico, foi um passo importante não apenas para o avanço da cooperação no delinear dos (diversos) limites das plataformas

---

<sup>41</sup> França, Alemanha, Países Baixos, Polónia, Espanha, Reino Unido, Republica Popular da China, Itália, Japão, Coreia, Singapura e Índia

<sup>42</sup> Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (FICV/CV); União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais; (IUCN); Conselho Nórdico; Corporação Nórdica de Financiamento do Ambiente (NEFCO); North Atlantic Marine Mammal Commission (NAMMCO); Comissão Permanente da Conferência dos Parlamentares da Região do Ártico; Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP)

<sup>43</sup> Advisory Committee on Protection of the Seas (ACOPS); Arctic Portal Gateway; Association of World Reindeer Herders (AWRH); Circumpolar Conservation Union (CCU); International Arctic Science Committee (IASC); International Arctic Social Sciences Association (IASSA); International Union for Circumpolar Health (IUCH); Grupo de Trabalho Internacional para os Assuntos Indígenas (IWGIA); The Northern Forum (NF); Universidade do Ártico (UArctic); World Wide Fund for Nature – Programa Global do Ártico.

continentais, mas também para o encorajar para pensar em frente, e nos diversos desafios que se colocam nesta região (Government of Canada 2010, 10).

O Canadá afirma trabalhar com os seus parceiros do Conselho do Ártico de modo a ser possível corrigir necessidades estruturais da organização.

Sabe-se que a evolução das diversas políticas nacionais para a região estão mais dependentes da cooperação entre os diversos Estados Membros do Conselho do Ártico do que propriamente do trabalho individual de cada um.

De modo a reforçar o seu papel e a sua importância seria necessário um tratado para o Ártico? Assim o propuseram a União Europeia e o World Wildlife Fund ao Conselho do Ártico. No entanto os seus Estados Membros tem recusado tal pedido. Ao mesmo tempo que dentro do Conselho do Ártico os seus Estados Membros têm reforçado o seu papel, verifica-se que este tem impedido a entrada de novos membros. Tal é defendido pelos Estados Unidos, que afirma que o Conselho do Ártico deve “permanecer como uma organização de alto nível dedicado a questões dentro do seu atual mandato e não ser transformado numa organização internacional, particularmente um com contribuições estimadas” (O’Leary 2012, 50).

Vários são os problemas apontados ao Conselho do Ártico. Os A5 (Estados Unidos, União Soviética, Noruega, Canadá e Dinamarca) comandam através de um *status* estratégico, normativo e legal, enquanto que os restantes (Suécia, Finlândia e Islândia) desempenham um papel marginalizado, ao mesmo tempo que a “União Europeia e a China esperam impacientemente à porta” (O’Leary 2012, 53), até porque como se sabe estes dois últimos têm muito a ganhar com a Rota do Mar do Norte<sup>44</sup>.

Para além do Conselho do Ártico existem outras organizações que se identificam com o Ártico, tal como é o caso do Conselho Euro-Ártico do Mar de Barents<sup>45</sup> (não se trata de uma só organização internacional, mas sim de duas: dentro da primeira insere-se

---

<sup>44</sup> Cerca de 46% do PIB chinês está dependente dos embarques.

<sup>45</sup> Composto pela Suécia, Finlândia, Noruega, Dinamarca, Islândia, Rússia e pela Comissão Europeia. Esta tem como principal objetivo o desenvolvimento sustentável.

o Conselho Regional), o Conselho Nórdico<sup>46</sup>, o Fórum Nórdico<sup>47</sup> e ainda o *Arctic Caucus*<sup>48</sup>.

---

<sup>46</sup> Para mais informações sobre esta organização visitar o seu sítio oficial: <http://http://www.norden.org/en/about-nordic-co-operation>

<sup>47</sup> Para mais informações sobre esta organização visitar o seu sítio oficial: <http://www.northernforum.org/>

<sup>48</sup> Para mais informações sobre esta organização visitar o seu sítio oficial: <http://www.pnwer.org/arctic-caucus.html>

## FEDERAÇÃO RUSSA

*“The Arctic and our northern regions contain colossal wealth. We must create a Soviet organization which can, in the shortest period possible, include this wealth in the general resources of our socialist economic structure, Josef Stalin, 1932”*

(Emmerson 2010, 35)



Figura 15 – A localização da Rússia dentro do Círculo Polar Ártico  
(Fonte: CIA 2014)

Pode-se considerar a Rússia como o grande país do Ártico: metade da sua costa é delimitada pelo Oceano Ártico; 40% do seu território está acima do Círculo Polar Ártico; possui  $\frac{3}{4}$  da população total do Ártico (3 de 4 milhões). A isto ainda é possível adicionar o facto de cerca de 20% do seu PIB serem criados acima do Círculo Polar Ártico, e de os materiais necessários às suas exportações pertencerem àquele espaço (que significam cerca de 22% do seu total)(Barbora 2012): 95% do gás natural, 75% do petróleo, 96% da platina, 90% do níquel e cobalto, e ainda 60% do cobre, são extraídos a norte do Círculo Polar Ártico Russo (Laruelle 2014)<sup>49</sup>. No que diz respeito ao território Russo no Ártico,

<sup>49</sup> Já em 1997, uma dissertação tinha sido entregue ao Instituto de Mineração de São Petersburgo, por parte de Vladimir Putin (na altura um alto funcionário do governo) sobre o papel dos recursos minerais na economia Russa, intitulada de “Recursos Minerais e o Desenvolvimento Estratégico da Economia Russa” (Emmerson 2010).

este inclui regiões e cidades como a República de Sakha (Yakutia), a região de Murmansk e Arkhangelsk, a região de Krasnoyarsk, Nenets, Yamal-Nenets e Chukotka<sup>50</sup>.

Segundo a posição estratégica russa atual é possível afirmar que a frase de Estaline – citada acima – encontra-se presente na mente e na estratégia dos políticos russos, o que é comprovado por três meta-narrativas geográficas desde o colapso soviético, que são: 1) A Rússia é o maior país do mundo, formando um continente (euro-asiático); 2) A Rússia vai mais longe no universo<sup>51</sup>; 3) A Rússia vai mais para norte – para o Ártico. Alguns consideram que o Ártico é a última hipótese para a Rússia de compensar o território perdido aquando a dissolução da URSS (Laruelle 2014, 39). Nos últimos anos a estratégia russa virou-se em grande parte para a exploração da região do Ártico, pois este é “percebido como uma região na qual a Rússia deve utilizar as suas vantagens competitivas, defender as suas reivindicações e afirmar os seus interesses (...), e pressupõe que o Ártico será uma fonte adicional de força para a Federação” (Leal 2014, 376). A Rússia não observa o Ártico apenas através de lentes económicas, mas também através de lentes patrióticas, pois o Ártico faz parte da componente do território russo, assumindo um elevado simbolismo para as autoridades nacionais e regionais. Tal, é comprovado – mas não só – graças ao facto de o primeiro voo da Força Aérea Russa – após a queda da URSS (em 1991) – foi em

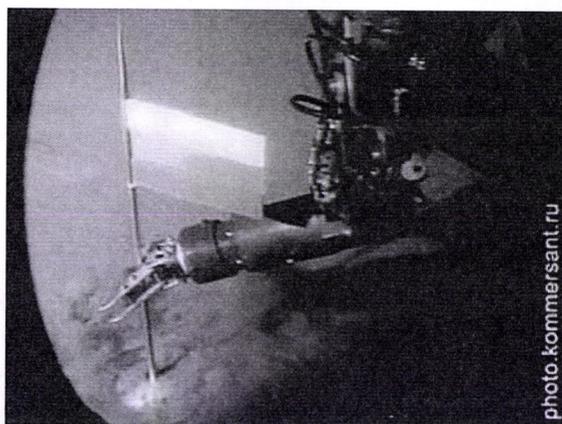


Figura 16 – A colocação da bandeira de titânio no fundo do Oceano Ártico

(Fonte: Jay, 2007)

2007 (com Vladimir Putin na presidência russa) realizado na região do Ártico.

No entanto, esta não foi a única demonstração de poder e influência. Em 2006, as empresas petrolíferas norte-americanas enviaram uma carta ao presidente russo

---

<sup>50</sup> Durante a era Soviética o mapa geográfico da URSS chegava a abarcar cerca de 33% do Oceano Ártico alcançando a latitude 32°E da Península de Kola até aos 180°.

<sup>51</sup> Recorde-se que a Rússia foi o primeiro país do mundo, durante a Guerra Fria a colocar um homem no espaço – Yuri Gagarin – em 1961.

reivindicando o seu direito à exploração, desenvolvimento e extração petrolífera e de gás, na zona comum do Ártico, a Rússia resolveu atuar (Trenin e Baev, 2010): Em pleno Agosto de 2007 o quebra-gelo nuclear russo *Rossiya* e o navio de investigação *Akademic Fedorov* chegaram ao Polo Norte, colocando dois submersíveis no fundo do mar (o *Mir-1* e o *Mir-2*). Após alcançarem o fundo do mar, a uma profundidade de 4300m foram retirados da água (nove horas depois). Estes dois submersíveis tiveram como objetivo o de colocar uma bandeira de titânio russa no fundo do Polo Norte. Este acontecimento fez com que os países do Círculo Polar Ártico reagissem criticando a atitude russa. Mas, ao nível oficial “Moscou tem agido em plena conformidade com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. O objetivo das diversas expedições, é o de recolher evidências científicas para voltar a submeter à Comissão das Nações Unidas para os Limites da Plataforma Continental (CNULPC) o seu pedido para confirmar que cerca de 460.000m<sup>2</sup> de terreno subaquático, entre as cordilheiras de Lomonosov<sup>52</sup> e Mendeleev, são a continuação da PC siberiana, e assim, poder adiciona-la à Zona Económica Exclusiva (ZEE) russa” (Baev 2007, 3). Esta pretensão russa para anexar um novo território à sua ZEE, muito terá a ver com o facto de o Ártico ter grandes reservas de recursos energéticos. Em 2008 o *Wikileaks* publicava uma lente ameaçadora sobre estes últimos desenvolvimentos por parte da Rússia: o Chefe da Marinha Russa, o Almirante Vladimir Vysotsky afirmou que “no Ártico há paz e estabilidade, no entanto, não se pode excluir que no futuro haverá uma redistribuição do poder, levando à intervenção armada” (O’Leary 2012, 62). O’Leary<sup>53</sup> considera que estas e outras movimentações de soberania e segurança, são menos provocativas do que parecem, o que se deve ao facto de na região se pretender direccionar em termos de paz, o que na realidade pode não estar a acontecer. Desta forma, a Rússia tem vindo a preparar os seus meios militares, de forma a estes estarem mais presentes – tal como acontecera em 2007 – e mais próximos do Ártico. A sua brigada armada e a sua infantaria naval encontram-se *estacionadas* na Península de

---

<sup>52</sup> A Cordilheira de Lomonosov trata-se de uma vasta área que divide as bacias Euro – Asiática e Américo – Asiática, que se estende desde o mar de Laptev até à ilha canadiana Ellesmere, passando pelo Polo Norte. Trata-se de uma cadeia montanhosa com cerca de 2000km, erguendo-se 3000 metros acima das regiões abissais terminando cerca de 1000 metros abaixo da superfície do Oceano Ártico. (Leal 2014)

<sup>53</sup> Derek Kane O’Leary é um aluno graduado pela Escola Fletcher com o Mestrado de Artes em Direito e Diplomacia. A sua especialização foi realizada na área Ásia – Pacífico e Estudos da Segurança.

Kola. Um dos grandes objetivos russos prende-se com o facto de manter o balanço militar em relação aos seus países vizinhos, membros da NATO (SIPRI 2012). A Rússia é o país do Ártico com o maior número de navios quebra-gelo: tem mais de 30 e é o único país do mundo a construir quebra-gelos movidos a energia nuclear.

A estratégia russa para o Ártico foi desenhada através da participação de figuras com a maior importância dentro do país: o presidente, o Primeiro-ministro, os ministros do interior, os ministros dos negócios estrangeiros e defesa, os diretores do Serviço Federal de Segurança da Federação Russa, e ainda o Serviço de Informação Estrangeira, sendo que outras políticas nacionais estão em concordância com esta primeira. A liderança russa destaca a importância da região para a riqueza do país e competitividade nos mercados globais, principalmente no setor energético (Zysk 2010), pois de acordo com dados disponibilizados acerca das reservas energéticas russas, cerca de 90% destas encontram-se localizadas no Ártico. Neste momento, dada a sua posição geográfica, a Rússia é o país que mais potencialidades consegue retirar da região: Dois fatores a auxiliam. O primeiro, a extração de hidrocarbonetos e minerais; e, em segundo, a abertura da Rota do Mar do Norte.

Um dos grandes objetivos russos na região do Ártico é o desenvolvimento da Rota do Mar do Norte, pois esta criará uma ligação única entre a Europa e a Ásia, assim como se tornaria num elemento essencial nas rotas marítimas mundiais e, por isso, esta tem um papel de extrema importância para a Federação Russa. Os grandes objetivos da Federação Russa no território incluem:

1) “Na esfera do desenvolvimento económico – a expansão dos recursos base da zona do Ártico da Federação Russa, com o objetivo de satisfazer substancialmente as necessidades russas de hidrocarbonetos, de recursos hidrobiológicos<sup>54</sup> e outros tipos de matérias-primas estratégicas;

2) Na esfera da segurança militar, defesa, e proteção das fronteiras do Ártico na Federação Russa – a manutenção de um regime operacional na região (...) incluindo a

---

<sup>54</sup> Hidrobiologia – Ciência que se dedica ao estudo dos organismos aquáticos

manutenção dos grupos militares das Forças Armadas (...), outras tropas, formações militares e agências nesta região<sup>55</sup>;

3) Na esfera da segurança ambiental – a salvaguarda do ambiente do Ártico, liquidação das consequências ambientais das atividades económicas devido ao aumento das atividades económicas e das alterações climáticas;

4) Na esfera da informação das tecnologias e comunicações – a formação de um espaço unificado das informações da Federação Russa na região do Ártico, com consideração pelas suas características naturais;

5) Na esfera da ciência e tecnologia – o fornecimento de um nível suficiente de investigação científica aplicada (...) envolvendo a acumulação de conhecimento e a criação de fundamentos científicos modernos (...) para a administração dos territórios, incluindo o desenvolvimento dos meios para a solução da defesa e de problemas de segurança, em adição ao bom funcionamento dos serviços de suporte de vida e às atividades industriais nas condições ambientais e climatéricas.

6) Na esfera da cooperação internacional – o fornecimento de um regime benéfico ao nível da cooperação bilateral e multilateral entre a Federação Russa e os estados do Ártico, na base dos tratados e acordos internacionais nos quais a Federação Russa faz parte” (Burgess 2010, 2).

Já as prioridades estratégicas russas são:

1) “Implementação da cooperação ativa entre a Federação Russa e os estados do Ártico para o propósito da delimitação das fronteiras marítimas na base do direito internacional e de acordos mútuos com consideração pelos interesses da Federação Russa, abordando as questões relacionadas à base jurídica internacional para as fronteiras exteriores na zona do Ártico da Federação Russa;

2) Intensificar os esforços entre os Estados do Ártico, em direção à criação de um sistema de busca e salvamento regional unificado (...);

---

<sup>55</sup> “A Rússia planeia a recriação da sua marinha nos próximos 10 anos, desenvolver um número de navios quebra-gelo de propulsão nuclear de terceira geração, (...) estabelecer um serviço de guarda costeira para patrulhar as fronteiras russas no Ártico.” No entanto, “as lacunas entre os planos, meios orçamentais e a eficiência administrativa são esmagadoras” (Kraska 2011, 56).

3) Reforçar, numa base bilateral e através das organizações regionais (...), as boas relações entre a Federação Russa e os Estados do Ártico, a implementação de programas económicos, técnico-científicos e culturais, assim como a cooperação transfronteiriça, incluindo na esfera da gestão dos recursos naturais e da proteção ambiental no Ártico;

4) Cooperação na organização e uso efetivo do trânsito e rotas aéreas no Ártico, assim como o uso da Rota do Mar do Norte por expedições internacionais sobre a jurisdição da Federação Russa de acordo com os tratados internacionais da Federação Russa;

5) Implementação da participação das instituições estatais russas e das organizações da sociedade civil no trabalho dos fóruns internacionais relacionados com as questões do Ártico, incluindo cooperação interparlamentar dentro do quadro da parceria entre a UE e a Federação Russa;

6) Delimitação marítima do Oceano Ártico, assegurando o benefício mútuo da presença da Rússia no arquipélago de Spitsbergen;

7) Melhoria do sistema de administração pública, no desenvolvimento socioeconómico na zona do Ártico da Federação Russa, incluindo através da expansão da investigação científica aplicada no Ártico;

8) Melhoria dos níveis de vida das populações indígenas e das condições sociais das atividades económicas no Ártico;

9) Desenvolvimento das matérias-primas na região do Ártico da Federação Russa através da implementação de tecnologias avançadas;

10) Modernização e desenvolvimento das infraestruturas de transporte e indústrias pesqueiras na região do Ártico da Federação Russa.” (Burgess 2010, 3, 4)

É importante também salientar a Estratégia Oficial Petrolífera Russa até ao período 2020, que se debruça sobre a região. Na exploração da PC verifica-se que, de acordo com o Ministério dos Recursos Naturais, a sua exploração e desenvolvimento deve ter como principal objetivo a orientação geopolítica: “estabelecimento do extremo externo da PC da Federação Russa no Oceano Ártico, na Comissão das Nações Unidas sobre o Direito do Mar”(Makoveeva 2013, 16). Relativamente à exploração daquele pedaço de mar, em 2008 o presidente Medvedev assinou a criação de uma lei que permitia ao governo a distribuição dos depósitos estratégicos de petróleo e gás na PC sem a necessidade de leilão, para a qual é necessária a participação de companhias extratoras de petróleo com o mínimo de 5 anos de experiência, em que o governo possui pelo menos 50% da participação – permitindo apenas que as empresas energéticas russas – neste caso a Rosneft e a Gazprom – estejam sempre dentro dos processos (Barbora 2012).

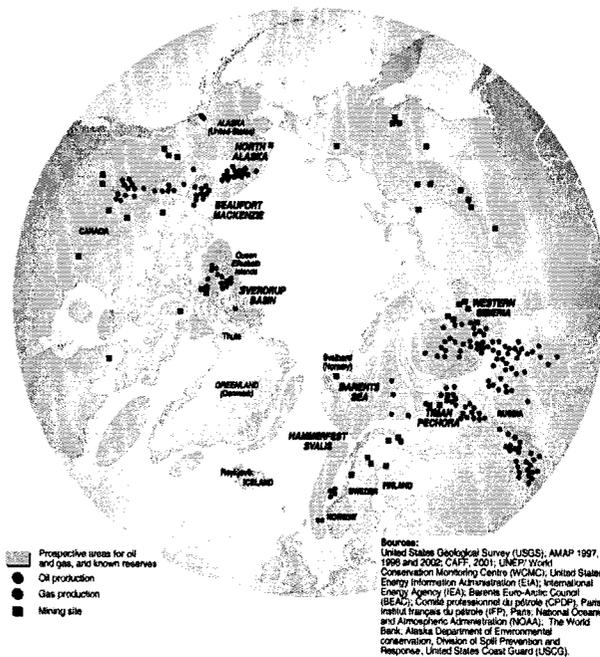


Figura 17 – Os locais mais promissores em riquezas energéticas

(Fonte: Rekacewicz e Ahlenius, 2006)

Nos documentos legais da Federação Russa, esta considera que a zona do Ártico pertencente ao seu território e é aquela que “em parte ou no todo inclua os territórios da República da Sakha; Murmansk; a área de Arkhangelsk; Krasnoyarsk Kray; Nenets, Yamalo-Nenets; e o Okrug Autónomo de Chukotka (...) assim como as ilhas e ilhéus (...), águas internas, águas territoriais, ZEE e a PC da Federação, nos quais a Rússia possui direitos de soberania e jurisdição, de acordo com o direito internacional” (Burgess 2010, 1).

A linha de ação que coloca a Rússia como um país que pretende a cooperação na região, é demonstrada através do discurso de Vladimir Putin no Fórum do Ártico em Setembro de 2010:

“Nós estamos a cuidar de um desenvolvimento estável e equilibrado no Norte da Rússia, nós estamos a trabalhar para o reforço dos nossos laços com os nossos vizinhos na nossa casa comum no Ártico. E nós pensamos que preservando o Ártico como uma zona de paz e cooperação é da maior importância. É a nossa convicção de que a área do Ártico deve servir como uma plataforma de união de forças para uma parceria genuína na economia, segurança, ciência, educação e na preservação do património comum do Ártico” (Laruelle 2014, 12).

No entanto, este discurso encontra-se desfasado das atitudes levadas a cabo pelo mesmo na região: Já em 2014 Vladimir Putin “ordenou ao Ministério da Defesa da Rússia, que termine a constituição de unidades militares e a instalação da infraestrutura no Ártico”(Castro 2014), e graças a isto, o especialista em estudo das regiões Alexei Fenenko<sup>56</sup> esclareceu que 2014 é o ano em que a Rússia irá entregar na ONU o documento final para a extensão da sua plataforma continental. Caso esta não aprove o pedido de extensão da PC, “uma das possibilidades é a Rússia declarar unilateralmente a soberania sobre esse território”(Khanova 2014). Estas atitudes de militarização no Ártico têm-se vindo a intensificar ao longo do ano corrente. Em Abril Vladimir Putin assinou uma estratégia para um programa nacional de desenvolvimento socioeconómico na região ártica russa. Verifica-se também a reconstrução da infraestrutura militar na região, tal como é afirmado por Ivan Konovalov que nos informa que

“o leque de forças necessárias já está determinado. São a Marinha e as Forças de Defesa Antiaérea, tomando em consideração a necessidade de controlar toda a região ártica através de radares. Atualmente, esta é uma das principais orientações do desenvolvimento das Forças Armadas. Sem dúvida, será necessário efetuar provas de treino das nossas brigadas árticas. Está previsto instalar na região duas brigadas. (...). Ao mesmo tempo, é necessário desenvolver as tropas fronteiriças e uma rede de aeródromos. Tudo isso em conjunto irá reforçar o nosso vetor Ártico”(Milenin 2014).

---

<sup>56</sup> Investigador do Institute of International Security Studies da Academia de Ciências Russa.

Torna-se importante referir que ocorre dentro da Federação algum receio relativamente à NATO: “Há (...) na perceção russa uma ameaça (...) mais relevante e mais preocupante: a possibilidade os outros países do Ártico – todos membros da NATO – poderem juntar forças contra a Federação” (Leal 2014, 381), pois o espaço do Ártico é um local de aproximação entre todos os Estados.

No que diz respeito à preservação ambiental, a Rússia tem mais a ganhar, junto da comunidade internacional, do que por exemplo os Estados Unidos, graças à assinatura do Protocolo de Quioto. A Rússia utiliza a narrativa de interesse pela ecologia acompanhado de um discurso cooperativo para o Ártico, anunciando a criação de um Parque Nacional do Ártico Russo (anunciado por Putin em 2010) de modo a desenvolver o turismo ecológico na região.

#### *DOS MAIS IMPORTANTES PROJETOS DE EXPLORAÇÃO*

Os diversos projetos de exploração dos recursos energéticos no Ártico por parte da Rússia, vão depender do “reconhecimento internacional da reivindicação russa da extensão da sua PC para aproximadamente 1.2 milhões de km<sup>2</sup> ao longo da Plataforma de Lomonosov” (O’Leary 2012, 69).

A Gazprom é a empresa energética com mais e maiores projetos para o Ártico russo: “Até á data, os maiores projetos da Gazprom na PC russa são os seguintes: Sakhalin II e Sakhalin III no mar de Okhotsk; A jazida de Shtokman no mar de Barents; Jazida de Prirazlomnoye e jazida de Dolginskoye no mar de Pechora; jazidas de Severo-Kamennomysskyoe e Kamennomysskyoe nas baías de Ob e Taz” (Gazprom 2014a).

Não são apenas as companhias extratoras russas de petróleo as interessadas na exploração destes espaços: a francesa Total, a norueguesa Statoil, as norte americanas ConocoPhillips e ExxonMobil, e a italiana Eni, também se encontram interessadas em deslocarem-se para tais regiões.

Até aos dias de hoje, a produção de petróleo russo tem sido desenvolvido apenas no campo de petróleo de Timan-Pechora no sul do mar de Pechora, e na Península de Yamal. A Rússia iniciou o desenvolvimento dos maiores depósitos de gás e petróleo na região descobertos no fim de 1980, no campo de gás natural condensado de Shtokman,

no norte da Península de Kola, na zona oriental do mar de Barents, e no campo de petróleo de Prirazlomnoe no mar de Pechora, a sul da Ilha Nova Zembla.

### PENÍNSULA DE YAMAL

*“The Yamal Peninsula is a strategic oil- and gas bearing region of Russia. Commercial development of fields onshore and offshore Yamal is crucial for securing Russia's gas production build-up beyond 2010.” (Gazprom 2014)*



Figura 18 – A localização da Península de Yamal  
(Fonte: 2b1st Consulting, 2013)

A Península de Yamal localiza-se no norte da Rússia – no distrito autónomo da Sibéria Noroeste, e estende-se ao longo de 700km. Esta península alberga as maiores reservas energéticas russas: cerca de 55 triliões de metros cúbicos de gás natural. Nesta foram encontrados cerca de 11 campos de gás natural e 15 campos de petróleo, gás e condensados, que em conjunto perfazem um total de 16 triliões de metros cúbicos de reservas de gás. A área não se encontra muito desenvolvida do ponto de vista económico, mas os projetos de extração petrolífera para a região



Figura 19 – A Península de Yamal como fonte de recursos energéticos

(Fonte: Gazprom 2014c)

trazem consigo os três maiores projetos do país. Graças às elevadas quantidades de gás e petróleo na região, ao conjunto de plataformas extratoras, denomina-se de Megaprojeto de Yamal. Desta forma, na região são inúmeros os campos de exploração petrolífera: A zona de produção de Bovanenkovo inclui três campos – Bovanenkovskoye, Kharasaveyskoye and Kruzenshternskoye (exploração a levar a cabo pela Gazprom)<sup>57</sup>; A zona de produção de Tambey envolve três campos: Severo-Tambeyskoye, Zapadno-Tambeyskoye, Tasiyskoye, Malyginskoye (exploração a levar a cabo pela Gazprom), Yuzhno-Tambeyskoye e Syadorskoye. A zona de exploração mais a sul envolve nove campos: Novoportovskoye (exploração a levar a cabo pela Gazprom), Nurminskoye, Malo-Yamalskoye, Rostovtsevskoye, Arkticheskoye, Sredne-Yamalskoye, Khambateyskoye, Neytinskoye, Kamennomyskoye (localizadas em terra). Na região, as autoridades acreditam que até 2030 a produção alcance os 360 mil milhões de m<sup>3</sup> de gás natural (Ver tabela 3).

Ano	2011	2015	2020	2025	2030
Produção de gás natural (mil milhões m <sup>3</sup> )	7,9	75 – 115	135 – 175	200 – 250	310 – 360

Tabela 3 – Previsão da produção de gás natural na Península de Yamal

(Fonte: Gazprom 2014c)

Esta região é considerada uma área prioritária para o desenvolvimento da produção de gás natural, indo de encontro com a política energética Russa para 2030: “É impossível na Rússia criar tal complexo de produção de gás e petróleo apenas em duas décadas. Este é o motivo pelo qual o desenvolvimento de Yamal irá desempenhar um papel *pivot* no desenvolvimento da indústria nacional de gás no século XXI” (Gazprom 2014).

Na região está também prevista a construção de uma fábrica de gás natural líquido. O governo Russo considera este investimento (entre 15 a 20 mil milhões de dólares) como de interesse nacional, estando prevista a sua conclusão para 2018. De momento as empresas petrolíferas relacionadas com o projeto são a Total, a Novatek e a Gazprom. Este investimento terá as seguintes infraestruturas: uma fábrica de gás natural líquido, uma

<sup>57</sup> Este é o maior campo de petróleo da região, com reservas estimadas alcançando os 4.9 triliões m<sup>3</sup> de gás. Começou a sua produção em 2012.

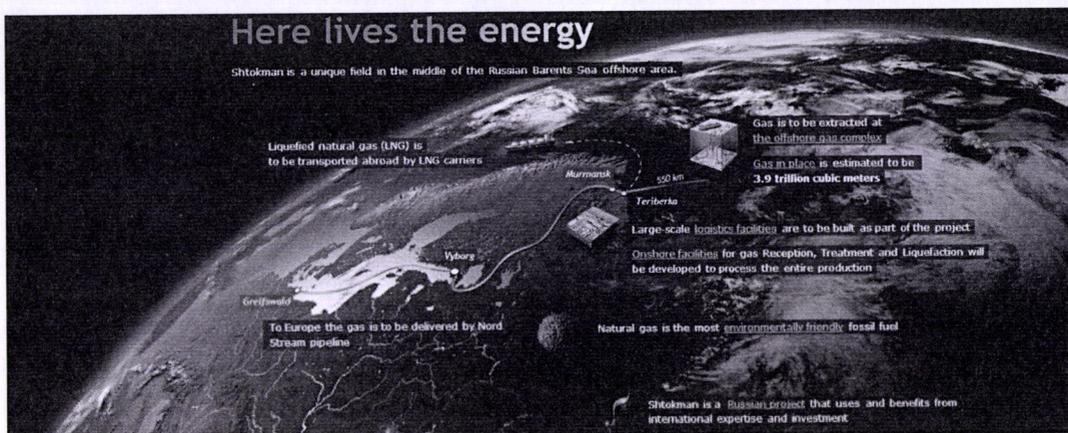


Figura 20 – A complexidade do projeto Shtokman a uma escala mais perceptível

(Fonte: Shtokman Development AG, 2013)

estação de tratamento de gás e condensados, um gasoduto de transporte de gás, um sistema de colheita de gás, um porto marítimo em Sabetta, e por fim uma frota de tanques para transporte do gás natural liquefeito. A 31 de Dezembro de 2013, o Governo Russo assinou um acordo com o Governo chinês para a cooperação neste projeto. A China irá receber este gás, através de um gasoduto que atravessará o Cazaquistão (os acordos necessários para tal efeito já foram concluídos).

### SHTOKMAN

O campo de gás de Shtokman (descoberto em 1988) é considerado um dos maiores campos de gás natural do mundo, que se situa no sul do mar de Barents. Este encontra-se situado a cerca de 600km da costa (da cidade de Murmansk/ da Península de Kola), e a sua profundidade varia entre os 320 e 340 metros. Estima-se que as suas reservas alcancem os 3.8



Figura 21 – A localização do campo de gás de Shtokman no mar de Barents

(Fonte: Gazprom, 2013)

trilhões de m<sup>3</sup> de gás natural e cerca de 37 milhões de m<sup>3</sup> de gás condensado. Este projeto, este, tal como os projetos na Península de Yamal, é considerado como um “ponto essencial para criar uma nova região produtora de gás na plataforma continental do Ártico russo”(Gazprom 2013a). Esta exploração irá tornar-se num dos centros de produção de gás para o consumo interno e para exportação, tendo início apenas em 2015. Para cumprir o seu objetivo, está prevista a construção de um gasoduto (Murmansk – Volkhov) de modo a distribuir o gás natural ao Sistema Único de Fornecimento de Gás Russo (em inglês Unified Gas Supply System of Russia); Já o gás natural liquefeito, será transportado por barcos – especializados para tal – para entregar aos seus consumidores. A Gazprom informou que a grande maioria deste gás se destinava ao consumo europeu através do gasoduto Nord Stream (BBC News 2006).

Devido à novidade que é este projeto, inúmeros são os desafios técnicos encontrados:

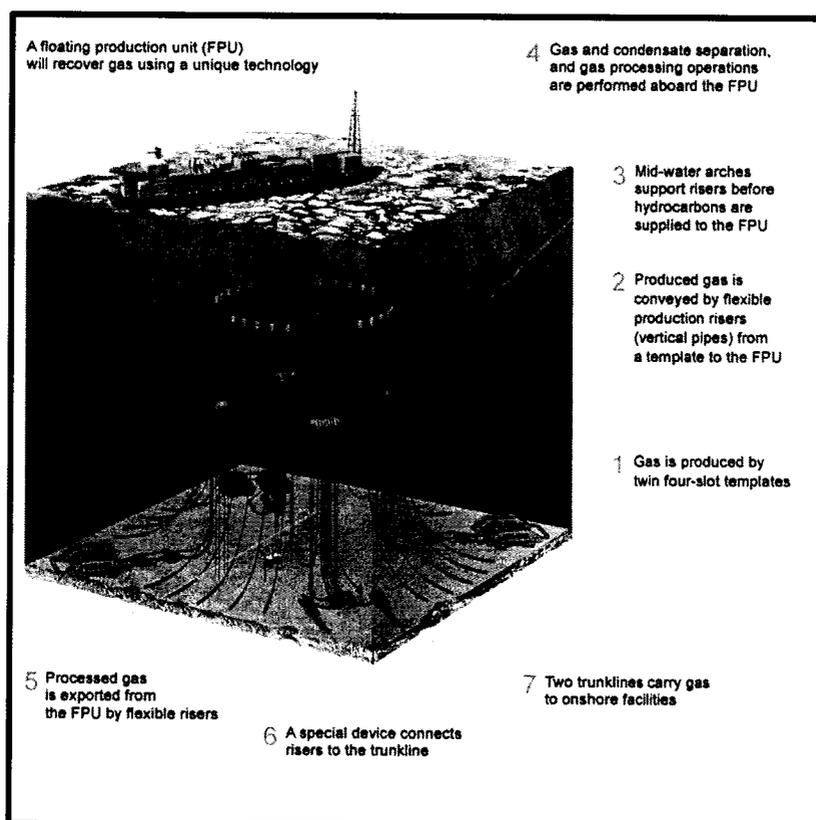


Figura 22 – O sistema para a extração de gás neste projeto no meio do mar.

(Fonte: Gazprom, 2013)

“1) Altas capacidades de *design* a serem cumpridas; 2) Localização remota no meio do mar (a 550km do continente), sem qualquer desenvolvimento nas proximidades; 3) Condições adversas devido ao ambiente do Ártico (...) o que implica limitações de tempo (...), logística complexa, dificuldades no apoio na Evacuação e Salvamento; 4) Ecossistema ambientalmente sensível a ser protegido; 5) Falta de experiência no alto mar e regulamento técnico dedicado na Federação Russa” (Shtokman Development AG 2013a).

Atualmente, já se verifica a existência de plataformas de extração de gás no local. Mesmo assim, o campo de Shtokman ainda não foi completamente desenvolvido graças às condições extremas no Ártico. Então, foi em 2006 que a Gazprom completou a perfuração do poço de exploração N°7, de onde foi extraído, com sucesso, petróleo (Gazprom 2013a).

O desenvolvimento deste projeto está dividido em três fases: Num primeiro momento são preparados os requisitos necessários para o desenvolvimento do projeto, como é o caso dos riscos ambientais, das questões de engenharia para a implementação das plataformas e, para a construção do processo desde a extração até ao estado de consumo do produto. Esta primeira fase demora cerca de 25 anos e é levada a cabo pela Shtokman Development AG. Na segunda e terceira fases as soluções de engenharia já se encontram desenvolvidas para o desenvolvimento da extração de petróleo e gás (Gazprom 2013a). As diferentes fases serão levadas a cabo por diferentes empresas.

Já, relativamente às instalações em terra, na fase 1 (que terminou em 2012) foram construídas: “1) Uma secção em terra com uma *trunkline*<sup>58</sup>; 2) Uma unidade de tratamento de gás; 3) Uma fábrica de liquefação de gás natural; 4) Uma infraestrutura de apoio para o GTU (Gas Treatment Unit) e para o LNG (Liquefaction of Natural Gas)” (Shtokman Development AG 2013b)

Nos últimos anos, verificaram-se imensas críticas relativas ao custo do projeto. Alguns afirmam que os seus custos poderão rondar os 12 mil milhões de dólares (Navitas 2007). Os acordos a serem realizados entre a Gazprom e outras empresas muitas das vezes

---

<sup>58</sup> Uma *trunkline* é o nome designado ao gasoduto que transporta o gás da área de produção até às áreas de consumo. (Wikipedia 2013)

não encontram consenso (até porque de partida a Gazprom detém cerca de 51% das ações, a francesa Total<sup>59</sup> cerca de 25% e a norueguesa *Statoil* 24% (Gazprom 2007). Neste momento, o projeto encontra-se a concluir as fábricas de armazenamento de LNG, assim como na conclusão do porto (cujas conclusões estão previstas para 2013 – 2014) (Gazprom 2013b). O prazo final para conclusão do projeto é 2019, no qual até ao momento não existem quaisquer alterações fundamentais no mesmo (Gazprom 2013c).

---

<sup>59</sup> Esta irá participar definitivamente na fase de desenvolvimento do projeto.

## ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

*“If there is a Third World War the strategic center of it, it will be the North Pole”*

Hap Arnold, General da Força Aérea dos Estados Unidos, 1950 (Emmerson 2010, 118)



Figura 23 – Os Estados Unidos, cujo Alasca se estende para além do Círculo Polar Ártico

(Fonte: CIA, 2014)

A região do Ártico ocupa uma posição periférica na política e consciência pública norte-americana, tal como nos é possível observar no mapa, e por isso esta região tem vindo a ser ignorada (Leal 2014). Enquanto nos restantes países costeiros do Ártico o interesse pela área tem vindo a aumentar, tal como os seus esforços para beneficiar desta, a atenção comercial e militar norte-americana tem estado voltada (nos últimos anos) para a região do Médio Oriente, adiando quaisquer avanços na região do Ártico. Este facto é facilmente compreendido dada a distância geográfica e cultural do Alasca em relação aos restantes estados dos Estados Unidos. A região do Alasca contribui com cerca de 14% da produção petrolífera dos Estados Unidos<sup>60</sup>. O debate sobre a região no Congresso norte-americano é relativamente escassa – dependendo dos preços do petróleo no mercado mundial. Este interesse – ou falta dele – vai de encontro ao facto de os Estados Unidos serem o único país do Círculo Polar Ártico que ainda não assinaram a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, não podendo assim fazer uso da extensão da sua PC (O’Leary 2012). No entanto, já desde 1971 – com Richard Nixon – que é lançada uma política nacional demonstrando os seus interesses para a região. Mais tarde, em 1983

<sup>60</sup> O equivalente a cerca de 3 a 4% do consumo diário norte-americano.

Ronald Reagan, Bill Clinton em 1994 (Conley et al. 2013) e em Janeiro de 2009, George W. Bush, lançaram diversas políticas regionais do Ártico, afirmando que os Estados Unidos tinham interesses estratégicos na região. Mais tarde em 2010 Barack Obama promoveu a adesão à UNCLOS na “Executive Order 13457: Stewardship of our Ocean, the Coasts, and the Great Lakes” (O’Leary 2012).

Nesta análise sobre os Estados Unidos, irão ser reunidas duas estratégias para a região publicadas no mesmo ano – 2013.

Os Estados Unidos consideram a região do Ártico pacífica, estável e livre de conflito. Desta forma os EUA procuram favorecer o espírito de confiança, cooperação e colaboração entre os seus aliados. As suas grandes prioridades para a região do Ártico dividem-se em três grandes linhas enunciadas na sua Estratégia para o Ártico publicada em Novembro de 2013 (The White House 2013, 3):

- 1) “Promover os interesses de segurança dos Estados Unidos”;
- 2) “Levar a cabo uma administração responsável para o Ártico”;
- 3) “Reforçar a cooperação internacional”

Os seus grandes objetivos passam pelo (1) assegurar e apoiar a segurança e promover a cooperação defensiva, pois as relações tomadas entre os aliados e os parceiros são bastantes importantes e preventoras do conflito, e (2) preparação para uma variedade de desafios e contingências, onde a cooperação – uma vez mais – é um fator essencial para a manutenção da segurança na região (Secretary of Defense 2013).

Segundo a visão dos Estados Unidos, é importante trabalhar ao nível nacional e internacional de modo a procurar minimizar os efeitos das alterações climáticas, até porque na sua estratégia para o Ártico, é dada importância às alterações climáticas na região, como sendo um fator de risco, graças ao impacto que estas trarão para as suas populações, como para a fauna e flora da região e os seus efeitos já são visíveis na região. Mesmo com os recursos marinhos mais disponíveis graças ao degelo, é importante observar os seus riscos: o degelo do solo – o *permafrost* – ameaça comunidades, assim como as suas atividades locais (excluindo as atividades marinhas), incluindo o acesso aos recursos (Secretary of Defense 2013). Os Estados Unidos acreditam que “muito pode ser alcançado na região

do Ártico através de esforços internacionais de colaboração, investimentos coordenados e parcerias público-privadas” (The White House 2013, 9).

De acordo com a política de 2013 para o Ártico, a abordagem estratégica passa pelos seguintes vetores:

- 1) “Exercer a soberania e proteger a pátria” (Secretary of Defense 2013, 7);
- 2) “Empreender os setores público e privado para melhorar a consciência no domínio do Ártico” (Secretary of Defense 2013, 7);
- 3) Preservar a liberdade nos mares do Ártico (Secretary of Defense 2013, 7);
- 4) Evoluir as infraestruturas do Ártico, assim como as suas capacidades, de acordo com as alterações que se estão a verificar (Secretary of Defense 2013, 7);
- 5) Apoiar acordos existentes com os aliados enquanto se procura por novos acordos de modo a construir a confiança nos parceiros regionais (Secretary of Defense 2013, 7);
- 6) “Fornecer apoio às autoridades civis” (Secretary of Defense 2013, 7);
- 7) “Criar parcerias com outros departamentos, agências e Estados de modo a apoiar a segurança ambiental e humana” (Secretary of Defense 2013, 7);
- 8) “Apoiar o desenvolvimento do Conselho do Ártico e outras instituições internacionais que promovam a cooperação regional e o direito” (Secretary of Defense 2013, 7).

Na sua política para o Ártico de Maio de 2013, os Estados Unidos afirmam também que uma das suas prioridades é a promoção dos seus interesses, nomeadamente garantir a segurança dos seus cidadãos, do seu território, dos seus direitos e dos seus recursos naturais. Para tal os Estados comprometem-se para a segurança e a estabilidade na região quer ao nível interno, assim como através da cooperação multilateral, considerando que esta última é uma grande vantagem.

➤ “Juntar as nações do Ártico pode trazer novas exigências – incluindo a manutenção das vias de circulação ao comércio global e à investigação científica, mapeando e fornecendo serviços de busca e salvamento; e desenvolvendo as suas capacidades para prevenir, conter e responder aos derrames de petróleo (...) através do

aumento do conhecimento e interação no Ártico.” (The White House 2013, 7). Para concretizar esta linha, os EUA consideram ser necessário (The White House 2013, 8):

- i. “Proteger o ambiente do Ártico e conservar os seus recursos naturais”;
- ii. “Utilizar uma gestão integrada no Ártico de modo a equilibrar o desenvolvimento económico, com a proteção ambiental e os valores culturais”;
- iii. Compreender melhor o Ártico através do conhecimento científico e do conhecimento tradicional;
- iv. Mapear a região do Ártico.

9) “Reforçar a cooperação internacional”

➤ “O que acontece na região do Ártico poderá ter implicações importantes para os interesses de todos os Estados do Ártico ou para a comunidade internacional como um todo. (...) Os EUA irão procurar reforçar parcerias através dos fóruns multilaterais existentes e através dos quadros legais dedicados aos assuntos comuns do Ártico.” (The White House 2013, 8). Para fazer face a isto os EUA irão (The White House 2013, 9, 10):

- i. “Levar a cabo acordos que promovam a prosperidade partilhada no Ártico, proteger o meio ambiente e melhorar a segurança”;
- ii. “Trabalhar através do Conselho do Ártico para avançar com os interesses norte-americanos na região do Ártico”;
- iii. “Aceitar a Convenção sobre o Direito do Mar”<sup>61</sup>
- iv. “Cooperar com outras partes interessadas”<sup>62</sup>

---

<sup>61</sup> “Aceder à Convenção sobre Direito do Mar irá proteger os direitos dos EUA, as suas liberdades, os usos do mar e do espaço aéreo ao longo das regiões do Ártico, e reforçar os argumentos (norte-americanos) para a liberdade de navegação e voo ao longo da Passagem do Noroeste e da Passagem do Nordeste” (Secretary of Defense 2013, 8). Os EUA são o único Estado do Ártico que não faz parte da Convenção, e apenas juntando-se à Convenção será possível maximizar a segurança jurídica e assegurar o reconhecimento internacional da soberania norte-americana; A 9 de Janeiro de 2009 os Estados Unidos aprovaram a Convenção como um meio de resolução pacífico de fronteiras em relação às plataformas continentais (Denmark, Greenland and the Faroe Islands 2011).

<sup>62</sup> É importante trabalhar com os inúmeros Estados que estão interessados em alargar a sua área de influência até à região do Ártico (Secretary of Defense 2013).

Para os Estados Unidos irá ser necessário procurar ações de colaboração e de inovação para gerir a região do Ártico – que atravessa rápidas mudanças. Os EUA pretendem avançar com os seus interesses, assim como reforçar a sua colaboração e a cooperação ao nível internacional, à medida que enfrentam os desafios das alterações climáticas. O degelo do Ártico tem como potencial a transformação do clima e, conseqüentemente, dos ecossistemas globais, assim como terá conseqüências diretas nas transações dos mercados de energia e trará consigo novos interesses comerciais.

### *A GUARDA COSTEIRA DO ÁRTICO*

A Guarda Costeira “existe para o único propósito de realizar ações que não têm ligação ao estado de guerra, mas ao contrário, é constantemente necessária em funções de paz. É, claro, essencial para um serviço de emergência e é organizado de acordo com linhas militares, pois este tipo de organização permite que a Guarda Costeira se mantenha preparada num serviço de emergência, e por se organizar de acordo com as linhas militares, é imprescindível em tempos de guerra como um auxiliar da Marinha”(Troedsson 2013).

Para que os princípios de segurança no transporte dos recursos, turismo, investigação científica, alterações climáticas e muitos outros assuntos abordados anteriormente, sejam levados a cabo pelos Estados Unidos, a Guarda Costeira é um dos elementos essenciais para a prossecução dos mesmos.

Neste momento a Guarda Costeira encontra-se a explorar o desenvolvimento de um novo quebra-gelo.

Verifica-se que os Estados Unidos ainda não estão preparados para atuar no Ártico, e as suas políticas estratégicas de segurança desempenham um papel menos relevante na região do Ártico (SIPRI 2012). Verifica-se também que a sua política externa ainda está muito virada para os países do Médio Oriente, local de onde provem a maioria do seu abastecimento energético. O afastamento físico – e psicológico – ao Alasca é um fator de grande importância para este tardar da definição das suas políticas.

## CANADÁ

*“The geopolitical importance of the Arctic and Canada’s interests in it have never been greater. This is why our government has launched an ambitious Northern Agenda based on the timeless responsibility imposed by our national anthem, to keep the true North strong and free”*, Stephen Harper, 2008 (Government of Canada 2010, 4).

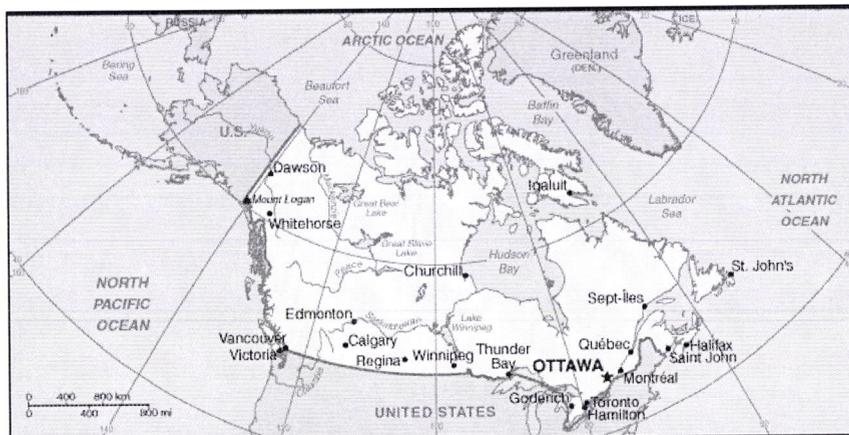


Figura 24 – A localização do Canadá no Ártico

(Fonte: CIA, 2014)

Na região canadiana do Ártico (tal como é possível observar em anexo) encontram-se cerca de 73 grandes ilhas com mais de 50 km<sup>2</sup>, e aproximadamente cerca de 18.114 pequenas ilhas. Todos estes arquipélagos estendem-se por 1600km para norte (Government of Canada 2008), para o Oceano Ártico. Cerca de 40% do território canadiano situa-se na região do Ártico (Government of Canada 2010).

De acordo com a política canadiana para o Ártico, os esforços que esta irá fazer – ao nível internacional – são (Government of Canada 2010, 4, 5):

- 1) “Envolver-se com os seus vizinhos para resolver as disputas fronteiriças”;
- 2) “Assegurar o reconhecimento internacional para proceder à extensão total da sua PC”;
- 3) “Conduzir a governança do Ártico e relacioná-la com questões emergentes, tais como a segurança pública”;
- 4) “Criar as condições necessárias, ao nível internacional, para o desenvolvimento sustentável”;

- 5) “Procurar oportunidades de comércio e de investimento que beneficiem as populações do Norte, assim como todos os Canadianos”;
- 6) “Encorajar para uma maior compreensão para a dimensão humana no Ártico”;
- 7) “Promover uma abordagem de gestão baseada nos ecossistemas com os vizinhos do Ártico (e outros)”;
- 8) “Contribuir e apoiar esforços internacionais para as alterações climáticas no Ártico”;
- 9) “Aumentar esforços noutras questões ambientais pertinentes”;
- 10) “Fortalecer a ciência no (e sobre o) Ártico e o legado do Ano Polar Internacional”;
- 11) “Envolver as populações do Norte na política canadiana para o Ártico”;
- 12) “Apoiar a organização *Indigenous Permanent Participant* e outras”;
- 13) “Promover a participação de jovens canadianos no diálogo circumpolar”  
(Government of Canada 2010, 4, 5).

#### *EXERCÍCIO DA SOBERANIA*

No que diz respeito à soberania do Canadá no Ártico, este afirma ser uma “potência do Ártico” (Government of Canada 2010, 3), e por isso é imprescindível dar a conhecer à comunidade internacional o potencial do Canadá e o exercício da sua soberania na região. Os decisores políticos canadianos consideram que esta é uma premissa bastante sólida, pois trata-se de uma soberania de longa duração, bem estabelecida através de raízes históricas e em particular pela presença dos Inuítes e outros povos indígenas na região, que ali habitam desde tempos imemoriais (Government of Canada 2010). “A soberania do Canadá nas terras do Ártico, incluindo ilhas, é indiscutível – com a única exceção da ilha canadiana Hans, uma ilha de 1.3km<sup>2</sup> que é reivindicada pela Dinamarca” (Government of Canada 2013a, 7). O Canadá controla toda a navegação marítima nas suas águas territoriais. No entanto, existem alguns desentendimentos: com os Estados Unidos acerca do Mar de Beaufort (cerca de 6250 milhas náuticas quadradas); com a Dinamarca acerca de uma pequena parte da fronteira marítima no Mar de Lincoln.

De modo a assegurar e demonstrar esta soberania o Canadá terá, dentro de uma década, um quebra-gelo – neste momento já possui seis quebra-gelos –, que será o maior

e mais poderoso da Guarda Costeira Canadiana. A Primeira Estratégia de Defesa Canadiana (de nome original *Canada First Defense Strategy*) – uma estratégia de modernização das forças canadianas (Government of Canada 2013b) – irá conceder as ferramentas necessárias para aumentar a sua presença no Ártico. Através desta estratégia, o Canadá vai investir em navios de patrulha, com o intuito de proteger o seu espaço marítimo<sup>63</sup> através das seguintes ações: combate ao contrabando, tráfico, poluição, e ainda fornecendo busca e salvamento, assim como a possibilidade de investigação científica, assegurando o controlo da sua costa, à medida que aumenta a atividade marítima (em especial na zona do Ártico).

Para além da Primeira Estratégia de Defesa Canadiana, existe ainda o NORAD (*North American Aerospace Defense Command* / Comando de Defesa Aeroespacial da América do Norte)<sup>64</sup> e ainda a *Canadian Forces Operation Nanook* – ou apenas *Operation NANOOK* (Forças de Operação Canadianas Nanook) onde as operações exercidas na região do Norte do Canadá e em Nunavut servem para proteger e controlar, através do ar, mar, e terra, o território canadiano. Os objetivos da Operação Nanook são (Government of Canada 2013a):

- 1) “Afirmar a soberania do Canadá nas suas regiões mais a Norte”<sup>65</sup>;
- 2) “Aumentar as capacidades das Forças Armadas Canadianas de trabalhar sobre as condições do Ártico”;
- 3) “Melhorar a coordenação entre diversas operações”;
- 4) “Manter a interoperabilidade com os sócios das diversas missões para uma máxima eficácia, como resposta a questões de segurança no Norte” (Government of Canada 2013a).

---

<sup>63</sup> É importante não esquecer que o Canadá defende a maior costa do mundo – cerca de 202080 km de costa – e é banhado por três Oceanos.

<sup>64</sup> O NORAD é uma organização bilateral composta pelos Estados Unidos e Canadá que tem como missão o aviso e controlo aeroespacial na zona da América do Norte (NORAD 2014)

<sup>65</sup> A 9 de Julho de 2007 Stephen Harper afirmou que “o Canadá tem uma escolha a fazer quando está em causa a defesa da nossa soberania no Ártico. Ou a usamos, ou perdemo-la. E não tenham dúvidas, este Governo tem intenção de a usar” (Leal 2014, 386).

Para além dos 13 pontos referidos anteriormente referente aos esforços a realizar, verifica-se que existem 3 áreas de elevada prioridade para a política canadiana para o Ártico (Government of Canada 2010):

- 1) Procurar resolver as questões fronteiriças;
- 2) Assegurar o reconhecimento internacional da inteira extensão da PC, onde é possível exercer a soberania e os direitos de extração de recursos e pesquisa científica no leito marinho e no subsolo;

a. O Canadá pretende obter o reconhecimento internacional da extensão da sua PC para aí poder exercer os seus direitos. Como grande parte dos recursos do Ártico se encontram dentro das 200 milhas náuticas, o Estado pretende explorá-las<sup>66</sup>. O Canadá, tal como a Federação Russa, pretende demonstrar que a cordilheira de Lomonosov se encontra geologicamente ligada à sua PC. Para tal, têm-se procedido à utilização de veículos aquáticos para recolher os dados necessários para tal. No entanto, o Canadá não realizou a submissão total, referente ao Oceano Ártico em Dezembro de 2013 – a data limite. Apenas foi realizada uma submissão referente ao Oceano Atlântico. Mesmo assim, afirma que pretende submeter a informação necessária para tal, numa data posterior (Nações Unidas 2014)

- 3) Conduzir a governança do Ártico.

a. O Canadá não aceita a premissa de que o Ártico necessita de uma nova estrutura governativa ou um novo quadro legal; assim como também não aceita que as nações do Ártico não sejam suficientemente responsáveis de gerir o Norte à medida que se assiste às mudanças.

### *PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL*

Por o Ártico ter 1/5 das reservas mundiais de petróleo, neste momento o Canadá está a investir muito no mapeamento das regiões energéticas e de zonas potencialmente ricas em minerais no Norte. Estes recursos podem, e muito provavelmente irão tornar-se

---

<sup>66</sup> Como já sabemos, a UNCLOS reconhece o direito de os Estados costeiros de explorarem a sua costa (leito marinho e subsolo) até 200 milhas náuticas e estabelece que estes mesmos Estados podem determinar os limites dentro dos quais estes podem exercer os seus direitos

num elemento essencial para as atividades resultando no crescimento económico na região. Para assegurar o desenvolvimento sustentável é necessário trabalhar de perto com as várias autoridades locais, assim como com as populações do Norte, e ainda através das organizações internacionais, tal como é o caso do Conselho do Ártico.

Até agora a inacessibilidade à região do Ártico significava que a região estava isolada dos vários desafios à sua segurança, assim como não estava preparado para receber as diversas execuções legais que regem os territórios mais a Sul. No entanto, foi graças ao degelo que se verificou o aumento do tráfego marítimo, não só comercial, mas também turístico, positivo para a economia e para o desenvolvimento económico regional.

### *PROTEGER O AMBIENTE DO ÁRTICO*

Na sua política estratégica para o Ártico, o Canadá toma muita atenção às questões ambientais e climatéricas: “O ambiente do Ártico está a ser afetado por eventos que estão a ter lugar fora da região (...) O Canadá desde à muito que se encontra na linha da frente em relação à proteção do ambiente no Ártico. Recuando a 1970, o Canadá ordenou o Ato de Prevenção de Poluição das Águas do Ártico a proteger o ambiente marinho, tomando a responsabilidade no decreto e no reforço das leis de segurança e antipoluição, (...) a uma maior área do Ártico” (Government of Canada 2010, 16); É ainda afirmado que “o Canadá irá continuar a contribuir e a apoiar esforços ao nível internacional para as alterações climáticas (...). O Canadá reconhece que a mudança climática é um desafio ao nível global que requer uma solução global (...)” (Government of Canada 2010, 20), sendo possível afirmar que este país “tem sido e irá continuar a ser ativo na adaptação de iniciativas para as alterações climáticas” (Government of Canada 2010, 19).

### *O CAMINHO EM FRENTE*

O ritmo rápido nas alterações climáticas, e a crescente importância do Ártico requer que este país melhore e aumente as suas capacidades na cena internacional. Então, torna-se necessário reconhecer os desafios e saber aproveitar as oportunidades: trabalhar através das relações bilaterais através do Conselho do Ártico e através de outras instituições multilaterais. O Canadá considera os Estados Unidos como o seu grande parceiro,

empenhando-se num maior compromisso estratégico para as questões relacionadas com o Ártico e trabalha com os restantes países do Círculo Polar Ártico, “para avançar nos seus interesses em comum, tais como o comércio, os transportes, a proteção ambiental, o desenvolvimento dos recursos naturais, o papel das populações indígenas, na gestão dos oceanos, na adaptação às alterações climáticas e na cooperação científica” (Government of Canada 2010, 24).

O Canadá considera que “o aumento da acessibilidade no Ártico levou à percepção errada de que a região poderia ser fonte de conflito. Isto levou ao aumento do interesse no Ártico por parte de organizações internacionais como a NATO, e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa. O Canadá não se antecipa quaisquer desafios militares no Ártico e acredita que a região é bem gerida através das instituições existentes, particularmente do Conselho do Ártico” (Government of Canada 2010, 26).

## NORUEGA

A Noruega faz parte de inúmeras organizações para o Ártico: o Conselho do Ártico, o Conselho do Norte, Conselho Euro-Ártico do Mar de Barents, Programa da União Europeia para Região do Mar do Báltico<sup>67</sup>, e ainda a *Northern Dimension*.

A política para o Ártico<sup>68</sup> Norueguesa, prende-se com sete prioridades fundamentais: “1) Boa governança; 2) Desenvolvimento do conhecimento; 3) Boa gestão do ambiente e dos recursos; 4) Facilitar o desenvolvimento das atividades petrolíferas; 5) Salvaguardar os meios de subsistência e a cultura das populações indígenas; 6) Desenvolver ainda mais a cooperação cidadão a cidadão; 7) Reforçar a cooperação com a Rússia” (Norwegian Ministry of Foreign Affairs 2009, 53). Estas medidas subdividem-se em 22 linhas de ação,

e não fazem qualquer distinção entre política interna ou política externa, pois as duas terão que trabalhar em conjunto. Esta política tem tomado especial atenção a três fatores: gerenciar a relação com a Rússia; defender a sua soberania e o exercício da autoridade sobre o arquipélago de Svalbard<sup>69</sup> – de acordo com o tratado de 1920 –; e por fim, cuidar dos seus interesses económicos, principalmente os ligados aos recursos marinhos – que se



Figura 25 – A localização da Noruega na Europa e no Círculo Polar Ártico (Fonte: CIA, 2014)

<sup>67</sup> Trata-se de um programa europeu para a promoção do desenvolvimento regional através da cooperação transnacional.

<sup>68</sup> No que diz respeito à definição que a Noruega tem para o seu *High North*, esta foi sendo alterada ao longo do tempo: Primeiro começou por ser algo “amplo geográfica e politicamente” (Leal 2014, 356) incluindo entidades como a Rússia, a Finlândia, a própria Noruega e a Suécia. Hoje em dia não se encontra limitado àqueles territórios, pelo que “os termos ‘*High North*’ e ‘*Arctic*’ são frequentemente usados como sinónimos.” (Leal 2014, 357)

<sup>69</sup> É na ilha de Svalbard que se encontra o e *Svalbard Global Seed Vault*, um banco de sementes que guarda as imensas variedades de sementes ao nível global, que tem como objetivo assegurar a perda de sementes durante possíveis crises agrícolas. Encontra-se a uma temperatura constante de -6°C.

tornou mais importante nos últimos anos (Kraska 2011), pois tal como é do conhecimento público, o setor do petróleo é a base da economia norueguesa. A implementação desta estratégia, segundo o Estado Norueguês tem um período temporal de 10 a 15 anos.

Em relação às forças armadas na região, a Noruega rege-se pelo seu documento de 2007, intitulado *Soria Moria Declaration on International Policy*. Nos últimos anos verificou-se a modernização e a alocação das capacidades marinhas norueguesas para mais a norte, acima do Círculo Polar Ártico (SIPRI 2012), com o intuito de proteger as suas zonas mais a norte.

Tal como nos restantes países, (em especial na Suécia e Finlândia) a Noruega defende os interesses da população local – os Sami. Estes são os originários das zonas mais a norte do país, assim como na Suécia e na Finlândia. Defende não só a preservação das suas tradições, como também uma melhoria do nível de vida destas, através do desenvolvimento económico das atividades na região.

Relativamente à cooperação internacional, a Noruega considera que a relação com a Rússia “ocupa um lugar especial” (Norwegian Ministry of Foreign Affairs 2009, 53) e por isso pretende “desenvolver a cooperação com a Rússia na base de que os dois países têm um objetivo e interesses comuns na cooperação prática” (Norwegian Ministry of Foreign Affairs 2009, 53).

Um dos grandes setores que a Noruega tem vindo a desenvolver nos últimos anos são a exploração de recursos energéticos na sua costa do Norte, no Sul do Mar de Barents.

Nesta região já se encontram os campos de exploração de Snohvit (em inglês *Snow White*) e Goliat. O projeto Snohvit ficou operacional em 2007,

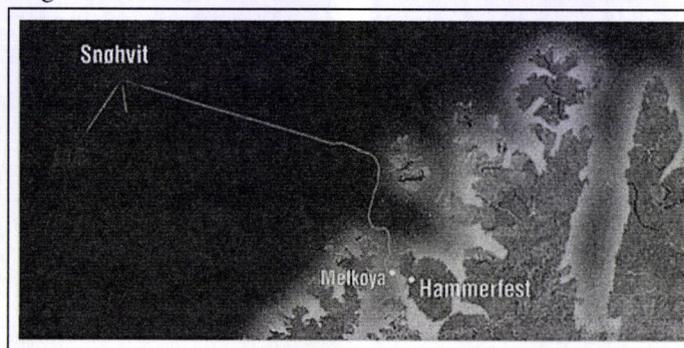


Figura 26 – A localização do campo de extração de gás natural Snohvit.

(Fonte: CO2 Remove, [s.d.]

e iniciou extração em Abril de 2008. Este foi o primeiro marco para “o estabelecimento das atividades petrolíferas no Sul do Mar de Barents” (Norwegian Ministry of Foreign Affairs 2009, 70), tratando-se da primeira planta de gás natural liquefeito na Noruega. Desta



Figura 27 – O local onde é tratado o gás natural.

forma, as vantagens foram o aumento do emprego, o aumento de população na região e o aumento da construção. O desenvolvimento do campo de gás natural de Snohvit compromete três locais diferentes: Snohvit, Albatross e Askeland, que se situam no Mar de Barents. Na plataforma trabalham inúmeras companhias petrolíferas: Statoil, Petoro, Total, GDF Suez, Hess e RWE Dea.

(Fonte: CO2 Remove, [s.d.], p. 2)

Ao mesmo tempo que a Noruega se preocupa em manter as atividades ligadas aos recursos energéticos, não esquece que a questão ambiental é uma prioridade. Segundo a mesma, é extremamente importante manter a biodiversidade, e para tal é necessário resolver problemas como as alterações climáticas, a poluição de longo alcance, as toxinas ambientais, e o aumento da atividade humana na região, fazendo com que, a proteção e gestão do Mar de Barents seja muito importante e irá atuar como um dos instrumentos para se retirar o maior respeito do ambiente aliado à exploração de recursos (Norwegian Ministry of Foreign Affairs 2009).

Por fim é dada uma elevada importância ao conhecimento, que, segundo esta estratégia, determinará o futuro. Afinal a investigação no Ártico permitirá compreender os impactos das alterações climáticas, não só na região, mas em grande parte do globo, investigação essa que é realizada em grande parte na região do arquipélago de Svalbard. Desde Junho de 2006 que o Conselho de Investigação da Noruega tem dado prioridade a cinco áreas na sua Estratégia para o Norte: (1) petróleo e (2) gás natural, (3) ambiente e pescas, (4) inovação e (5) desenvolvimento de atividades comerciais, pois com estas, a sociedade torna-se mais apta a explorar oportunidades e fazer face a desafios que possam

surgir na região. (Norwegian Ministry of Foreign Affairs 2009). Em 2006 foram disponibilizados cerca de 400 milhões de NOK<sup>70</sup>; Em 2007 este valor aumentou 176 milhões (um aumento de 40%).

Tal como acontece no Canadá ou na Rússia, na Noruega o Norte é considerado um elemento da sua identidade nacional. Por isso mesmo, e devido às descobertas com elevadas probabilidades da existência de hidrocarbonetos no Ártico desde o virar do século, no Outono de 2005 o governo de centro-direita norueguês declarou o Alto Norte Norueguês como a prioridade mais elevada para os anos seguintes (Kraska 2011). Consequentemente desde essa data que se considera “politicamente incorreto criticar o envolvimento ativo no norte” (Kraska 2011, 58).

Em Setembro de 2010 a Noruega e a Rússia resolveram uma disputa de questões fronteiriças na região do Mar de Barents, entre a ilha norueguesa de Svalbard e o arquipélago de Novaya Zemlya. Esta zona encontrava-se em disputa já desde 1970, que dividia “um vasto reino aquático (...) muitas vezes coberto de gelo, mas que se tornou num foco de interesse por parte de empresas de petróleo e gás” (Kramer 2010). Esta resolução levou à abertura de uma porção de mar que irá ser propício ao desenvolvimento da exploração de petróleo e gás no mar.

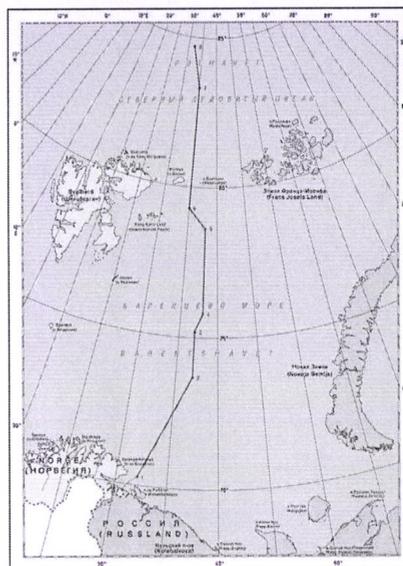


Figura 28 – A fronteira definida após acordo entre as partes

(Fonte: UOL Notícias, 2010)

Por fim, a Noruega, como país costeiro do Ártico têm algumas zonas pelas quais exerceu o seu pedido de extensão da plataforma continental, nomeadamente em Loophole, no Mar de Barents<sup>71</sup>, o “Banana Hole<sup>72</sup>” no Mar da Noruega, (que de momento são

<sup>70</sup> Coroa Norueguesa

<sup>71</sup> O Loophole refere-se a uma grande massa de água no mar de Barents que é rodeado pela ZEE Norueguesa, a zona de proteção piscatória de Svalbard e pela ZEE Russa. (BarentsWatch 2013)

<sup>72</sup> O “Banana Hole” trata-se de uma área de um oceano rodeado pelas ZEE da Noruega, Islândia, Ilhas Faroé e da Gronelândia, rodeado pela zona piscatória de Jan Mayen e pela zona de proteção piscatória à volta de Svalbard (BarentsWatch 2013)

consideradas zonas de águas internacionais) e a Bacia de Oeste de Nansen no Oceano Ártico (Comission on the Limits of the Continental Shelf 2009) à CLCS em 2006, fronteiras as quais não se sobrepõem com quaisquer reivindicações de outros países.

## REINO DA DINAMARCA

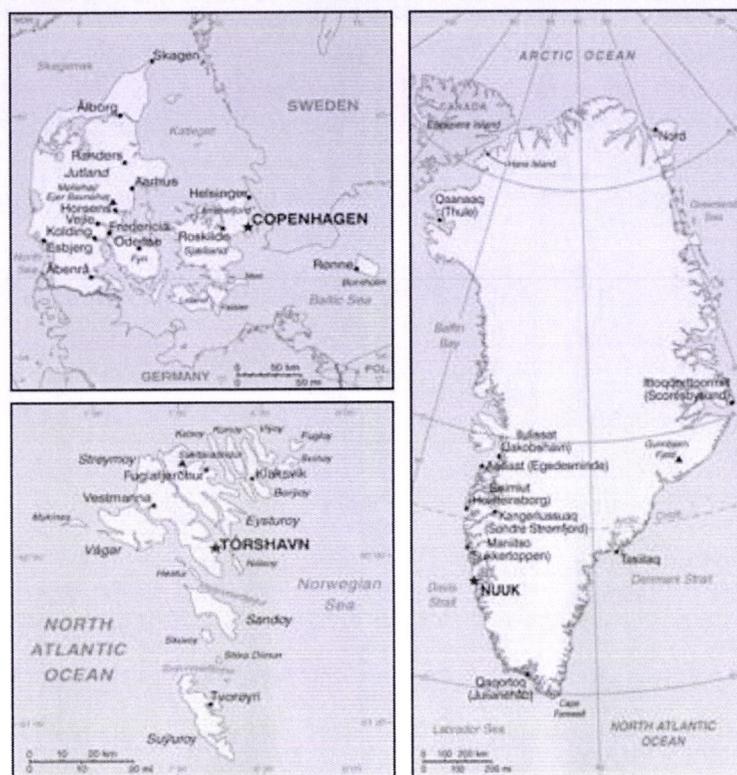


Figura 29 – O Reino da Dinamarca

(Fonte: CIA, 2014)

O Reino da Dinamarca (de agora em diante denominado de Dinamarca) é constituído pela Dinamarca, Gronelândia, e pelas ilhas Feroé (Figura 29). A Gronelândia é a região que se encontra mais próxima do Ártico, e o meio que leva à Dinamarca a entrar nesta discussão. De modo a poder aproveitar as vantagens do Ártico e a combater as dificuldades que possam vir a surgir, é necessário que as três partes constituintes da região trabalhem em conjunto. Tanto as ilhas Feroé como a Gronelândia têm um estatuto legal autónomo desde 1948 e 1979, respetivamente, mas as políticas levadas a cabo para a região do Ártico, dizem respeito a estas duas, sendo possível afirmar que a estratégia para o Ártico não trará consigo alterações a respeito da independência legal destes territórios, de acordo com os documentos oficiais dinamarqueses. Por isso mesmo, existem interesses gerais a todo o Reino da Dinamarca, como os de responder aos desafios, fazer uso das oportunidades provenientes do Ártico e das rápidas alterações que este tem sofrido. Uma

das áreas de maior interesse são a exploração mineira (Denmark, Greenland and the Faroe Islands 2011).

A Dinamarca procurará trabalhar para alcançar:

- 1) Um Ártico seguro e pacífico;
- 2) Desenvolvimento e crescimento autónomo;
- 3) Respeito pelo ambiente e clima frágil da região;
- 4) Cooperação estreita com parceiros internacionais;

#### *ÁRTICO: SEGURO E PACÍFICO*

“As alterações climáticas e o aumento da procura em petróleo e gás natural resultaram num aumento exponencial do interesse internacional no Ártico, e os estados costeiros do Oceano Ártico têm-se esforçado para assegurar os seus direitos para a zona inexplorada do subsolo do Ártico. Ao mesmo tempo, a perspetiva é que durante uma grande parte do ano, será possível navegar tanto na Passagem do Nordeste como do Noroeste. O aumento do interesse estratégico, e da atividade na região do Ártico necessita de uma priorização contínua ligada ao bom funcionamento do quadro legal internacional para a cooperação pacífica, para a (especial necessidade de) segurança marítima, e atenção na manutenção do Ártico como uma região caracterizada pela paz e segurança.” (Denmark, Greenland and the Faroe Islands 2011, 13). Ao contrário da Antártida, o Ártico é habitado à milhares de anos, o que resulta que essas mesmas zonas habitadas estejam sobre a legislação nacional vigente do Estado Costeiro a que pertence, fazendo com que as diversos quadros legais nacionais convirjam com o(s) quadro(s) legal(ais) internacional(ais), nas zonas comuns, como é o caso da já referida Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982<sup>73</sup>. O Reino da Dinamarca ratificou a Convenção a 16 de Novembro de 2004. No entanto a Dinamarca tem a data limite de 16 de Dezembro de 2014 para submeter dados e/ou outras informações à CLCS –, de modo a ser possível aumentar a sua PC além das 200 milhas náuticas. Como tal, esta já procedeu à sua submissão à CLCS de forma a reivindicar a extensão da sua PC na zona nordeste da Gronelândia. Esta

---

<sup>73</sup> Esta Convenção contém medidas relacionadas com os direitos de navegação, assim como da exploração dos solos e leitos marinhos. Encontra-se assinada por 161 estados.

submissão – tal como a canadiana – é ainda parcial. A Dinamarca irá proceder à criação do projeto para a PC, que está encarregado de identificar áreas até onde possa ser realizada a reivindicação, interpretar e documentar os dados necessários a apresentar à Comissão. Este investimento (cerca de 46 milhões de euros) vai de acordo com os interesses das três regiões dinamarquesas, onde todos estão interessados na cooperação para alcançar os objetivos, provando a interdependência entre as 3 partes e nos benefícios conseguidos ao trabalharem em conjunto. O projeto da extensão da PC tem a colaboração, na pesquisa científica, do Secretariado para a Pesquisa Polar Sueco, que tem recolhido dados nas suas expedições realizadas no quebra-gelo sueco *Oden*. O Canadá e a Rússia também se encontram em cooperação face a este projeto. A reivindicação dinamarquesa pela extensão da PC entra em conflito as reivindicações de outros países na região do Ártico, – claramente a Rússia e o Canadá – e por isso existe uma colaboração intensa com estes países, de modo a resolver as disputas de delimitação marítima. Para além destas, a Dinamarca possuiu ainda uma disputa pela Ilha Hans, pelas quais o Canadá reclama a sua soberania. Desde 2005 que se procura resolver esta questão entre os dois países (Denmark, Greenland and the Faroe Islands 2011).

“A navegação no Ártico está a aumentar, incluindo nas águas ao largo da Gronelândia e das Ilhas Feroé. Menos cobertura de gelo, especialmente nos meses de Verão, levou a um aumento significativo no tráfego marítimo, incluindo barcos cruzeiro para áreas como a Gronelândia que até à alguns anos atrás não era possível navegar. Em 2010, 43 barcos cruzeiro ancoraram nos portos da Gronelândia, comparando com 32 em 2009. Além disso, o comércio marítimo nas águas de Feroé aumentou consideravelmente. (...) O derreter do gelo do mar no Verão também permitiu novas rotas de navegação pela Passagem do Nordeste e do Noroeste o que poderá criar significantes poupanças no tempo de transporte dos transportes marítimos entre a Europa e a Ásia. Acredita-se que as águas ao largo da Gronelândia e das Ilhas Feroé irão experienciar um aumento significativo no tráfego marítimo nos próximos anos. (...) Graças às condições extremas nas regiões pouco populosas do Ártico, a prevenção de acidentes marítimos é crucial para a região” (Denmark, Greenland and the Faroe Islands 2011, 16).

O Canadá afirma na sua política que

“o Ártico é, e deve ser uma área de paz e cooperação. Apesar de as relações entre os Estados costeiros do Oceano Ártico serem próximas, irá haver uma necessidade constante de reforçar a soberania da Dinamarca, especialmente com o aumento de atividade na região. (...) O reforço da soberania é realizado pelas forças armadas através de uma presença visível na região, onde a vigilância é o elemento central para a tarefa. (...) O acordo político de longo prazo na defesa (...) (2014 – 2020) envolve um grande foco nas tarefas das Forças Armadas Dinamarquesas no Ártico. O acordo inclui quatro iniciativas primordiais que devem ser observadas à luz das alterações climáticas e ao aumento da atividade que irá prever os resultados num aumento de tarefas para as forças armadas” (Denmark, Greenland and the Faroe Islands 2011, 20):

1) A estrutura do comando será racionalizado através da fusão do Comando Dinamarquês com o Comando Feroé resultando no *Joint Arctic Command* (JAC)<sup>74</sup>.

2) “A capacidade das forças armadas de conduzir operações no Ártico será reforçada através do estabelecimento da *Arctic Response Defense*<sup>75</sup>” (Denmark, Greenland and the Faroe Islands 2011, 20).

3) A análise de risco do ambiente marítimo na Gronelândia, e ao seu redor, será realizada de acordo com a expansão do tráfego marítimo e da atividade no Ártico.

4) Em 2014 será realizada uma análise acerca das futuras tarefas das Forças Armadas no Ártico, incluindo as oportunidades e o potencial para uma cooperação mais estreita com outros países interessados, relativamente à vigilância do Ártico.

#### CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS

É uma prioridade política para a Dinamarca, e em especial para a Gronelândia, que nos próximos dez anos sejam aumentadas as oportunidades de criar um crescimento

---

<sup>74</sup> O JAC foi lançado em Outubro de 2012, que tem como objetivo reforçar os planos de treino e desenvolvimento das forças de operações especiais, de modo a reforçar a soberania da Dinamarca sobre os territórios do Ártico, que se estendem até 1.6 milhões de milhas quadradas. A primeira tarefa do JAC irá ser o aumento da vigilância da Dinamarca e a monitorização do espaço aéreo e marítimo, em especial nas áreas da Gronelândia e das Ilhas Feroé (Defense News 2013).

<sup>75</sup> Que irá complementar as ações das Forças de Defesa Dinamarquesas, na região (Defense News 2013). O seu alcance é definido por períodos e áreas específicas (Denmark, Greenland and the Faroe Islands 2011).

e desenvolvimento sustentável no Ártico. A criação de novas oportunidades na região trará consigo novas procuras de habilitações por parte das populações ali residentes. Existe uma correlação estreita entre a existência de recursos naturais, trocas comerciais, oportunidades de investimento, investigação e educação científica, e a promoção de melhor qualidade de vida a estas populações. O turismo é já considerado como um setor muito importante na região do Ártico, e tem potencial para vir a crescer no futuro.

O *Geological Survey of Denmark and Greenland* é o responsável pela exploração científica para a recolha de dados geológicos na Dinamarca e na Gronelândia, incluindo nas suas plataformas continentais. Em relação à exploração dos recursos energéticos é estimado que no caso da Gronelândia esta detenha cerca de 31 mil milhões de barris de petróleo e gás, na zona nordeste, e 17 mil milhões de barris de petróleo e gás na zona oeste da Gronelândia e na zona leste do Canadá. A Gronelândia também é rica em depósitos minerais incluindo zinco, cobre, níquel, ouro, diamantes e metais platinados, incluindo ainda determinados elemento raros necessários à produção das tecnologias de ponta, como é o caso das tecnologias da energia verde. O setor dos recursos na Gronelândia é bastante importante no que diz respeito ao crescimento económico das empresas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. A Dinamarca exerce determinadas medidas, tal como a Noruega, que estão ligadas à exploração de petróleo e gás, respeitando as gerações vindouras, quer ao nível do ambiente, quer ao nível da segurança energética futura. A Dinamarca assume que tanto a Gronelândia como as Ilhas Faroé são fontes importantes na extração de recursos, mas que na verdade têm que ser bem geridos através de elevados padrões de segurança, saúde, ambiente, preparação para emergências e transparência. Este deveria ser o modelo de exploração para toda a região do Ártico. A questão da exploração petrolífera no estreito de Davis é uma preocupação para as populações locais, pois esta área é uma das principais ligadas à prática piscatória.

Em 2010 a Dinamarca (juntamente com a Gronelândia) e o Canadá trabalharam em conjunto, na questão da investigação climática, que resultou no encontro de inúmeros cientistas da área no Ártico (Denmark, Greenland and the Faroe Islands 2011). A Dinamarca afirma que continuará a trabalhar em conjunto com diversos países para fazer face aos desafios climáticos que se lhe impõem na região.

## *COOPERAÇÃO INTERNACIONAL*

A Dinamarca atribui uma enorme prioridade à cooperação global na região do Ártico, e por isso procurará aumentar esta, quer dentro do Conselho do Ártico, quer dentro da União Europeia. O Reino da Dinamarca considera a cooperação internacional necessária para a salvaguarda dos seus interesses para o Ártico. Um deles é a conclusão de um acordo que inclua a redução de compromissos e ações, que de acordo com o Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas das Nações Unidas, tem vindo a contribuir para o aumento da temperatura global. O aprofundamento das relações com países como os Estados Unidos<sup>76</sup>, Canadá, Noruega e Islândia são consideradas fundamentais para a exploração dos recursos naturais, à segurança marítima, ambiente e investigação. Já relativamente à Rússia o objetivo é aprofundar relações no que dizem respeito à segurança marítima e privilegiar a investigação (Leal 2014).

---

<sup>76</sup> Até porque foram os Estados Unidos que durante a Guerra Fria se instalaram com bases militares na ilha da Gronelândia.

## UNIÃO EUROPEIA

A União Europeia já possui a sua política para o Ártico: Realizada em 2008 e denominada *The European Union and the Arctic Region*<sup>77</sup>. A União não poderia deixar de parte uma região tão importante como o Ártico, quando três – Dinamarca, Finlândia e Suécia – dos seus vinte e oito membros pertencem ao Círculo Polar Ártico. Desta forma, no ano passado o Conselho do Ártico aprovou o pedido da UE de se tornar um membro observador permanente naquela organização. Neste momento, a Noruega e a Islândia pertencem ao Espaço Económico Europeu e a Islândia pediu adesão para integrar a União em 2009, aumentando assim o interesse estratégico europeu na região do Ártico. Os Estados Unidos, Rússia, e o Canadá são parceiros estratégicos da UE e por isso “a União Europeia está indissociavelmente ligada à região do Ártico” (União Europeia 2008, 3). A União Europeia é um ator ativo do Ártico e a sua política para a região evoluiu consideravelmente nos últimos anos (Prime Minister’s Office 2013, 46). No entanto, já em 2014, foi lançado um novo documento, por parte do Parlamento Europeu, em que o mesmo se debruça sobre esta questão, afirmando que “a UE tem um interesse legítimo, por força dos seus direitos e obrigações ao abrigo do direito internacional, do seu empenhamento nas políticas ambientais, climáticas e outras, e do financiamento das mesmas, das atividades de investigação e dos interesses económicos, incluindo nos domínios da navegação e a exploração dos recursos naturais” (Parlamento Europeu 2014). A UE assume comprometer-se com 3 variáveis distintas para o Alto Norte: (1) o conhecimento (através do estabelecimento de contatos com investigadores em terceiros países – está aberta a possibilidade da criação de um Centro de Informação do Ártico Europeu); (2) a responsabilidade (assegurar o desenvolvimento sustentável na região através do estabelecimento de contatos com o setor público e privado) (3) e o compromisso (empenho no diálogo com os atores do Ártico).

Nos seus documentos a União Europeia tem vindo a demonstrar a sua preocupação com as problemáticas ambientais no Ártico devido às consequências das

---

<sup>77</sup> Este documento deu origem a outros dois documentos: pelo Conselho da Europa o *Conclusions on Arctic Issues* (2008) e o Parlamento Europeu aprovou a resolução *A sustainable EU Policy for the High North* (2011)

alterações climáticas, juntamente com questões relacionadas com os derrames de petróleo, até porque como um dos maior consumidor de gás que provem do Ártico, a União tem vindo a promover uma abordagem de precaução. Relativa à navegação na região, a União Europeia salienta a sua importância para um futuro próximo, de modo a que a navegação nas duas passagens seja aberta à comunidade internacional, afirmando que estas devem estar isentas de quaisquer taxas ou encargos de passagem que constituam obstáculos à mesma. Relativamente ao Ártico como uma região de potenciais conflitos armados, em Outubro de 2008 o Parlamento Europeu “expressou preocupações acerca da corrida em andamento pelos recursos naturais no Ártico, que podem levar a ameaças de segurança para a União Europeia e a uma instabilidade global internacional” (Kraska 2011, 60).

Tal como os restantes países do Ártico, a União verifica as imensas potencialidades que traz consigo o degelo do Ártico: “os efeitos do degelo e temperaturas mais amenas não só apresentam o risco de deslocar populações autóctones e, conseqüentemente, a ameaçar o seu modo de vida, mas também podem criar oportunidades de desenvolvimento económico na região do Ártico” (Parlamento Europeu 2014, 7).

## CAPÍTULO III. A DISPUTA PELO ÁRTICO

---

### ROTAS MARÍTIMAS

As linhas de comunicação marítima, através da construção de portos por motivos de trocas comerciais, de logística ou militares, constituiu ao longo dos séculos um elemento de elevada importância para a segurança dos Estados e para o equilíbrio e desequilíbrio da geopolítica mundial. Isso é comprovado com o caso americano, em que coloca o mar como uma peça central da sua política: o controlo dos estreitos principais – Ormuz, Malaca, Gibraltar e Bósforo – torna possível exercer pressão em determinados estados de forma a obter certos privilégios. Hoje em dia sabe-se que  $\frac{3}{4}$  das trocas comerciais internacionais são realizadas através do mar fazendo com que este tenha um papel muito importante nas relações internacionais (Laruelle 2014).

Sabendo isto, e verificando as enormes potencialidades que têm as rotas marítimas do Ártico, o interesse por estas têm vindo a aumentar e conseqüentemente a criar alguns pontos de divergência entre diversos Estados. Por isso mesmo, torna-se importante frisar e esclarecer este ponto.

Dado que na região do Ártico, de momento não existe nenhuma legislação específica dada as suas características, a região tem sido *governada* pela legislação em vigor providenciada pela ONU: a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (ou UNCLOS – *United Nations Convention on the Law of the Sea*). Entre outros, esta define os direitos e responsabilidades dos países que fazem uso do mar.

Já desde há mais tempo, reivindicações territoriais tinham sido feitas em relação ao território do Ártico por se desejar uma ligação marítima mais curta entre a Europa e a Ásia, mas as condições geladas do Ártico não o permitiram. Com as alterações climáticas e a redução da camada de gelo no Ártico esta situação poderá alterar-se: Neste momento, a duração da estação de navegação é relativamente curta, apenas de 20 a 30 dias por ano. No entanto prevê-se que até ao final do séc. XX as rotas estarão completamente abertas cerca de 120 dias por ano. Em 2009 o *U.S. National Snow and Ice Data Center* informou que apesar de um inverno frio fora do normal, a cobertura máxima de gelo marinho de 2008/2009 era o quinto mais pequeno desde que havia registos, afirmando que “os seis

valores mais baixos desde a monitorização de satélite – que começou em 1979 – todos ocorreram nos últimos seis anos” (Byers 2010, 39). E por isso, “o gelo tem-se tornado muito mais fino, em média, e por esse motivo mais suscetível de derreter no verão seguinte” (Byers 2010, 39). Há quem preveja que até 2020 o Oceano Ártico derreta completamente durante os meses de verão, que quando olhado somente do ponto de vista comercial e das viagens, é uma grande vantagem pois assim poderiam ser realizadas as rotas comerciais pelo Oceano Ártico durante esses mesmos meses. Neste momento, a existência de gelo é o principal inimigo das rotas comerciais na região.

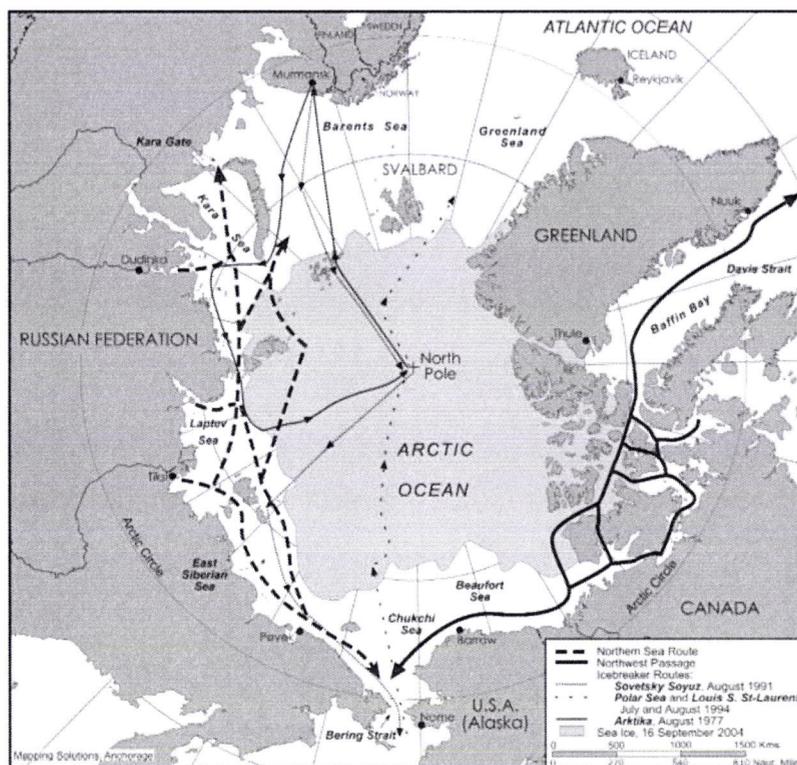


Figura 30 – As duas possíveis rotas marítimas no Ártico

(Fonte: Brigham and Ellis 2004)

Hoje em dia sabe-se que as viagens através do Ártico são bastantes mais curtas do que pelo Canal do Panamá, e mais seguras do que pelo Canal do Suez. Sendo assim, os cálculos estão feitos e as contas fáceis de perceber: Pelo Canal do Panamá a distância entre a Ásia – Europa é de 23.335km; Pelo Ártico (Passagem do Noroeste, ao longo do Canadá) a distância diminui para 14.630 km (Isted 2009, 347); Do lado oriental do planeta, sucede-se o mesmo: A rota Roterdão – Tóquio pelo Canal do Suez é de 21.100km, pelo Canal do Panamá 23.300 e pela Passagem do Norte diminuiria para cerca de 14.100km.

No entanto ainda são vários os entraves do ponto de vista financeiros colocados à travessia destas duas rotas como é o caso de os “investimentos necessários para reforçar os cascos dos navios, as elevadas taxas cobradas pelas companhias seguradoras, os custos exigidos pelas escoltas com navios quebra-gelo, as reduzidas velocidades impostas pela presença de gelo, a possibilidade de o Canadá e da Rússia virem a por taxas e restringir direitos de transito (...)” (Leal 2014, 197)

Estes dois países – Canada e Rússia – defendem que estas passagens sejam consideradas águas internas e não estreitos internacionais.

### *PASSAGEM DO NOROESTE*

Em 1906 Roald Amundsen demorou cerca de 3 anos para completar a sua primeira viagem pela Passagem do Noroeste. Em 2007 verificou-se ter sido o ano com maiores perdas ao nível da redução de gelo no Oceano Ártico: perdas dez vez maiores do que a média anual da redução de gelo na década anterior. Imagens de satélite disponibilizadas pela Agencia Espacial Europeia demonstravam que a Passagem do Noroeste estava completamente navegável. Neste momento a navegação na Passagem do

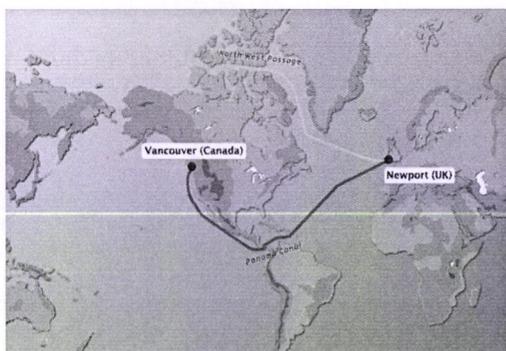


Figura 31 – Passagem do Noroeste, Rota 1

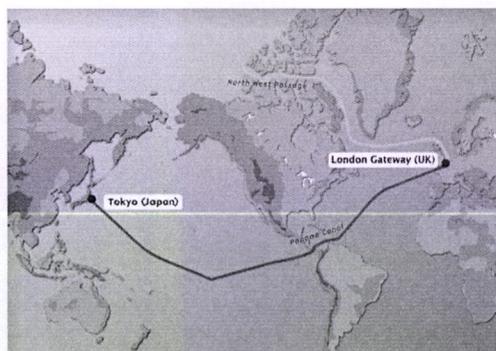


Figura 32 – Passagem do Noroeste, Rota 2

(Fonte: Royal Geographical Society, [s.d.]

Noroeste é de sete semanas com a ajuda de navios quebra-gelo. Alguns autores, como Jacques Nihoul, Louis Fortiere e Katarzyna Kysk “alertam que os diversos modelos climáticos coincidem ao sugerir que esta será a última rota a abrir ao tráfego marítimo” (Leal 2014, 199), que estará prevista entre 2010 e 2030. A curto prazo as questões de logística na Passagem do Noroeste podem vir a condicionar a passagem de navios: questões

como busca e salvamento, a estabilidade climática, e o movimento do gelo. Questões como o facto da existência de portos ao longo da viagem não são colocadas em causa pois na região ocidental de Nunavut seis companhias mineiras juntaram-se para construir um porto com a capacidade de albergar navios com cerca de 25.000 toneladas. Tal como é visível nas figuras 31 (Canadá – Reino Unido) e 32 (Reino Unido – Japão), a rota pelo Mar do Norte é bem mais curta, mesmo apesar das dificuldades que neste momento se apresentam à sua passagem. Sabe-se que num futuro próximo a passagem será utilizada frequentemente.

Os Estados Unidos sempre consideraram que a Passagem do Noroeste, apesar de estar situada entre várias ilhas (sem quaisquer disputa territorial) canadianas, se tratasse de um estreito internacional, pois este “cumprir os critérios legais para um estreito internacional por estar conectado a duas extensões de alto mar (...) e tem sido utilizado para navegação internacional” (Byers 2010, 42). Por sua vez, o Canadá considera esta passagem como águas internas, e por isso “embarcações estrangeiras têm que ter a permissão do Canadá e estão sujeitos a toda a força da lei nacional canadiana” (Byers 2010, 43). O grande problema para o Canadá, é que no passado, a sua posição não foi tão assertiva quanto o é agora, pois a questão desta passagem era tratada maioritariamente no foro académico (Emmerson 2010). Durante muitos anos, pelo facto de a passagem estar fechada devido a condições climáticas, não houveram quaisquer problemas de contestação da passagem (Byers 2010).

Isso mudou quando em 1969 a Exxon (empresa petrolífera norte-americana) enviou um super tanque de gelo – o *SS Manhattan* – pela Passagem do Noroeste com o intuito de verificar a viabilidade desta rota para transportar petróleo desde o Alasca até ao litoral do Oceano Atlântico. O Estado norte-americano enviou o quebra-gelo *Northwind*, para acompanhar o super tanque, fazendo questão de não consultar a permissão canadiana. O Canadá decidiu que a melhor resposta deveria ser amigável, concedendo a passagem aos navios – mesmo quando esta não fora pedida, e ainda concedendo um quebra-gelo para fornecer assistência caso necessário – o *CCGS John A. Macdonald*. Naquela altura o Canadá possuía apenas cerca de 3 milhas náuticas além costa, e por isso o percurso utilizado pelos navios norte-americanos foi escolhido para não entrar em território

canadiano. Os Estados Unidos afirmaram que não faziam intenção de realizar qualquer reivindicação pela Passagem. A viagem não foi fácil e os navios foram obrigados a recuar para sul, entrando no território canadiano, dando a perceber ao Canadá de que “navios estrangeiros iriam utilizar a Passagem do Noroeste de vez em quando e o Canadá estava mal posicionado para os regular” (Byers 2010, 45). Desta forma, foi criado um grupo de trabalho que rapidamente concluiu que o Canadá não estava pronto para enfrentar os Estados Unidos numa batalha legal de reivindicações.

Por fim, em 2006 o Parlamento Canadano emitiu um projeto de lei declarando a soberania da Passagem do Noroeste.

### *ROTA DO MAR DO NORTE*

A Passagem do Nordeste<sup>78</sup> localiza-se ao longo da costa Russa do Oceano Ártico, tal como é observável nas figuras 33 (Noruega – China) e 34 (Holanda – Japão). “A

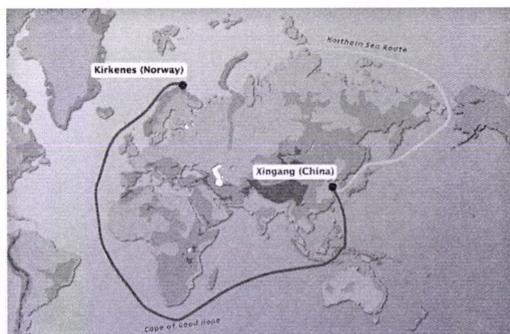


Figura 33 – Rota do Mar do Norte 1

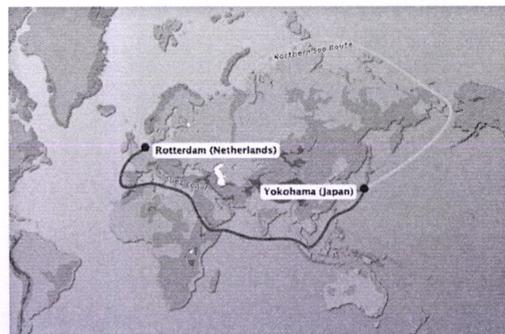


Figura 34 – Rota do Mar do Norte 2

(Fonte: Royal Geographical Society, [s.d.]

primeira oferta para abrir a NSR (em inglês Northern Sea Route – NSR) à navegação internacional foi realizada por Moscovo em 1967” (Laruelle 2014, 172), mas não teve sucesso. Por conseguinte “a oferta foi repetida em 1987 por Mikhail Gorbatchev no seu discurso de Murmansk, e a rota foi formalmente aberta ao uso estrangeiro em 1991, apenas uns meses antes da União Soviética ter colapsado. As normas para a sua utilização estavam especificadas” (Laruelle 2014, 172) num documento próprio da Federação Russa.

<sup>78</sup> À Rota do Mar do Norte muitos denominam de Passagem do Nordeste, no entanto têm significados diferentes: A Rota do Mar do Norte encontra-se delimitada da ilha Novaya Zemlya até ao Estreito de Bering; Por Passagem do Noroeste entende-se pela rota que percorre na totalidade o espaço setentrional russo.

Desde 2007 que a navegação nesta rota tem sido facilitada, pois durante dois meses ao longo do ano não é necessária a presença de um quebra-gelo para atravessar a zona. “Desde o tempo dos Bolcheviques, o regime soviético considerava a Rota do Mar do Norte como um componente-chave das suas estratégias para o desenvolvimento económico no Extremo Norte e nas regiões siberianas mais remotas” (Laruelle 2014, 181).

Esta rota é especialmente proveitosa para as nações asiáticas, que estão muito dependentes das entregas de produtos energéticos que vêm dos estreitos de Ormuz e de Malaca. Hoje as companhias petrolíferas que operam no Ártico querem aproveitar, num futuro próximo, estas passagens para fazer a entrega do petróleo e gás pela NSR (Laruelle 2014).

Neste momento, existem vários entraves do ponto de vista económico, para o trânsito nesta Passagem. A Rússia procura que os barcos estrangeiros paguem taxas pelo aluguer de navios quebra-gelo, assim como por relatórios meteorológicos e de gelo. As taxas impostas são consideradas demasiado elevadas para as empresas de navegação internacionais. A adicionar a todos estes fatores, existe ainda a necessidade de seguros, e por falta de um sistema de busca e salvamento, estes são dos mais caros no mundo – tal como acontece na Antártida (Laruelle 2014).

Algumas das previsões para 2020 dão um destaque muito grande à Passagem do Nordeste: Hoje em dia sabe-se que o transporte de petróleo do Mar de Pechora para a Europa é considerado técnica e economicamente viável – já tendo alcançado cerca de 1.5 milhões de toneladas por ano (1); Até 2020 estima-se que o volume de cargas na NSR alcance 40 milhões de toneladas de gás por ano, o que significará uma importância muito grande à navegação na NSR (2); Com as novas tecnologias marinhas, que certamente irão contribuir para a economia de transporte, os seus custos diminuirão em relação aos gasodutos e oleodutos (3); A probabilidade de grandes acidentes é tanto menor, quanto maior for o volume do tráfego. Ao mesmo tempo, sabe-se que as consequências de um acidente de maiores proporções seriam desastrosas “devido ao ambiente frágil do Ártico, ao distanciamento da região, às condições ambientais rigorosas e às dificuldades na condução de operações de limpeza de derramamento de petróleo” (Arctic Council 2013,

119) (4); No entanto, tal como foi referido ao longo do trabalho, sabe-se que existem diversos desafios na região, o que é notório acerca das infraestruturas: os serviços de informação sobre o gelo requerem suporte e os serviços hidrográficos virão a ser necessários; torna-se extremamente necessário adequados serviços de busca e resgate ao longo de toda a NSR (Arctic Council 2013).

## OS TERRITÓRIOS EM DISPUTA

São vários os territórios em disputa, mas apenas um deles se trata de um pedaço de terra, uma ilha (Ilha Hans situada entre a Gronelândia e a Ilha Ellesmere), sendo que todos os outros lígios são relativos a massas de água (pela extensão da PC), ou referentes à passagem de navios em determinados locais (na Rússia – a Passagem do Nordeste – e no Canadá – Passagem do Noroeste).

Assim, é possível enumerar as inúmeras disputas e/ou reivindicações:

- 1) Canadá, Rússia e Gronelândia – Cordilheira de Lomonosov.
- 2) Canadá, Estados Unidos – Mar de Beaufort (o elemento central da disputa centra-se na delimitação de águas ricas em hidrocarbonetos localizados entre o território de Yukon (Canadá) e o Alasca (Kraska 2011).
- 3) Canadá, Dinamarca (Gronelândia) – Ilha Hans.
- 4) Canadá, Estados Unidos – Passagem do Noroeste.
- 5) Noruega, Federação Russa – Mar de Barents.
- 6) Noruega – ZEE das ilhas de Svalbard.

### ILHA HANS

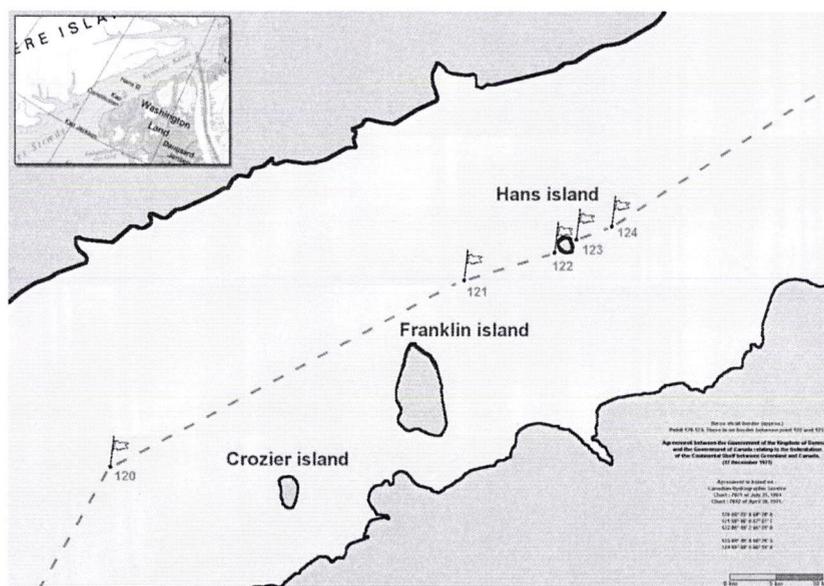


Figura 35 – A localização da Ilha Hans entre o Canadá (Ilha Ellesmere) e a Gronelândia

Fonte: (Wikipedia, 2014)

Nos últimos anos, tem-se assistido a um intensificar da reivindicação da Ilha Hans, uma ilha de 1.3km<sup>2</sup> que se encontra situada entre a ilha Ellesmere (Canadá) e a Gronelândia. No entanto, o problema iniciou-se quando em 1973 os diplomatas (canadianos e dinamarqueses), ao procederem à divisão do fundo oceânico a meio entre os dois países<sup>79</sup>, detetaram que havia uma diferença de opiniões referentes à ilha Hans. Em vez de se ter procurado resolver o problema, visto que a linha de separação do território acaba na linha de base de um lado da ilha e é retomada novamente do outro lado da ilha, também na linha de base, os países apenas procederam ao desenhar da mesma. Mais tarde, em 1975, um mapeamento hidrográfico levou á conclusão que a ilha Hans se encontra ligeiramente mais próxima da Gronelândia do que do Canadá, e que o canal que os divide é mais profundo do lado da ilha Ellesmere do que no lado gronelandês. Neste momento a ilha Hans é o único pedaço de terra em disputa em todo o Oceano Ártico.

Recentemente os dois países têm trazido para a mesa esta reivindicação. Em 2005 o embaixador dinamarquês Poul Kristensen afirmou que a ilha foi descoberta por um dinamarquês, Hans Hendrik of Fiskensæset<sup>80</sup> em 1853, e daí provem o nome da ilha. Este acrescenta também que a ilha, ao contrário do que acontece com a população canadiana, sempre foi ocupada com inuítes da Gronelândia<sup>81</sup>. O grande argumento canadiano é a transferência das ilhas árticas do arquipélago da América do norte – com exceção da Gronelândia – realizada em 1880 por parte da Grã-Bretanha; assim como que durante a segunda Guerra Mundial a ilha Hans foi casa para uma base científica canadiana durante um curto período de tempo (Byers 2010). O Canadá busca a soberania deste território de modo a conseguir manter a Passagem do Noroeste como águas internas (Spotlight – Political, Social and Environmental Issues for the Classroom 2014).

Ao longo dos anos várias foram as atitudes provocatórias tomadas pelos dois países. Mesmo assim, apesar da atividade intensa no local, “ambos os lados têm mantido um sentido de humor acerca da disputa.”(Byers 2010, 26). Desta forma em 2005, e por não

---

<sup>79</sup> Desde então que esta tem sido a linha que tem determinado a zona de pesca dos dois países, tal como de passagem.

<sup>80</sup> Aquando da descoberta da ilha, este descobridor encontrava-se numa expedição americana, fator que não é revelado por Poul Kristensen.

<sup>81</sup> Para os canadianos este é o fator mais relevante da reivindicação dinamarquesa.

querer piorar as suas relações diplomáticas, o Canadá em conjunto com a Dinamarca resolveram emitir a seguinte declaração conjunta:

“Reconhecemos que temos opiniões muito diferentes sobre a questão da soberania da ilha Hans. Esta é uma disputa territorial que persiste desde a década de 1970, quando se chegou a acordo entre as fronteiras marítimas entre o Canadá e a Gronelândia. Ressaltamos que esta questão refere-se apenas à ilha, e como tal não tem impacto naquele acordo. Firmemente compreendidos como estamos com a resolução pacífica das disputas, incluindo as disputas territoriais (...). Iremos continuar os nossos esforços para alcançar uma solução de longo-termo para a disputa da ilha Hans. Os nossos funcionários irão reunir-se novamente num futuro próximo para discutir formas de resolver a questão, e apresentarão um relatório aos ministros com os seus progressos. Enquanto procuramos seguir com os nossos esforços, nós decidimos que, sem prejudicar as nossas respetivas reivindicações, nós iremos informar cada um das atividades relacionadas com a Ilha Hans (...).” (Byers 2010, 28–29).

Torna-se importante resolver esta disputa. Como se sabe, os mapas e a cartografia são essenciais para tal resolução, no entanto só assim seria, caso ambos os países se encontrassem dispostos a submeter a disputa sobre a ilha Hans a litígio ou arbítrio. Mas de momento os países não se encontram interessados em perder a política interna da ilha perante um painel de juízes dos tribunais internacionais, e nenhum deles pretende negar-se da ilha durante as negociações, a não ser que uma proposta convincente fosse realizada. Bayers apresenta-nos dois métodos de resolução da disputa: 1) A ilha poderia ser dividida ao meio pela linha que (já) delimita o leito marinho, concedendo a ambos os países a soberania completa por metade da ilha; 2) Proceder à soberania partilhada da ilha entre os dois países (Byers 2010).

### *EXTENSÃO DA PLATAFORMA CONTINENTAL*

Dos cinco Estados costeiros do Ártico todos eles estão interessados na extensão das suas plataformas continentais. As massas de água em disputa são entre o Canadá, a Rússia e a Gronelândia acerca da Cordilheira de Lomonosov; e entre o Canadá e os Estados Unidos acerca do Mar de Beaufort.

De modo a compreender-se como funciona o processo de extensão da PC, é necessária a observação daquilo que nos diz a Convenção para o Direito do Mar das Nações Unidas. Este documento

“reconhece que cada estado tem o direito a 12 milhas náuticas de mar territorial, 24 milhas náuticas de zona contígua e 200 milhas náuticas de Zona Económica Exclusiva (ZEE). (...) Dentro das 200 milhas náuticas da ZEE, cada estado tem direitos de soberania sobre todos os recursos vivos e não vivos na coluna de água, no leito marinho e no subsolo, mas a passagem de barcos estrangeiros deve ser garantida. Além destas 200 milhas náuticas, a jurisdição estatal não pode ser aplicada às colunas de água, que são definidas como alto mar sujeitas à livre navegação. Pode, no entanto, ser aplicado a uma plataforma continental se a UNCLOS reconhecer a contiguidade de até 350 milhas náuticas ou 100 milhas náuticas além da isóbata dos 2500 metros. Além disso, o leito marinho profundo é considerado como património comum da humanidade e é gerido pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos” (Laruelle 2014, 94).

Já aquando da assinatura da UNCLOS tornava-se “(...) claro que as novas tecnologias e os preços mais altos levariam eventualmente à exploração das reservas de petróleo e gás a mais de 200 milhas náuticas a partir da costa” (Byers 2010, 91) e por isso mesmo, procedeu-se à possibilidade da extensão da PC na Convenção. Esta possibilidade (enunciada acima) encontra-se expressa no artigo 76º da Convenção. De modo a ser

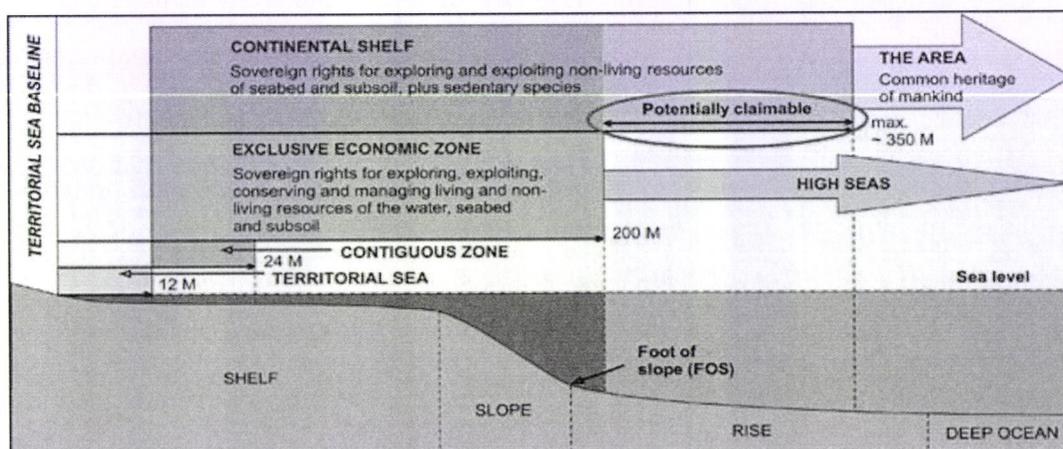


Figura 36 – As delimitações impostas pela UNCLOS de 1982

(Fonte: BGR 2014)

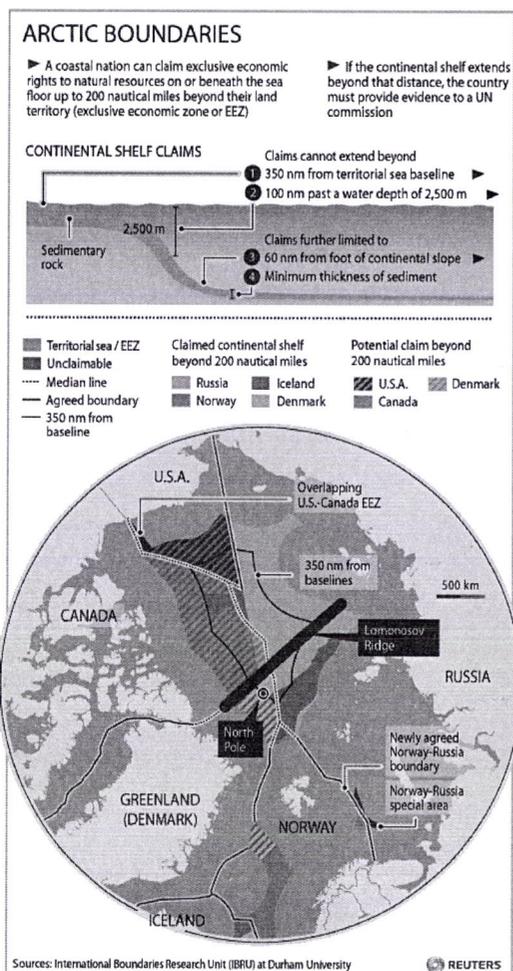


Figura 37 – Os direitos e as reivindicações dos Estados costeiros do Ártico.

(Fonte: Masters, 2013)

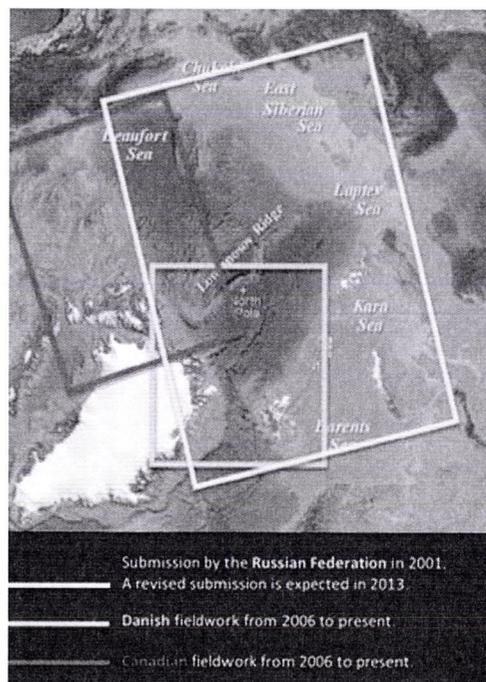


Figura 38 – A intersecção das 3 reivindicações no Polo Norte

(Fonte: Ladekaer e Rasmussen, 2011)

possível os países fazerem uso desta petição, esta terá que ser realizada dentro do prazo de dez anos após a ratificação da UNCLOS, e, como é lógico, apresentarem dados de cariz geológico que comprovem essa mesma ligação. No que diz respeito ainda à UNCLOS verifica-se, segundo alguns críticos, uma falta de transparência no artigo 76<sup>82</sup>: As submissões apresentadas à CLCS não são disponibilizadas a todos os membros signatários da Convenção, e por vezes não é compreendida a decisão tomada pelo órgão. É-nos possível afirmar que apesar de o CLCS

<sup>82</sup> O artigo 76º define os limites da plataforma continental: 1) Não pode ultrapassar as 350 milhas náuticas, medidas a partir da linha de base; 2) Não pode ultrapassar as 100 milhas náuticas para além da isobatimétrica dos 2.500 metros. Esta definição é deitada por terra quando no artigo 298º da mesma Convenção se decreta a possibilidade de qualquer um dos Estados rejeitar qualquer resolução sobre uma disputa territorial, caso considerem que essa mesma resolução é contrária aos seus interesses.

afirmar ser um órgão técnico, na verdade trabalha segundo propósitos políticos (Georgescu 2010).

No entanto como já foi referido, os Estados Unidos legalmente – de acordo com a UNCLOS – não podem reivindicar o território em causa, e por isso têm como objetivo aceder à mesma, para poderem reivindicar uma área de oceano que poderia estender a sua área para mais de 600 milhas náuticas a norte do Alasca.

Os países que reivindicam o centro do Polo Norte, ou seja a Cordilheira de Lomonosov, como uma extensão da sua PC são o Canadá, a Dinamarca e a Rússia, que entram em conflito de fronteiras marítimas, como é possível observar na figura 38.

### 1) Canadá

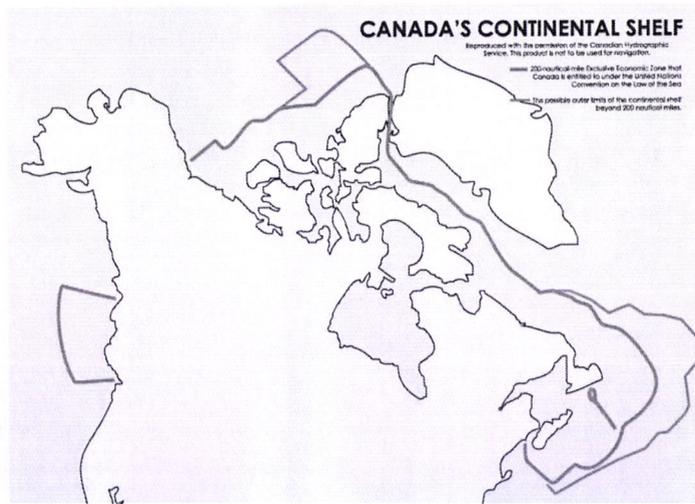


Figura 39 – O mapa da extensão da plataforma continental no Canadá

(Fonte: Zilio, 2013)

O Canadá irá realizar a sua reivindicação para aumentar a sua PC em 1.75 milhões de km<sup>2</sup> (o equivalente a 20% do seu território) junto da CLCS, um objetivo que é considerado fundamental, tal como é expresso nos seus documentos oficiais para a região (Canada's Arctic Foreign Policy e Canada's Northern Strategy) (Government of Canada 2013c). Na figura 39 é possível observar a dimensão do aumento requerido pelo Canadá: a verde é demonstrado o pedido para a extensão da sua PC; a vermelho, é a situação atual canadiana em relação à sua PC. Este mapa demonstrava os interesses canadianos a serem



provavelmente não o será, como aconteceu anteriormente (UNEP and GRID-Arendal 2009). De forma a possuir os documentos essenciais para comprovar junto daquele órgão a ligação geológica entre a Cordilheira de Lomonosov e a PC siberiana, em 2007 foi realizada uma expedição liderada pelo explorador russo Artur Chilingarov, que se deslocou até ao Polo Norte para a recolha de amostras geológicas. Esta foi a primeira vez que algum país conseguiu submergir a uma latitude tão elevada. Desta forma a Rússia deu a conhecer ao mundo a sua capacidade tecnológica para operar nestas águas.

### 3) Dinamarca



Figura 41 – A reivindicação esperada para 2014 por parte da Dinamarca

(Fonte: Ladekaer e Rasmussen, 2011)

No seu documento estratégico para o Ártico intitulado de *Kingdom of Denmark Strategy for the Arctic 2011 – 2020* a Dinamarca refere a expansão da sua PC na região a norte da Gronelândia e por isso submeteu em Abril de 2009 as informações acerca do aumento da PC além das 200 milhas náuticas. Esta submissão foi apenas parcial, visto que se refere apenas às ilhas Faroé; A 26 de Novembro de 2013 a Dinamarca entregou uma

nova submissão, também parcial – a restante fará referência às regiões a norte da Gronelândia. Esta última tem como área abrangida a região nordeste da PC da Gronelândia (Commission on the Limits of the Continental Shelf 2013). Para a mesma, foi no verão de 2012 que a Dinamarca se empenhou numa expedição científica no Oceano Ártico com o objetivo (tal como fizera a Rússia em 2007) de recolher dados que comprovem a sua reivindicação (Acher 2012). Com esta expedição os dinamarqueses pretendem comprovar que cerca de 155 mil km<sup>2</sup> do Oceano Ártico, incluindo o Polo Norte, fazem parte da sua PC (i.e. da Gronelândia) (Breum 2012).

Apesar de todos os esforços elaborados pelos três países acerca de comprovar a ligação com a Cordilheira de Lomonosov, a verdade é que existe uma grande probabilidade de que o Polo Norte venha a ser considerado Património Comum da Humanidade, ficando sob jurisdição internacional, ou seja, administrados pelas Nações Unidas. No entanto estas reivindicações são, ao mesmo tempo por necessidade de exploração de recursos, questões de orgulho nacionalista e questões de política interna (Byers 2010).

### *MAR DE BEAUFORT*

O Mar de Beaufort localiza-se a norte do Canadá e do Estado do Alasca (Estados Unidos) (Fig. 42). Existe uma disputa entre os Estados Unidos e o Canadá acerca da divisão da fronteira deste mar (Fig. 43). A disputa coloca em causa um pedaço

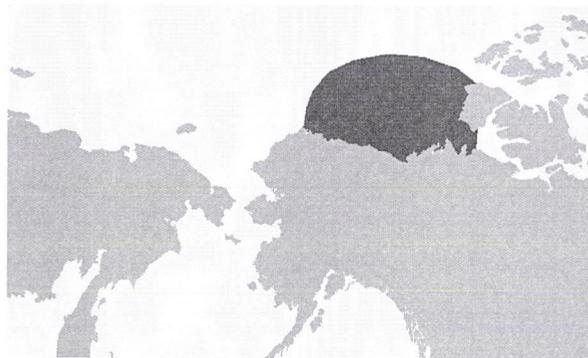


Figura 42 – A localização do Mar de Beaufort  
(Fonte: Wikipedia, 2014)

de mar com cerca de 21.436km<sup>2</sup> (Byers 2010). A disputa teve início em 1977 quando ambos os países reivindicaram fronteiras para a exploração de recursos piscatórios fora dos limites da ZEE, usando linhas diferentes. A linha traçada pelo Canadá é tida em conta segundo o acordo feito entre a Rússia e a Grã-Bretanha no tratado de 1825 (repare-se que o Canadá apenas assumiu os direitos ingleses em 1880); Os Estados Unidos seguem a linha traçada pelo tratado assinado em 1867 quando os Estados Unidos compraram o

Alasca à Rússia. Sendo assim, o Canadá alega que a fronteira marítima deve ir de acordo com a fronteira terrestre, ou seja na linha do grau 141° do meridiano. Esta questão merece toda a atenção visto que se trata de uma zona, que para a reivindicação do aumento das plataformas continentais, em que ambos os países precisam de ter esta fronteira definida. Pesquisas sísmicas e poços exploratórios demonstram que o leito marinho desta região

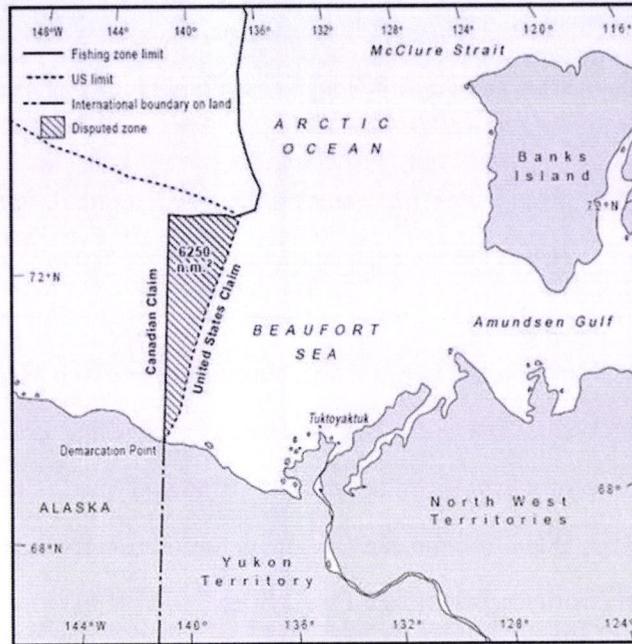


Figura 43 – A área em disputa pelos Estados Unidos e Canadá

(Fonte: Byers, 2010, p. 99)

contém petróleo e gás (Emmerson 2010) (comparável com a de Baía de Prudhoe – o maior poço petrolífero na América do Norte) apenas a 300km para oeste. Em 2006 a empresa de extração de gás e petróleo Devon descobriu 250 milhões de barris de petróleo a norte de Tuktoyaktuk, e por isso, em 2007 a Imperial Oil e a ExxonMobil Canada pagaram cerca de 585 milhões de dólares por direitos de exploração numa zona perto da primeira. O mesmo sucedeu-se em 2008 quando a BP pagou cerca de 1.2 milhões de dólares por direitos de exploração numa área adjacente à adquirida previamente pelas empresas anteriores.

Neste momento existem três fatores que podem beneficiar o Canadá:

1) Primeiro, o tratado de 1825 estabeleceu esferas de influência marítima sobre estes territórios, sendo que a fronteira terrestre foi apenas adicionada por coerência. “Como resultado, a aplicação do tratado às fronteiras marítimas no Mar de Beaufort é consistente com o objeto e propósito do tratado.” (Byers 2010, 100);

2) Em segundo, o texto original do “tratado de 1825 encontra-se em francês e o termo “jusqu’à” na frase “dans sons prolongation jusqu’à à la Mer Glaciale” é



normalmente interpretado como inclusão do objeto àquilo a que se refere. Noutras palavras, em francês, “tão longe como o oceano congelado” inclui o oceano” (Byers 2010, 100).

3) Por fim, termos similares foram usados para definir as fronteiras marítimas do Estreito de Bering e o Mar de Chukchi no Tratado de 1867 – Tratado de Cedência do Alasca aos Estados Unidos. Em 1990 os Estados Unidos e a União Soviética aceitaram e atualizaram o tratado de 1867 usando o meridiano 168° 58’ 37”O (Byers 2010) dentro do Oceano Ártico tão longe quanto o permitido pela lei internacional. Aqui é possível citar o professor Camille Antinori afirmando que “os Estados Unidos estão virtualmente a dizer que o mesmo tratado que delimita uma fronteira marítima a Oeste não delimita uma fronteira marítima a Este” (Byers 2010, 100).

Nos últimos anos, sem a disputa resolvida ambos os países têm tomado atitudes provocatórias. Os Estados Unidos realizaram diversos leilões de concessão de áreas de exploração na zona em contestação às quais o Canadá respondeu com protestos diplomáticos. Devido ao impasse criado, não foram recebidas respostas a estes leilões, por parte das companhias petrolíferas. No entanto uma empresa petrolífera canadiana, a EnCanada, tem realizado exploração e extração do lado norte-americano, o que pode ajudar para a resolução da disputa e o chegar a um consenso. Mesmo assim em 1988 os dois países acordaram *concordar em discordar* acerca do estatuto destas águas, com o intuito de cooperarem sim, nos seus interesses comuns. Como nos informa Byers podem ser encontrados vários métodos de resolução da disputa territorial:

- 1) A primeira de todos, é a negociação das fronteiras marítimas, provavelmente uma que divida a área em partes iguais.
- 2) “Uma segunda opção é para os dois países enviarem a disputa para um tribunal internacional ou para um tribunal arbitral” (Byers 2010, 102). No entanto esta solução pode não ser a escolhida pois no passado o recurso a este método tem vindo a beneficiar os dois países em diferentes momentos<sup>83</sup>.

---

<sup>83</sup> Em 1903 um tribunal de livre arbítrio concedeu um pedaço de terra de 26.000km<sup>2</sup> aos Estados Unidos na região do Canadá; Mais tarde em 1984, no caso *Golf of Main*, o Tribunal Internacional de Justiça concedeu parte do Georges Bank ao Canadá, o que não agradou aos pescadores americanos.

- 3) Uma terceira solução seria a criação de um regime conjunto de exploração de recursos energéticos na região – “uma abordagem um pouco invulgar que já resultou anteriormente, incluindo no Ártico<sup>84</sup>” (Byers 2010, 103)
- 4) Por fim, uma quarta solução seria uma troca de territórios. Um dos países cedia uma reivindicação em troca de outra, pois entre os Estados Unidos e o Canadá existe ainda um outro local em disputa, no sudeste do Alasca que é considerada a região mais rica em salmão do mundo.

---

<sup>84</sup> Tal exploração conjunta (no Ártico) deu-se em 1981 quando a Noruega e a Islândia concluíram um tratado cedendo à primeira o direito de participar em 25% da plataforma continental da Islândia, na zona entre a Islândia e a ilha norueguesa de Jan Mayer. Recentemente, em 2008 os dois países adotaram um tratado para que definia a exploração conjunta de petróleo e gás naquela área (Byers 2010).

## ARQUIPÉLAGO DE SVALBARD

A disputa pelo território – e suas águas territoriais – tem sido uma das maiores dificuldades da política externa norueguesa (Kraska 2011).

A questão de Svalbard remonta a 1920, altura da assinatura do Tratado de Svalbard<sup>85</sup>. As causas para tal disputa tiveram origem antes dessa data, pois os Estados signatários daquele tratado, tiveram uma forte presença na ilha, na qual desenvolveram atividades de pesca, caça, investigação, exploração mineira, comércio e turismo (Leal 2014). Essa mesma presença ainda hoje está marcada pela existência de monumentos ao longo das cidades mais importantes.

O Tratado de Svalbard concedia a soberania plena e absoluta da Noruega sobre o arquipélago, proibindo o seu uso para fins bélicos – como a instalação de bases militares –, e ainda alguns direitos para os Estados signatários (Leal 2014) (Kraska 2011), e concedia ainda a todos o exercício de atividades marítimas, mineiras e industriais em condições de igualdade absoluta. O Tratado apenas se refere a águas territoriais, até porque a UNCLOS, que dá as definições de PC, ZEE, Zona Contígua, Mar Territorial, entre outros, apenas entrou em vigor em 1982. Dado que na altura os conceitos de PC e ZEE não existiam, o tratado apenas se referia às águas territoriais. Atualmente as disputas prendem-se com a “aplicabilidade – ou não – das disposições do Tratado de Svalbard à PC e à ZEE, que não estavam (...) referidas (...) no Tratado (...) em 1920” (Leal 2014, 331). Consequentemente, as opiniões divergem entre a Noruega e os restantes estados signatários:

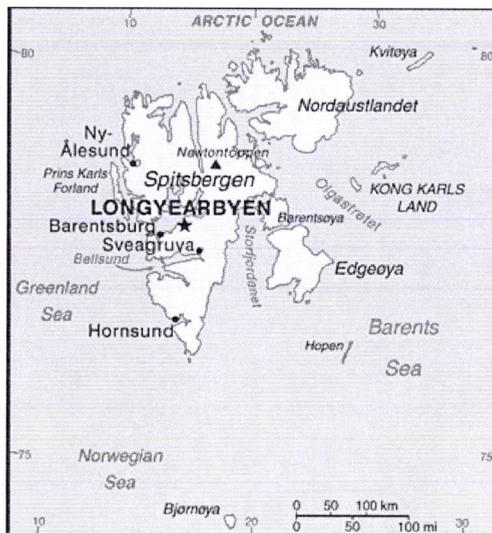


Figura 44 – Localização do arquipélago de Svalbard

(CIA 2014b)

<sup>85</sup> Também denominado de Tratado de Spitsbergen.

▪ A Noruega considera que o Tratado deve ser analisado tal como está redigido, tendo direito à jurisdição soberana sobre a PC e a ZEE da ilha, até porque Svalbard não tem PC própria, sendo que esta é uma continuação da PC norueguesa.

▪ Os restantes Estados signatários do tratado, durante a Guerra Fria, assumiram uma posição conjunta defendendo que o Tratado de Svalbard se deveria aplicar além das águas territoriais.

Em 1977 a Noruega estabeleceu uma zona de proteção de pesca (Ver figura 45), em torno do Arquipélago de Svalbard, o que agradou a alguns dos Estados signatários (Leal 2014), pelo facto de a Noruega se encontrar a respeitar o princípio da igualdade imposto pelo Tratado. Até à data as maiores disputas que se têm vindo a dar nesta região, são as atividades piscatórias ilegais exercidas na região por barcos de vários países.

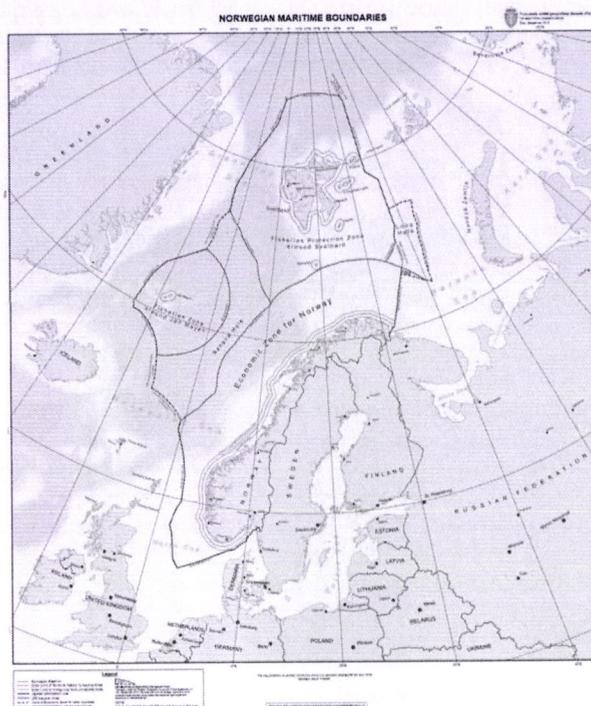


Figura 45 – As zonas marítimas Norueguesas  
(Fonte: Norwegian Military Geographic Service 2012)

No que diz respeito a esta região e às suas reservas energéticas é de referir que “as quantidades de petróleo e de gás natural (...) certamente aumentarão o interesse dos diversos signatários do Tratado de Svalbard na prospeção de hidrocarbonetos ao longo da PC do arquipélago, mesmo sabendo que estes recursos estão encerrados por enormes camadas de gelo” (Leal 2014, 333), mas que irão diminuir com o aquecimento verificado na região. E é por este mesmo motivo, tal como acontece na grande parte das disputas na região, que os diversos países têm mantido diferentes posições.

## O ÁRTICO COMO LOCAL DE CONFLITOS

Tal como foi evidenciado ao longo desta dissertação, neste momento a região do Ártico tem um enorme interesse geopolítico e geoestratégico devido aos recursos energéticos que possui, não só juntos dos seus países costeiros como em muitos outros como é o caso da Europa, China, Índia e todos os outros observadores do Conselho do Ártico. Já relativamente aos *pivots* asiáticos, Shyan Saran afirma que os “desenvolvimentos no Oceano Ártico irão redesenhar o mapa geopolítico do mundo, e países emergentes como a Índia e a China devem colocar este local na agenda internacional” (Heininen, Exner-Pirot, and Plouffe 2013, 39). Assim acontece devido à dependência mundial por estes recursos, onde a economia assente nas novas tecnologias depende daqueles para que se encontre operacional. O Ártico é neste momento uma nova oportunidade para os seus países costeiros, quer nas suas políticas como ao modo como procedem nas relações internacionais, onde os recursos naturais são um elemento bastante importante daquela, o que conjuntamente com as questões geopolíticas e das alterações climáticas tem chamado a atenção do público em geral (Kraska 2011).

Muitas das vezes verifica-se que as ações levadas a cabo não são coerentes com as políticas afirmadas pelos Estados. Tal é comprovado através da análise do discurso da Declaração de Ilulissat na qual os Estados prometem um caminho em torno da cooperação, quando mais tarde os mesmos reivindicam por locais comuns – Cordilheira de Lomonosov –, sobrepondo os territórios em disputa na CLCS. Neste momento a soberania na região do Ártico é um assunto extremamente importante, cuja resolução tem sido levada a cabo através da UNCLOS e da CLCS, devido às alterações climáticas, até porque se trata da região do globo onde estas são mais evidentes. Desta forma, verifica-se que existe uma espécie de pirâmide de importância para os assuntos do Ártico de entre os Estados costeiros: Primeiro existem cerca de oito Estados do Ártico (Rússia, Canadá, Estados Unidos, Noruega, Dinamarca/Gronelândia, Finlândia, Suécia e Islândia), – os *Arctic eight* – que presidem e fazem parte do Conselho do Ártico. Verifica-se que, destes oito, apenas cinco (Rússia, Canadá, Estados Unidos, Noruega, Dinamarca/Gronelândia) – os *Arctic five* – tomam medidas, pois são eles os Estados Costeiros. A boa governança do Ártico dependerá das boas relações entre os *Arctic eight* e de acordos entre os *Arctic five*, o

que conseqüentemente trará consigo a segurança para a região. É possível afirmar que muitas das vezes esta necessidade de segurança, poderá não vir a resultar da cooperação, mas sim da necessidade de autoajuda conseguida através das relações entre os Estados (Kraska 2011). “Em contraste, quanto mais extensa e consensual for a governança, todos se sentirão mais seguros, especialmente numa região dinâmica de fronteiras marcadas por grandes incertezas” (Kraska 2011, 4).

Um dos problemas apontado por alguns autores, como Franklyn Griffiths, é o facto de, na região do Ártico, os países, tal como já foi referido, optarem pelo isolacionismo invés da cooperação, acreditando que apenas se alcançará tal cooperação quando “eventos internos ou internacionais provocarem a exploração de uma estratégia para a região como um todo” (Kraska 2011, 11), que tanto poderá ser devido às alterações climáticas, como a exploração dos recursos ou a definição de fronteiras. Isso é verificável nos dois grandes países do Ártico: Canadá e Rússia. Neste momento o Canadá reclama a Passagem do Noroeste como águas internas e por isso – leve e educadamente – proíbe a passagem de navios estrangeiros na região sem a sua autorização; Já a Rússia, não permite a ingerência de estrangeiros – empresas, estados ou organizações – na sua política para o Ártico, contradizendo-se quando exige a liberdade de agir num território além da sua PC.

Alguns autores, como por exemplo François Hoenacker, e organizações – como é o caso da União Europeia<sup>86</sup> – referem a importância da região do Ártico e dos seus recursos para o eventual escalar de uma situação de conflito ou tensão; Outros autores – como é o caso de Franklyn Griffiths -, defendem o contrário, e apontam a resolução pacífica de fronteiras marítimas que se deram no passado – como é o caso da Noruega e Rússia no mar de Barents – como um exemplo do que estará para vir: Tal como os *Arctic Five*, estes autores referem que não é necessária a criação de um tratado para o Ártico – como aconteceu na Antártida em 1959 –, pois consideram que a UNCLOS é um órgão suficientemente capaz de regular a região em termos da definição de fronteiras e da exploração dos fundos marinhos. No entanto, tais afirmações apenas serão comprovadas

---

<sup>86</sup> Ver Capítulo III. O Círculo Polar Ártico: Agendas, Posição Geoestratégica e Tomadas de decisão – União Europeia

quando o acesso aos hidrocarbonetos na região, em especial no Polo Norte – i.e. na Cordilheira de Lomonosov – sejam ainda de mais fácil acesso: “O acesso mais fácil e o aumento do preço do petróleo, gás e minerais irão desencadear no século XXI, corridas ao *ouro* desafiando as capacidades políticas e de governança de governos que, durante décadas, ignoraram o Ártico” (Byers 2010, 128). As zonas cujas fronteiras ainda estão por definir poderão vir a ter uma resolução mais complicada, o que será determinado consoante a reserva energética e o impacto que esta terá para os países envolvidos na disputa. Para tal, o papel de exercício da soberania é referido e defendido por todos os Estados, o que nos leva a crer que a defesa do seu território é um dos elementos importantes para o exercício das suas atividades no Norte. Para tal, seria extremamente positivo conseguir conciliar a soberania que os estados têm vindo a exaltar com a cooperação internacional, até porque a soberania facilita a cooperação ao fornecer a legislação necessária – por exemplo – à navegação e extração dos recursos naturais, assim como para assegurar-se contra ameaças não-estatais.

Já relativamente a outras questões, como é o caso da busca e salvamento e apoio a barcos que venham a atravessar as Rotas do Oceano Ártico, os países costeiros irão sem dúvida colaborar, já como tem vindo a acontecer, pois todos eles sabem que essa cooperação trará consigo vantagens e benefícios para esses trabalhos, até porque a promoção da segurança e das condições necessárias para navegar naquelas águas trará mais barcos ali a navegar, contribuindo para o crescimento daquelas regiões mais a norte. No entanto, e tal como está a ser feito, será necessário para os grandes países costeiros – neste caso o Canadá e a Rússia – tratarem das infraestruturas necessárias para conceder o apoio junto à costa de modo a facilitar estas novas rotas.

## CONCLUSÕES

---

Após tal investigação sobre o tema em causa, é possível retirar algumas conclusões quer no que diz respeito às guerras pelos recursos (analisado no Capítulo I), quer ao caso específico do Ártico (analisado no Capítulo III), e da articulação entre estes dois pontos; já em relação posições relativas dos Estados (analisado no Capítulo II) foram também constatadas determinadas conclusões a vários níveis:

- 1) Ao nível das guerras pelos recursos e da sua interligação com o caso específico do Ártico;
- 2) Da relação entre as alterações climáticas e o impacto que essas alterações trouxeram para a região;
- 3) Dos interesses e ações levadas a cabo pelos cinco Estados costeiros do Ártico;
- 4) Do impacto das disputas territoriais e da sua interligação com as guerras/conflitos pelos recursos ao longo da história.

Neste momento, torna-se assim possível afirmar o seguinte:

1) Num primeiro momento, verifica-se uma interligação entre o conflito e a dotação de recursos de uma determinada região. Esta ligação é confirmada por autores como Billon 2001; Welsch 2008; Klare 2002 e ainda por Kaldor, assim como entre outros em diversas obras. Verifica-se uma enorme ligação entre a capacidade de produção de recursos de uma região (sejam eles água, petróleo, terras aráveis) com a probabilidade de se dar um conflito armado. No entanto, o motivo que origina esse conflito pode ser desencadeado quer pela escassez ou abundância do recurso em causa. Mesmo assim, verifica-se que os recursos minerais potenciam uma maior probabilidade de conflitos, e por isso mesmo foram inumerados diversos casos sobre a questão dos recursos: a região dos rios Jordão, Tigre e Eufrates, e ainda o rio Indo; a questão da região do Mar Cáspio, e como sempre a questão iraquiana – muito rica em petróleo (cerca de 140 biliões de barris de petróleo).

2) Relativamente às alterações climáticas os dados disponibilizados pela NASA, IPCC, Agência Europeia do Ambiente, pelo Pentágono, e ainda pelo *National*

*Snow and Ice Data Center*, demonstram que o Ártico se encontra perante uma alteração do seu clima que irá ter consequências e alterações ao nível cultural – hábitos e costumes –, económico (alterando as vidas dos habitantes locais), assim como ao nível da sua biodiversidade. Um dos maiores problemas que este degelo trará consigo ao nível local é a questão do *permafrost* – em que assentam as cidades e vilas da região – que nos últimos meses tem vindo a descongelar a uma grande velocidade, ao qual os cientistas ainda não estão cientes dos impactos que trará. Tal como é afirmado pelo ACIA, – ver página 29 – as alterações climáticas verificadas, – não só na região, mas ao nível global – estão inexoravelmente ligadas com o estilo de vida adotado nos últimos 50 a 100 anos, assim como as alterações químicas da atmosfera vão de acordo com o início da atividade industrial – iniciada na Revolução Industrial no século XIX –, mais acentuada a partir do uso generalizado do petróleo na atividade económica mundial. No entanto, como se sabe, e como já foi referido, as alterações comportamentais, relativas à tomada de consciência das consequências das alterações climáticas, não iriam melhorar os problemas que a sociedade virá a enfrentar. Apesar de realizada uma crítica aos Estados, ao longo do trabalho apresentado nesse domínio, devido à sua inação, a verdade é que as alterações comportamentais da sociedade em geral, relativas às alterações climáticas só teriam algum impacto daqui a alguns séculos – nomeadamente quanto à concentração de CO<sub>2</sub> na atmosfera –, e teriam que se tratar de mudanças radicais dos hábitos de consumo.

3) Já as conclusões relativas aos *Arctic Five* é necessário fazê-lo em separado, país a país:

A) **Rússia** – A Rússia chega a afirmar, em relação aos recursos energéticos na região, uma posição bastante assertiva relativa à extensão da sua plataforma continental. Assim acontece devido ao facto de a sua economia depender em grande parte do setor energético – extração e comercialização. Verifica-se na historicidade russa uma grande tendência para a valorização do espaço do Ártico.

B) **Estados Unidos da América** – Os EUA são o país que demonstra um maior distanciamento à região do Ártico. A assinatura da UNCLOS fará a diferença nas suas disputas e ao seu papel no Ártico, caso os EUA não queiram perder direitos na

reivindicação de algum território. A salvaguarda dos seus interesses e a cooperação internacional são essenciais, dada a posição norte-americana.

C) **Canadá** – O Canadá tem nos últimos anos demonstrado um grande interesse e investimento na região do Ártico, demonstrando assim a sua ligação com a região. A investigação científica é considerada um fator essencial para a resolução das disputas, para a extração de recursos energéticos, e ainda para a promoção do desenvolvimento sustentável. A resolução das suas disputas é um objetivo a cumprir.

D) **Noruega** – Verifica-se nos seus documentos estratégicos um grande compromisso para o Ártico: ao nível dos recursos, do ambiente, do desenvolvimento e das populações indígenas; tendo-se tornado nos últimos anos como uma prioridade para o país. É dada uma elevada importância à relação com a Rússia visto os seus objetivos e interesses serem comuns: indo de encontro à exploração energética.

E) **Dinamarca** – Por ser o território mais próximo do Polo Norte, a sua ligação com o mesmo é indiscutível, e por isso o fator segurança é muito importante, dando elevada prioridade à passagem do Noroeste. Tal como os restantes países destaca o papel dos hidrocarbonetos para o desenvolvimento económico da região não esquecendo que este deve ter um papel de responsabilidade ambiental.

F) **União Europeia** – A UE tem demonstrado grande preocupação pela corrida pelos recursos na região, defendendo a criação de um organismo próprio para a resolução das disputas que ali se criaram. Demonstra também preocupação pelas ameaças ambientais, salientando que as alterações climáticas para além de um risco podem também ser uma vantagem para a região em termos de desenvolvimento económico.

4) É possível enumerar pontos em comum dos *Arctic Five*:

A) **Soberania** – Os *Arctic Five* procuram e defendem o reforço da sua soberania no Ártico, nomeadamente através da alocação de operações científicas e/ou militares na

região, assim como a delimitação das suas fronteiras. Desta forma, torna-se importante perguntar se foi alcançada uma simbiose de soberanias entre os *Arctic Five*?

B) **Cooperação** – A cooperação internacional, bilateral e multilateral – dentro do espaço do Ártico – é um dos princípios, e objetivos a alcançar, mais referidos pelos *Arctic Five*. Pode-se verificar que alguns momentos a cooperação foi útil para a resolução de disputas relativas à definição de fronteiras (Noruega – Rússia: Mar de Barents), e por isso a cooperação irá sem dúvida determinar o futuro da região. Será a cooperação – ou a falta dela – que irá moldar as fronteiras a serem delineadas. A cooperação é essencial para que não seja necessária a criação de um organismo, ou estatuto legal para a região. Os *Arctic Five* defendem que a governação na região deve ser dirigida através dos organismos existentes – neste caso a UNCLOS e o Conselho do Ártico (que não se intromete nas questões das disputas territoriais) –, que consideram ser suficientes para gerir a região, não desejando a ingerência de países terceiros na região. Verifica-se que atores como a União Europeia, estão preocupados com as alterações que se verificam na região, a China, um ator distanciado – em termos geográficos – da região, defende que o Ártico é de todos e nenhum país pode declarar soberania sobre aquele território.

5) É possível observar que as rotas marítimas irão, sem dúvida, moldar o futuro do Ártico, não só em termos comerciais mas também em termos turísticos (o qual já representa uma grande fatia), e por isso o desenvolvimento destas rotas irá trazer consigo um grande impacto para a região. O encurtamento das viagens, assim como o abandono de determinados estreitos perigosos ao tráfego internacional (como é o caso do estreito de Ormuz), será uma enorme vantagem para as transportadoras. No entanto, de momento existem ainda grandes dificuldades relativas à criação de seguros para a travessia na região (até porque ainda não existem sistemas de busca e salvamento adequados fornecidos pelos Estados), assim como os fretes que a Rússia – e mais tarde o Canadá – quer impor à passagem. Neste momento, a Rússia exerce a sua soberania totalmente sobre a Passagem do Nordeste, mas o mesmo não se passa com o Canadá, que neste momento encontra-se numa batalha legal para provar que a Passagem do Noroeste faz parte das suas águas internas e não de estreitos internacionais. Para o desenvolvimentos destas rotas os *Arctic*

*Five* terão muito a ganhar cooperando numa operação conjunta de busca e salvamento que potenciará o tráfego na região.

6) Referentemente aos territórios em conflito é importante afirmar que neste momento a região do Ártico trata-se de um local pacífico: Neste momento os quadros legais encontram-se em funcionamento e os *Arctic Five* têm respeitado respondendo com coerência e – na maior parte dos casos – dentro dos prazos. Referentemente aos territórios em conflito, como já se verificou, o único território correspondente a uma massa de terra (1) é a pequena ilha Hans situada entre a fronteira marítima canadiana e gronelandesa. Esta disputa terá provavelmente uma resolução pacífica entre os dois países – como indica Byers –, visto que se trata de um local com baixas propensões para a extração energética. A extensão das diversas PCs irá funcionar de acordo com o quadro legal da UNCLOS. No entanto, (2) a expansão das PCs até à Cordilheira de Lomonosov – ou Polo Norte – trata-se da disputa com maiores dificuldades de resolução, tal como é considerado pela maioria dos autores, como Michael Klare, Charles Emmerson ou João Leal: Todos os Estados são signatários da UNCLOS – não deixando nenhum em desvantagem; os três Estados encontram-se bastante empenhados para a extensão das suas PCs naquele território; As estimativas sugerem que esta cordilheira possui tanto petróleo e gás como o Golfo Pérsico, o que faz agudizar ainda mais a tensão entre estes acerca da sua posição em relação a esta disputa; Os três Estados têm procurado – através de expedições científicas e da recolha de dados – provar que a Cordilheira de Lomonosov faz parte da sua PC. Num primeiro momento, ou seja, na atualidade, verifica-se que de forma pacífica, os Estados recorrem ao Direito Internacional vigente para a resolução desta disputa. Pode vir a acontecer que a resposta da CLCS poerá não agradar aos Estados, podendo resultar num conflito num momento posterior. A disputa Canadá – Estados Unidos (3) sobre o mar de Beaufort coloca o Canadá em vantagem devido ao facto de os EUA não serem signatários da UNCLOS. No entanto com o seu acordo de 1988 é de prever que esta zona chegue a acordo entre as partes, como é proposto por Byers. A assinatura da UNCLOS por parte dos EUA poderia trazer-lhe vantagens para a extensão da sua PC do Alasca. Referentemente às águas circundantes do arquipélago de Svalbard

(4), nos últimos anos não se observou qualquer desenvolvimento – ou esclarecimento do Tratado – sobre esta disputa. As estimativas apontam para que o mar em torno de Svalbard seja bastante rico em hidrocarbonetos, o que irá com certeza dificultar a resolução desta disputa.

De momento o Ártico trata-se de um local pacífico, onde os *Arctic Five* procuram manter a sua soberania, e na maior parte dos casos aumentá-la. As alterações climáticas são um enorme desafio, mas uma grande *vantagem* e por isso os estados árticos preparam as suas políticas em torno das alterações vindouras e nas facilidades que trarão à exploração de hidrocarbonetos. Hoje o Ártico vive numa teoria dos regimes, como referido anteriormente, em que a cooperação é um dos elementos chave e onde o Direito Internacional é respeitado. Com o degelo e a facilidade de acesso a poços de petróleo e gás no centro do Polo Norte num futuro próximo, esta tendência de respeito poderá vir a alterar-se, como sugerem algumas das afirmações por parte de Estados como o Canadá, ou a Rússia. É importante observar que – com exceção dos Estados Unidos – os países costeiros do Ártico encontram-se a movimentar as suas tropas para Norte, a modernizar as suas frotas de modo a poderem desempenhar um papel ativo no Ártico num futuro próximo. É necessário dobrar a atenção para a única região *sem dono* do planeta. Será que a região do Polo Norte não deveria ser um local de preservação de habitats, de desenvolvimento sustentável? Provavelmente a região irá ser um local de contínua exploração de recursos energéticos que traz consigo imensos riscos, mas muitos mais benefícios, interesses e poder.

## BIBLIOGRAFIA

---

- Acher, John. 2012. "Missão dinamarquesa vai colher dados para pleitear Polo Norte." *Reuters Brasil*. July 27. <http://br.reuters.com/article/idBRSPE86Q08L20120727>.
- ACIA. 2004. *Impacts of a Warming Arctic*. 0 521 61778 2. Fairbanks, Estados Unidos. <http://www.amap.no/documents/doc/impacts-of-a-warming-arctic-highlights/792>.
- . 2005. *Arctic Climate Impact Assessment*. 0 521 86509 3. Arctic Climate Impact Assessment. ACIA Overview report. Estados Unidos: Cambridge University Press. <http://www.amap.no/documents/doc/arctic-arctic-climate-impact-assessment/796>.
- Almeida, Políbio Valente de. 2012. *Do Poder do Pequeno Estado*. 2ª ed. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas.
- Alves, Filipa. 2013. "Canadá prepara-se para reclamar o Polo Norte como parte do seu território." *Naturlink, Notícias*. October 12. <http://naturlink.sapo.pt/Noticias/Noticias/content/Canada-prepara-se-para-reclamar-o-polo-norte-como-parte-do-seu-territorio?bl=1>.
- Arctic Council. 2011a. "About the Arctic Council." c. <http://www.arctic-council.org/index.php/en/about-us/arctic-council/about-arctic-council>.
- . 2011b. "History of the Arctic Council." *Arctic Council*. April 27. <http://www.arctic-council.org/index.php/en/about-us/arctic-council/history>.
- . 2011c. "Observers in the Arctic Council." *Arctic Council*. April 27. <http://www.arctic-council.org/index.php/en/about-us/arctic-council/observers>.
- . 2013. "Arctic Marine Shipping Assessment." February 12. <http://pame.is/amsa>.
- . 2014. "Arctic Council." <http://www.arctic-council.org/index.php/en/>.
- Arctic info. 2013. "The History of the Arctic." *Arctic info, Encyclopedia*. Accessed October 30. <http://www.arctic-info.com/Encyclopedia/Rubric/The%20History%20of%20the%20Arctic>.
- Barbora, Padrtová. 2012. "Russian Approach towards the Arctic Region." *Centre for European and North Atlantic Affairs*.
- Barents Euro-Arctic Council. 2014. "Barents Euro-Arctic Council." a. <http://www.beac.st/in-English/Barents-Euro-Arctic-Council>.
- BarentsWatch. 2013. "The Loophole and the Banana Hole." May 20. <http://www.barentswatch.no/en/Tema/Law-of-the-sea/Sea-borders/The-Loophole-and-the-Banana-Hole/>.
- BBC Brasil. 2008. "Ártico tem um quarto do petróleo do mundo." *Estadão*. July 24. <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,artico-tem-um-quarto-do-petroleo-do-mundo-diz-pesquisa,211254,0.htm>.
- BBC News. 2006. "Shock as Russia goes solo on gas field." *Shock as Russia goes solo on gas field*. September 10. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/6035811.stm>.
- . 2010. "Arctic summit hears rival claims." *BBC News Europe*, September 22, sec. Europe. <http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-11387175>.
- Billon, Philippe Le. 2001. "The political ecology of war: natural resources and armed conflicts." <http://booksc.org/book/18179598>.

- Breum, Martin. 2012. "Dinamarca rumo ao Polo Norte." *VoxEurop.eu*. July 8. <http://www.voxeurop.eu/pt/content/article/2481021-dinamarca-ruma-ao-polo-norte>.
- Brigham, Lawson W. 2010. "Think Again: The Arctic." *Foreign Policy*, August 16. [http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/08/16/think\\_again\\_the\\_arctic](http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/08/16/think_again_the_arctic).
- Bull, Hedley. 2002. *A Sociedade Anárquica: Um estudo da ordem da política mundial*. 2ª ed. São Paulo: Universidade de Brasília.
- Burgess, Philip. 2010. *The foundations of the Russian Federation's State Policy in the Arctic until 2020 and beyond*. Moscovo: Federação Russa. [http://icr.arcticportal.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1791%3](http://icr.arcticportal.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1791%3).
- Byers, Michael. 2010. *Who owns the Arctic?*. 1ª ed. Vancouver: Douglas & McIntyre.
- Castro, Vinicius. 2014. "Guerra pelo Ártico?" *Defesa Aérea & Naval*. January 24. <http://www.defesaaereanaval.com.br/?p=36462>.
- Chaturvedi, S. 2013. "China and India in the 'Receding' Arctic: Rhetoric, Routes and Resources." *Jadavpur Journal of International Relations* 17 (1): 41–68. doi:10.1177/0973598414524126.
- Comission on the Limits of the Continental Shelf. 2009. "Continental Shelf - submission to the Commission by Norway." *Oceans & Law of the Sea - United Nations*. August 20. [http://www.un.org/depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/submission\\_nor.htm](http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_nor.htm).
- . 2013. "CLCS – Submission to the Commission by Denmark together with the Government of Greenland." *CLCS: Outer limits of the continental shelf beyond 200 nautical miles from the baselines: Submissions to the Commission: Submission by the Kingdom of Denmark*. November 26. [http://www.un.org/depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/submission\\_dnk\\_68\\_2013.htm](http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_dnk_68_2013.htm).
- Conley, Heather, Terry Toland, Mihaela David, and Natalja Jegorova. 2013. "The new Foreign Policy Frontier - U.S. Interests and Actors in the Arctic." CSIS. <http://csis.org/publication/new-foreign-policy-frontier>.
- Defense News. 2013. "Denmark Boosts Resources for Arctic Security." August 10. <http://www.defensenews.com/article/20131008/DEFREG01/310080012/Denmark-Boosts-Resources-Arctic-Security>.
- Denmark, Greenland and the Faroe Islands. 2011. *Denmark, Greenland and the Faroe Islands: Kingdom of Denmark Strategy for the Arctic 2011– 2020*. Government of Denmark. [http://ec.europa.eu/enterprise/policies/raw-materials/files/docs/mss-denmark\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/enterprise/policies/raw-materials/files/docs/mss-denmark_en.pdf).
- Emmerson, Charles. 2010. *The future history of the Arctic*. 1ª ed. Londres: Vintage Books.
- EUROSTAT. 2012. "Main origin of primary energy imports, EU-27, 2002-2010." *European Commission, Eurostat*. December 10. [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics\\_explained/index.php?title=File:Main\\_origin\\_of\\_primary\\_energy\\_imports,\\_EU-27,\\_2002-2010\\_\(%25\\_of\\_extra\\_EU-27\\_imports\).png&filetimestamp=20121012131852](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php?title=File:Main_origin_of_primary_energy_imports,_EU-27,_2002-2010_(%25_of_extra_EU-27_imports).png&filetimestamp=20121012131852).
- Folha de São Paulo. 2011. "Ano de 2011 é o 10º mais quente; degelo no Ártico é recorde." *Folha de São Paulo, Ambiente*. November 29.

- <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1013671-ano-de-2011-e-o-10-mais-quente-degelo-no-artico-e-recorde.shtml>.
- Garcia, Ricardo. 2012. "Gelo da Antártida e da Gronelândia está a derreter-se mais rapidamente." *Público*. November 30. <http://www.publico.pt/ciencia/noticia/antarctida-e-gronelandia-estao-a-derreter-mais-rapido-1575595>.
- Gazprom. 2014a. "Russian continental shelf." *Russian Continental Shelf*. <http://www.gazprom.com/about/production/projects/deposits/shelf/>.
- . 2014c. "Yamal megaproject." <http://www.gazprom.com/about/production/projects/mega-yamal/>.
- . 2007. "Gazprom chooses french Total as partner for initial phase of Shtokman field development." *Gazprom chooses french Total as partner for initial phase of Shtokman field development*. December 7. <http://www.gazprom.com/press/news/2007/july/article63869/>.
- . 2013a. "Shtokman Field." *Gazprom Fields - Continental Shelf*. <http://www.gazprom.com/about/production/projects/deposits/shp/>.
- . 2013b. "Gazprom keeps optimizing Shtokman field development project." *Gazprom keeps optimizing Shtokman field development project*. June 18. <http://www.gazprom.com/press/news/2013/june/article164692/>.
- . 2013c. "Plus two Plus two - another offshore hidrcarbon field in the russian continental shelf." *Plus two - another offshore hidrcarbon field in the russian continental shelf*. September 7. <http://www.gazprom.com/press/reports/2013/plus-two/>.
- Georgescu, Ioana. 2010. "Arctic Geopolitics - Time for a new regime." Dissertação de Mestrado, Nice, França: Instituto Europeu dos Altos Estudos Internacionais. <http://www.ie-ei.eu/IE-EI/Ressources/file/memoires/2010/Georgescu.pdf>.
- Georgescu-Roegen, Nicholas. 2008. *O Decrescimento*. 2ª ed. Lisboa: Intituto Piaget.
- Government of Canada. 2008. *Naval Operations in Arctic Waters - The operational legal challenges of naval operations in Canada's Arctic Waters*. Governmental Issue 3. Strategic Legal Paper Series. Canada: Government of Canada. <http://www.forces.gc.ca/en/about-reports-pubs-military-law-strategic-legal-paper/naval-ops-arctic-waters-guide.page>.
- . 2010. *Statement on Canada's Arctic Foreign Policy*. Government of Canada. [http://www.international.gc.ca/arctic-arctique/assets/pdfs/canada\\_arctic\\_foreign\\_policy-eng.pdf](http://www.international.gc.ca/arctic-arctique/assets/pdfs/canada_arctic_foreign_policy-eng.pdf).
- . 2013a. "Operation NANOOK | Canada North America | National Defence | Canadian Armed Forces." c. <http://www.forces.gc.ca/en/operations-canada-north-america-recurring/op-nanook.page>.
- . 2013b. "Canada First Defence Strategy." *National Defense and the Canadian Armed Forces*. August 20. <http://www.forces.gc.ca/en/about/canada-first-defence-strategy-summary.page>.
- . 2013c. "Canada Marks Major Milestone in Defining Its Continental Shelf." *Foreign Affairs, Trade and Development Canada*. September 12. <http://www.international.gc.ca/media/aff/news-communications/2013/12/09a.aspx?lang=eng>.

- Government of Russian Federation. 2001. "Map of the Russian claim to the CLCS 2001." [http://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/rus01/RUS\\_CLCS\\_01\\_2001\\_LOS\\_2.jpg](http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/rus01/RUS_CLCS_01_2001_LOS_2.jpg).
- Heininen, Lassi, Heather Exner-Pirot, and Jöel Plouffe. 2013. "Arctic Yearbook: The Arctic of Regions vs. The Globalized Arctic." <http://www.arcticyearbook.com>.
- Instituto Humanitas Unisinos. 2013. "A redescoberta da obra de Georgescu-Roegen, pai da Economia Ecológica." October 4. <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/519185-a-redescoberta-da-obra-de-obra-de-georgescu-roegen-pai-da-economia-ecologica>.
- Isted, Kathryn. 2009. "Sovereignty in the Arctic: An analysis of territorial disputes & environmental policy considerations." *Journal of Transnational Law & Policy*. [http://www.law.fsu.edu/journals/transnational/vol18\\_2/isted.pdf](http://www.law.fsu.edu/journals/transnational/vol18_2/isted.pdf).
- Jeff Orlowski. 2012. *Changing Ice*. Video. Documentário. National Geographic. <http://www.imdb.com/title/tt1579361/>.
- Kenner, Robert. 2006. *An Inconvenient Truth*. Video. Documentário. <http://www.imdb.com/title/tt0497116/>.
- Khanova, Gaiane. 2014. "Plano de Putin Sobre O Ártico Provoca Histeria No Ocidente." *Plano de Putin Sobre O Ártico Provoca Histeria No Ocidente*. January 24. [http://portuguese.ruvr.ru/2014\\_01\\_24/plano-de-putin-sobre-o-artico-provoca-histeria-no-ocidente-5163/](http://portuguese.ruvr.ru/2014_01_24/plano-de-putin-sobre-o-artico-provoca-histeria-no-ocidente-5163/).
- Klare, Michael. 2002. *Resources Wars*. 1ª ed. Nova Iorque: Owl Books.
- Kramer, Andrew E. 2010. "Russia and Norway Settle Arctic Boundary Dispute." *The New York Times*, September 15, sec. World / Europe. <http://www.nytimes.com/2010/09/16/world/europe/16russia.html>.
- Kraska, James. 2011. *Arctic Security in an Age of Climate Change*. Nova Iorque: Cambridge.
- Kunstler, James Howard. 2006. *O fim do Petróleo*. 1ª ed. Lisboa: Bizâncio.
- Laruelle, Marlene. 2014. *Russia's Arctic Strategies and the Future of the Far North*. 1ª ed. Nova Iorque: M. E. Sharpe, Inc.
- Leal, João Luís Rodrigues. 2014. *Geopolítica do Ártico no Século XXI*. 1ª ed. Lisboa: Letras Itinerantes.
- Lima, Bernardo Pires de. 2012. "Mar do Sul da China." *DN Opinião*. July 21. [http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content\\_id=2678640&seccao=Bernardo%20Pires%20de%20Lima](http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=2678640&seccao=Bernardo%20Pires%20de%20Lima).
- Luft, Gal, and Anne Korin. 2013. "How America Misunderstood the 1973 Oil Embargo." *Foreign Affairs, Features*. October 15. [http://www.foreignaffairs.com/articles/140172/gal-luft-and-anne-korin/the-myth-of-us-energy-dependence?cid=soc-twitter-in-snapshots-the\\_myth\\_of\\_us\\_energy\\_independence-101613#](http://www.foreignaffairs.com/articles/140172/gal-luft-and-anne-korin/the-myth-of-us-energy-dependence?cid=soc-twitter-in-snapshots-the_myth_of_us_energy_independence-101613#).
- LUSA. 2013. "Ano Passado Registou Recorde de Degelo No Ártico E de Emissões de CO2 - SIC Notícias." Accessed November 13. <http://sicnoticias.sapo.pt/mundo/2013/08/06/ano-passado-registou-recorde-de-degelo-no-rtico-e-de-emissoes-de-co2>.

- Makoveeva, Svetlana. 2013. *The official strategy of Russia for development of oil and gas sector in North-West Russia for the period till 2020 A Storvik*. 4-05. Northern Maritime Corridor; INTERREG; STORVIK & CO REPORT.
- Milenin, Grigori. 2014. "Ártico: se você quer a paz, prepare-se para a guerra." April 30. [http://portuguese.ruvr.ru/2014\\_04\\_30/Artico-se-quer-paz-prepare-se-para-a-guerra-9425/](http://portuguese.ruvr.ru/2014_04_30/Artico-se-quer-paz-prepare-se-para-a-guerra-9425/).
- Mir-Bbayev, Mir Yusif. 2012. "10.2 Azerbaijan's Oil History - A Chronology Leading up to the Soviet Era - by Mir-Yusif Mir-Babayev." [http://azer.com/aiweb/categories/magazine/ai102\\_folder/102\\_articles/102\\_oil\\_chronology.html](http://azer.com/aiweb/categories/magazine/ai102_folder/102_articles/102_oil_chronology.html).
- Moreira, Adriano. 2011. *Teoria das Relações Internacionais*. 7ª ed. Coimbra: Almedina.
- Nações Unidas. 2014. "Continental Shelf - Submission to the Commission by Canada." *Oceans & Law of the Sea - United Nations*. July 1. [http://www.un.org/depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/submission\\_can\\_70\\_2013.htm](http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_can_70_2013.htm).
- NASA. 2012. "Greenland Meltdown." NASA. July. [http://www.nasa.gov/images/content/670398main\\_greenland\\_2012194-673.jpg](http://www.nasa.gov/images/content/670398main_greenland_2012194-673.jpg).
- Navitas. 2007. "Shtokman costs cut to US \$12 Bn." *Navitasnetwork*. November 15. [http://www.navitas.no/index.php?page\\_id=13091](http://www.navitas.no/index.php?page_id=13091).
- NORAD. 2014. "North American Aerospace Defense Command (NORAD)." Accessed January 8. <http://www.norad.mil/AboutNORAD/NORADHistory.aspx>.
- Norwegian Ministry of Foreign Affairs. 2009. *New Building Blocks in the North: The next step in the Government's High North Strategy*. Oslo: Norwegian Ministry of Foreign Affairs. [http://www.regjeringen.no/en/dep/ud/documents/Reports-programmes-of-action-and-plans/Action-plans-and-programmes/2009/north\\_blocks.html?id=548803](http://www.regjeringen.no/en/dep/ud/documents/Reports-programmes-of-action-and-plans/Action-plans-and-programmes/2009/north_blocks.html?id=548803).
- O'Leary, Derek. 2012. "Our Arctics." [http://www.igms.org/sites/default/files/publishedworks/Our%20Arctics\\_0.pdf](http://www.igms.org/sites/default/files/publishedworks/Our%20Arctics_0.pdf).
- Parlamento Europeu. 2014. "Proposta de Resolução sobre a Estratégia da UE para o Ártico." <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+MOTION+B7-2014-0231+0+DOC+XML+V0//PT>.
- Prime Minister's Office. 2010. "Finland's Strategy for the Arctic Region." June. <http://www.geopoliticsnorth.org/images/stories/attachments/Finland.pdf>.
- . 2013. "Finland's Strategy for the Arctic Region." August 23. <http://vnk.fi/julkaisut/listaus/julkaisu/en.jsp?oid=395580>.
- Ross, Michael L. 2004. "What Do We Know about Natural Resources and Civil War?" <http://jpr.sagepub.com/content/41/3/337.abstract>.
- Royal Geographical Society. 2014. "Ice free shipping routes." Apresentação Adobe. Accessed March 6. <http://www.discoveringthearctic.org.uk/shipping/sea-routes5.html>.
- Schwartz, Peter, and Doug Randall. 2003. "An Abrupt Climate Change Scenario and Its Implications for US National Security." *Greenpeace International*. <http://www.greenpeace.org/international/en/publications/reports/an-abrupt-climate-change-scena/>.

- Secretary of Defense. 2013. *Arctic Strategy*. Washington: Department of Defense. [http://www.defense.gov/pubs/2013\\_Arctic\\_Strategy.pdf](http://www.defense.gov/pubs/2013_Arctic_Strategy.pdf).
- Shtokman Development AG. 2013a. "Offshore Facilities in Shtokman Project." *Offshore Facilities*. <http://www.shtokman.ru/en/project/about/offshore/>.
- . 2013b. "Onshore facilities in Shtokman Project." *Onshore Facilities*. <http://shtokman.ru/en/project/about/onshore/>.
- SIPRI. 2012. "Increased Military Capabilities in the Arctic Reflect Border Demarcations." March. <http://www.sipri.org/media/pressreleases/2012/26-mar-increased-military-capabilities-in-the-arctic-region-reflect-territorial-consolidation>.
- Slaughter, Anne-Marie. 2011. "International Relations, Principal Theories." Oxford University Press. Max Planck Encyclopedia of Public International Law.
- Smith, Lawrence. 2011. *O Novo Norte: O mundo em 2050*. 1ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Spotlight – Political, Social and Environmental Issues for the Classroom. 2014. "The Northwest Passage and Arctic Sovereignty." <http://spotlight.emp.ca/promotion.html>.
- Technology Org. 2013. "Climate change on pace to occur 10 times faster than any change recorded in past 65 million years." *Technology Org*. May 8. <http://www.technology.org/2013/08/05/climate-change-on-pace-to-occur-10-times-faster-than-any-change-recorded-in-past-65-million-years/>.
- The White House. 2013. *National Strategy for the Arctic Region*. Washington: Government of United States. [http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/docs/nat\\_arctic\\_strategy.pdf](http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/docs/nat_arctic_strategy.pdf).
- Trenin, Dmitri, and Pavel Baev. 2010. "The Arctic: A view from Moscow." *Carnegie Endowment*, 1–32.
- Troedsson, Peter. 2013. "A Coast Guard for the Emerging Arctic." *Council on Foreign Relations*. May 31. <http://www.cfr.org/arctic/coast-guard-emerging-arctic/p30820>.
- UNEP, and GRID-Arendal. 2009. *Continental Shelf - The last Maritime Zone*. Noruega: UNEP / GRID-ARENDAL. [http://www.unep.org/dewa/Portals/67/pdf/Continental\\_Shelf.pdf](http://www.unep.org/dewa/Portals/67/pdf/Continental_Shelf.pdf).
- União Europeia. 2008. *A União Europeia e a Região do Ártico*. Bruxelas: União Europeia. <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0763:FIN:PT:PDF>.
- "UN Report on Climate Change Says Humans to Feel Increasing Impacts." 2014. Accessed March 31. <http://blog.foreignpolicy.com/node/1445801>.
- UOL Notícias. 2010. "Após 40 anos de disputas, Rússia e Noruega delimitam fronteiras em região rica em petróleo." *Internacional*. September 15. <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2010/09/15/apos-40-anos-de-disputas-russia-e-noruega-delimitam-fronteiras-em-regiao-rica-em-petroleo.htm>.
- U.S. Energy Information Administration. 2012. "International Energy Statistics." *International Energy Statistics*. <http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/iedindex3.cfm?tid=5&pid=alltypes&aid=2&cid=regions,&syid=2000&eyid=2000&unit=TBPD>.

- . 2013. *Annual Energy Outlook 2013 with projections to 2040*. Washington D.C.: U.S. Energy Information Administration. [http://www.eia.gov/forecasts/aeo/pdf/0383\(2013\).pdf](http://www.eia.gov/forecasts/aeo/pdf/0383(2013).pdf).
- U.S.G.S. 2008a. "Assessment of Undiscovered Oil and Gas Resources of the West Greenland–East Canada Province." *U.S.G.S. Science for a changing world*. a. <http://pubs.usgs.gov/fs/2008/3014/>.
- . 2008b. *Circum Arcti Resource Appraisal: Estimates of Undiscovered Oil and Gas North of the Arctic Circle*. FS - 2008-3049. Denver: United States Geological Survey. <http://pubs.usgs.gov/fs/2008/3049/>.
- Welsch, Heinz. 2008. "Resource abundance and internal armed conflict: Types of natural resources and the incidence of 'new wars.'" February 12. <http://booksc.org/book/13442326>.
- "Who's in Charge of Arctic Policy?" 2014. Accessed January 20. [http://thecable.foreignpolicy.com/posts/2010/05/07/who\\_s\\_in\\_charge\\_of\\_arctic\\_policy](http://thecable.foreignpolicy.com/posts/2010/05/07/who_s_in_charge_of_arctic_policy).
- Wikipedia. 2013. "Trunkline." April 18. <http://en.wikipedia.org/wiki/Trunkline>.
- Wikipédia. 2013. "Pico do petróleo." *Wikipédia, A enciclopédia livre*. October 17. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Pico\\_do\\_petr%C3%B3leo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pico_do_petr%C3%B3leo).
- Wikipedia. 2014. "Hans Island." *Hans Island*. April 20. [http://en.wikipedia.org/wiki/Hans\\_Island](http://en.wikipedia.org/wiki/Hans_Island).
- World Wildlife Fund. 2008. "Arctic Climate Impact Science: An update since ACIA." *GRID Arendal*. <http://www.grida.no/polar/resources.aspx?id=1324>.
- Ziegler, Maria Fernanda. 2011. "Ano de 2010 teve recorde de derretimento na Groenlândia." *Último Segundo*. January 21. <http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/ano+de+2010+teve+recorde+de+derretimento+na+groenlandia/n1237962542720.html>.
- Zysk, Katarzyna. 2010. "Russia's Arctic Strategy - Ambitions and Constraints." *Joint Force Quarterly*.

9